

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO RM GEOGRAFIA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**AS FEIRAS LIVRES SOB A LÓGICA DO CAPITAL: DA PRODUÇÃO
CAMPONESA À SUBSUNÇÃO DO TRABALHO NA CIRCULAÇÃO.**

Sheyla Silveira Andrade

São Cristóvão, Agosto de 2011

SHEYLA SILVEIRA ANDRADE

**AS FEIRAS LIVRES SOB A LÓGICA DO CAPITAL: DA PRODUÇÃO
CAMPONESA À SUBSUNÇÃO DO TRABALHO NA CIRCULAÇÃO.**

**Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-
graduação em Geografia da Universidade
Federal de Sergipe como pré-requisito para
a obtenção de título de Mestre em Geografia**

Orientador: Prof. Dr. José Eloízio da Costa.

SÃO CRISTOVÃO

2011

SHEYLA SILVEIRA ANDRADE

**AS FEIRAS LIVRES SOB A LÓGICA DO CAPITAL: DA PRODUÇÃO
CAMPONESA À SUBSUNÇÃO DO TRABALHO NA CIRCULAÇÃO.**

Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe como pré-requisito para a obtenção de título de Mestre em Geografia.

Aprovada em ____/____/____

Banca examinadora

Orientador: Prof. Dr. José Eloízio da Costa

1º Examinador – Prof. Dr. Eliano Sérgio Azevedo Lopes

2º Examinadora – Prof^a. Dra. Alexandrina Luz Conceição

Dedico esta dissertação a:

A meu filho, que ainda não nasceu, mas foi fonte de inspiração e peleja na construção dessa dissertação.

Filho você é natureza expressada no amor universal, e não no amor romântico, que seu pai, Hugo, despertou em mim, assim, se fez a vida. E que a vida baseada no amor universal (amor entre todos os seres humanos) se faça presente na Geografia de todo o mundo, não espero que seja amanhã, pois só a História pode responder isso.

AGRADECIMENTOS

Dirijo um agradecimento especial à minha família, principalmente, pelo apoio e acompanhamento dos meus passos até o presente momento. Não poderia deixar de agradecer a meu companheiro Hugo, pela compreensão da ausência, quando tive que passar horas a fio estudando, pelo amor e carinho ao filho que estamos esperando, esse amor familiar estimulou-me a melhorar, cada vez mais, minha pesquisa. A minha mãe, presença garantida nos momentos difíceis. As minhas tias Arlene e Aline, que demonstraram que a família está presente em tudo apesar da distância, pois sinto a presença delas como uma constante no dia-a-dia. Do mesmo jeito que a minha irmã Shirley, apesar da dificuldade de comunicação, sempre estamos lembrando o laço que nos une, sem esquecer sua presença no dia-a-dia. A minha sobrinha Frida, por simplesmente ser quem é. Ao meu padrasto Jairton. E a todos os meus familiares de forma geral.

Ao meu orientador, Prof. Dr. José Eloízio da Costa, e aos colegas do grupo de Pesquisa Transformações no Mundo Rural, pelo aprendizado que tive com as leituras dos textos, que sempre debatemos.

À professora Alexandrina Luz Conceição tanto pela participação na qualificação quanto pelo aprendizado teórico que tive em sala de aula, pois todas as disciplinas que participei com aquela me deram sensação de satisfação teórica.

À professora Josefa Lisboa tanto pela contribuição em sala de aula quanto pela compreensão nos momentos difíceis.

À professora Vera França pela contribuição em sala de aula.

Seria impossível esquecer-me dos companheiros de curso, que contribuíram para o aclaramento das idéias e o estímulo nas horas difíceis, desses levo uma recordação especial. A nomeação sempre acaba sendo incompleta, mas mesmo assim arrisco-me em citar Rosana, Alcéia, Luciano, Lucivalda, Fernanda, Ricardo, Ana Consuelo, Roseane, Benizário, Shiziele, Eline, Carmem, Marcos, Júnior, Venozina, Fabricia, Hilário, Ivana, Magaiver, Rodrigo, Márcia. Em especial ao colega Hunaldo, que ajudou na elaboração dos belos mapas dessa dissertação, e a Dayse, pela ajuda nas horas difíceis. E a todos aqueles que não foram citados, mas que participaram da construção desta.

Aos feirantes do Castelo Branco que tiveram paciência em responder às entrevistas, mesmo ocupados em suas atividades na feira.

À Cesar Augusto pela correção do resumo em inglês.

Aos meus amigos karine Michelle, Danilo, Rafael, Glauco, Gilmar, Andreh, Dani Celeski, Alba, Dorinha, Edson, Eliankir, Eliésio, Jucinar, Wislânia, Kátia, Marta, Max, Miguel, Peixe, Reuel, Tarcisio, Rinaldo, Tina, Ulisses, Wenna, Uyara e para aqueles que eu tenha esquecido por falha na memória.

RESUMO

A importância da pesquisa consiste em analisar a inserção da produção camponesa sob a lógica do capital nas feiras, tomando como referência o papel do intermediário e da subordinação\determinação dos preços da produção, tendo como marco empírico-analítico a feira do conjunto Castelo Branco/Aracaju. Primeiramente, um resgate do surgimento da troca até como ela se processa na modernização foi importante, levando em consideração o aparecimento da feira nesse processo. Assim, é a partir da modernização, quando a cidade reproduz um mercado permanente, que o mercado periódico que originou as feiras vai perdendo a capacidade de localidade central. Nessa lógica, os dois circuitos da economia (superior e inferior) são importantes para se compreender o funcionamento das feiras nas cidades. Diante desse quadro, a transferência de uma parte da produção camponesa para a feira da cidade mais próxima é um exemplo do modo pelo qual esse cultivo circula. Então, a forma essencial de capital que subordina a produção camponesa é a comercial. Assim, constatado que parte das mercadorias que circulam na feira é de origem camponesa, sente-se a necessidade de definir o conceito de camponês. A literatura sobre a produção camponesa é vastíssima, indo desde o resgate dos clássicos, passando por discussões onde o processo contraditório de reprodução ampliada do capital engendraria relações não-capitalistas de produção, até a pluriatividade. A metodologia empregada no estudo consiste no debate para construir a figura do campesinato enquanto ator social e sua articulação com o segmento da circulação, além da pesquisa de campo a partir da observação participante e da realização de entrevistas semiestruturadas na feira em estudo. Conclui-se que, as consequências para a quebra da autossuficiência de sistemas de produção anteriores ao capitalismo foram muito importantes para a expansão do capital e importância da feira nesse contexto se deu porque ela foi o local onde os primeiros humanos exerceram trocas de mercadorias excedentes e porque ela está inclusa na esfera da circulação, aonde a produção camponesa chega já em forma de mercadoria. Esta que chega a feira obedece ao processo de acumulação de riqueza no capitalismo, ressaltando suas especificidades.

PALAVRAS-CHAVE: feiras-livres, capital e produção camponesa

ABSTRACT

The importance of this research is to analyze the insertion of peasant production, under the capital logics in popular markets, taking as reference the liaison and the subordination/ determination the of production prices. The empirical site is the popular market in the district of Castelo Branco in Aracaju. Firstly, a return of the origins of exchange up to its processes in modernization was important, including the appearing of the popular markets in this process. Therefore, it is with the modernization that the city reproduces a permanent market and the periodical market loses its capacity of central place. In this reasoning, the two economic circuits (superior and inferior) are important to understand the functioning of the markets in the cities. Therefore, the transference of a part of peasant production to a market of closest city is an example of the way that this cultivation circulates. Then, the essential form of capital that subordinates the peasant production is the commercial type. Verified that part of the goods that circulates in the fair is of peasant origin, it is necessary to define the peasant concept. The literature about peasant production is extensive, from the reading of the classics, debates on the contradictory process of enlarged reproduction of capital would engender no capitalist production relations, up to pluriactivity. The methodology employed in the study consists in the debate to construct the peasant image as a social actor and its link with the circulation segment, beyond the field research thought participant observation and accomplishment of interviews in the market. The conclusion is that the consequences for the breaking of the self-sufficiency of systems of production prior to capitalism was very important for the capital expansion and the popular market was important in this context because it was there that man made their first exchanges and because it is included in the sphere of circulation, where peasant production has come in the form of merchandise. This comes to show that it follows the process of accumulation of wealth under capitalism, highlighting their specificities.

KEY-WORDS: popular markets, capital e peasant production

LISTA DE FIGURAS

- FIGURA 1 – Influência da feira de gado de Arcoverde/PE no Nordeste – página 41.
- FIGURA 2 – Tipo característico de tangerino – página 42.
- FIGURA 3 – Aspectos da feira na cidade de Feira de Santana/BA. 1952 – página 43.
- FIGURA 4 – Aspectos da feira na cidade de Feira de Santana/BA. 1952 – página 43.
- FIGURA 5 – Fluxo dos processos sociais vinculados ao trabalho camponês – página 51.
- FIGURA 6 – Centro comercial de Aracaju. Em destaque a Rua da Aurora – página 54.
- FIGURA 7 – Centro comercial de Aracaju/SE – início do século XX – página 58.
- FIGURA 8 – Aspectos da feira e do mercado Antônio Franco. Aracaju/SE. 1943. Página 62.
- FIGURA 9 – Comércio de bairro - Castelo Branco. Aracaju/SE – página 68.
- FIGURA 10 - Comércio de bairro - Castelo Branco. Aracaju/SE – página 68.
- FIGURA 11 – Feira do Castelo Branco. Entrada pela Avenida São João Batista. Aracaju – página 97.
- FIGURA 12 – Venda de produtos em caixote – feira do Castelo Branco – Aracaju/SE – página 99.
- FIGURA 13 – Utensílios dos vendedores – feira do Castelo Branco – Aracaju/SE – página 100.
- FIGURA 14 – Transporte utilizado na feira do Castelo Branco – mercedinhas – página 101.
- FIGURA 15 – Vendedores arrumando mercadorias na mercedinha – página 102.
- FIGURA 16 – Carrocinhas articuladas em carros de passeio utilizadas no transporte de mercadorias – feira do Castelo Branco – Aracaju/SE – página 103.
- FIGURA 17 – Vendedores – pai e filho – feira do Castelo Branco – página 104.
- FIGURA 18 – Sergipe. Áreas agricultáveis. 1995/1996 – página 125.
- FIGURA 19 – Sergipe. Cultivos temporários. 2000-2002 – página 126.
- FIGURA 20 – A inclusão perversa da produção camponesa no ciclo rotativo do capital e a feira – página 136.
- FIGURA 21 – Origem dos feirantes. Feira do Castelo Branco. Aracaju/SE – página 148.
- FIGURA 22a – Procedência dos diferentes tipos de olerícolas da feira do Castelo Branco, Brasil – página 150.
- FIGURA 22b – Procedência dos diferentes tipos de olerícolas da feira do Castelo Branco, Sergipe – página 151.

FIGURA 23a – Procedência dos diferentes tipos de frutas da feira do Castelo Branco, Brasil – página 153.

FIGURA 23b – Procedência dos diferentes tipos de frutas da feira do Castelo Branco, Sergipe – página 154.

FIGURA 24 – Procedência dos diversos tipos de tubérculos da feira do Castelo Branco – página 155.

FOTO 1 – Feirante e camponês de Malhador: estoque pequeno e pouca capacidade de acumular – página 106.

FOTO 2 – Feirante de Aracaju com possibilidade de acumular - página 107.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Distribuição dos Feirantes do Castelo Branco em outras feiras de bairro de Aracaju, cidades e estados – página 72.

TABELA 2 – Origem dos Vendedores – feira do Castelo Branco – Aracaju/SE – página 73.

TABELA 3 – Condição do Vendedor – feira do Castelo Branco – Aracaju/SE – página 78.

TABELA 4 – População absoluta, densidade demográfica e % - página 82.

TABELA 5 – N. de Estabelecimentos Industriais de Aracaju e região metropolitana – 2006-2007 – página 84.

TABELA 6 – Meios de Transporte utilizados pelos vendedores – feira do Castelo Branco – Aracaju/SE – página 101.

TABELA 7 – Brasil – Distribuição do volume de produção – lavouras temporárias – página 123.

TABELA 8 – Evolução da posição do Brasil no mercado mundial do agronegócio, 2003 – página 123.

TABELA 9 – Sergipe: cultivos temporários. Médias trienal e bienal – índice de crescimento – página 127.

TABELA 10 – Valores da Produção dos cultivos temporários em Sergipe – página 128.

TABELA 11 – Sergipe: cultivos permanentes. Médias anuais. Índice de crescimento – página 129.

TABELA 12 – Valor da produção, área ocupada, quantidade produzida dos cultivos temporários em Sergipe – página 130.

TABELA 13 – Mercadorias de Itabaiana vendidas no CEASA/Aracaju/Se – página 146.

TABELA 14 – Comercialização no CEASA/Aracaju/SE – página 149.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Feiras de bairro de Aracaju/SE: dias da semana e localidades – página 70.

QUADRO 2 – Os dois circuitos da economia urbana – página 95.

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA

AGRADECIMENTOS

RESUMO

ABSTRACT

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE TABELAS

Páginas

INTRODUÇÃO..... 13

CAPÍTULO 1 - A TROCA, A ORIGEM DAS FEIRAS E A RELAÇÃO CIDADE/CAMPO

1.1 - A troca e as feiras na economia mercantil.....17
1.2 - A origem da feira no Brasil.....27
1.3 - A economia açucareira, a agricultura de subsistência e a feira.....31
1.4 - O desenvolvimento da pecuária e a feira de gado no Nordeste e em Sergipe.....36
1.5 - O Brasil a partir de 1930, a modernização e o fim da feira de gado.....44
1.6 - A origem da feira em Aracaju e a feira do conjunto Castelo Branco.....53

CAPÍTULO 2 - A NÃO CENTRALIDADE URBANA DA FEIRA E O DESVELAR DA PRIMAZIA DE ARACAJU NO ESTADO DE SERGIPE

2.1 - A não centralidade urbana da feira em Aracaju.....74
2.2 - A caracterização da feira do Castelo Branco.....89

CAPÍTULO 3 - A INSERÇÃO PERVERSA DO CAMPONÊS NO CICLO ROTATIVO DO CAPITAL: DA PRODUÇÃO CAMPONESA À SUBSUNÇÃO DO TRABALHO NA CIRCULAÇÃO

3.1 - O significado da produção camponesa no capitalismo e sua distribuição.....112
3.2 - A produção camponesa em Sergipe.....122
3.3- A distribuição da produção camponesa.....131

3.4 - A comercialização da produção camponesa na feira do conjunto Castelo Branco: a subsunção do trabalho camponês na circulação.....	137
3.5 - As relações sócioespaciais travadas no lugar de troca da feira do Castelo Branco.....	156
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	162
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	167
ANEXOS	183

INTRODUÇÃO

A partir da vivência na feira, como consumidor, se tornou inevitável a indagação do processo de produção do espaço, através das relações sociais que estão à frente da circulação de mercadorias, a partir de uma esfera em que não se pode observar empiricamente o processo o qual se deu sua chegada. Assim, foi dado início ao procedimento de elaboração da presente pesquisa. É sabido que parte da produção que se insere na feira é camponesa, e essa produção participa em quatro momentos na produção do espaço por ela produzida: produção, distribuição, circulação e consumo. Daí consiste o fato de não se trabalhar em separado esses momentos, já que desvirtuaria por completo a análise pretendida. Assim, durante o período de indagação, através da leitura referente à temática, surgiu a principal questão: como analisar a inserção da produção camponesa nas feiras, levando em consideração a subordinação dessa produção ao capital?

A importância da pesquisa consiste em analisar a inserção da produção camponesa, sob a lógica do capital, nas feiras, levando em consideração a subordinação dessa produção ao capital, tomando como estudo a feira do conjunto Castelo Branco. A comercialização nas feiras urbanas é concebida como estratégia de reprodução ou extensão do trabalho dos camponeses, quando na verdade atua na contribuição da agricultura no processo de acumulação do capital, sob o lastro da reprodução dos baixos níveis de vida, permitindo baixos custos de trabalho e maior ganho acumulativo das personificações observadas principalmente no segmento da comercialização.

Para a realização do estudo da feira do conjunto Castelo Branco, localizado na porção sudoeste de Aracaju, inicialmente foi priorizado a revisão bibliográfica da temática em tela, além da constituição do fichamento de livros, teses, dissertações e artigos científicos. A pesquisa bibliográfica compreendeu a identificação de obras referentes a temática, utilizando as referências fornecidas na Biblioteca Central (BICEN) da Universidade Federal de Sergipe, e Biblioteca setorial do Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, bem como de outros programas de pós-graduação, particularmente das Ciências Sociais.

Também foi realizado o procedimento metodológico da coleta de dados secundários em arquivos de órgãos públicos e em entidades de direito público interno como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Empresa Municipal de Serviços Urbanos (EMSURB). De uma forma geral os órgãos públicos e as entidades puderam fornecer dados que ajudaram na constituição de uma análise mais detalhada da

temática, como por exemplo, a quantidade de produção agrícola nos diferentes municípios sergipanos; através da Empresa de Desenvolvimento Agrário de Sergipe (EMDAGRO). Eles também puderam entender e esclarecer sobre as normas que regulam a disposição dos feirantes/vendedores (atestando sua influência na estrutura e funcionalidade da feira ou não), etc.. Além dos órgãos públicos e entidades tivemos também acesso a documentos como relatórios de inspeção, fragmentos de jornais, revistas, etc. Esse procedimento ajudou a conhecer a cidade de Aracaju em seus diversos momentos históricos.

A pesquisa de campo operou através do levantamento de informações e da necessária observação da feira; estes foram feitos através de conversas informais, da observação direta e da realização de entrevistas semi-estruturadas e aplicação de questionários com perguntas abertas e fechadas, com os principais atores sociais envolvidos, alcançando os seguintes:

- 1 – Feirantes – que integraram a ponta da intermediação dos produtos agrícolas e que foram feitas entrevistas in loco na feira do Castelo Branco\Aracaju. A partir das informações obtidas entre os feirantes da feira do Castelo Branco e do CEASA/Aracaju, identificamos quem realmente tem maior regularidade no fornecimento desses produtos.
- 2 – Caminhoneiros - que confirmaram a procedência das mercadorias vendidas em feiras de Aracaju, como sendo em sua grande maioria de camponeses.
- 3 – Atacadistas do CEASA/Aracaju – que confirmaram a procedência das mercadorias vendidas em feiras de Aracaju, como sendo em sua grande maioria de camponeses.

Completa-se com o procedimento da aplicação dos questionários, elaborado com questões abertas e fechadas, de modo que as respostas permitissem uma interpretação mais detalhada em consonância com os objetivos propostos no trabalho. Esses questionários foram dirigidos aos vendedores da feira do Castelo Branco, além de alguns atacadistas, representantes institucionais, aos caminhoneiros e motoristas de veículos utilitários.

No trabalho de campo, a feira foi observada com uso do registro fotográfico, estes são levantamentos funcionais, descrevendo os elementos e sua disposição espacial. As figuras não foram apenas imagens demonstrativas do fato em si ou formas de apresentação de resultados; servindo como instrumento de análise ao desenvolvimento do tema.

Os conceitos centrais de análise foram fundamentados nas seguintes categorias: camponês, espaço, lugar, feira, renda da terra, circuitos da economia urbana e mercadoria; que foram utilizados para a execução da pesquisa.

Em linhas gerais, a reprodução do capital se realiza através da visibilidade dos preços que supõe a existência de forças não-capitalistas e capitalistas na agricultura, já que elas são as condições necessárias para a estrutura de preços que garantem rápido crescimento da taxa de lucro no âmbito da circulação da mercadoria. Assim, as mercadorias que circulam na feira do Conjunto Castelo Branco não são apenas de origem camponesa, mas, também de grandes proprietários de terra (capitalistas). Porém, quanto às mercadorias, provenientes de diferentes tipos de relações sociais que as produziram, entram no mercado se tornam iguais devido ao equivalente geral que é o dinheiro.

Assim, o primeiro capítulo enfatiza um resgate da troca, incluído a importância do surgimento histórico da feira nesse processo. Pois, é preciso conhecer o fenômeno na sua origem, para se fazer uma análise apurada dele, levando em consideração de como ele era para entender as especificidades do mesmo, projetando conjecturas futuras, sem sermos deterministas em nossas análises.

A troca começa desde o estágio da sociedade fundada na propriedade comum, produto por produto. Com o tempo, as trocas ocasionais, repetindo-se com mais frequência, tornaram-se um hábito, depois uma regra e pouco a pouco se começou a fabricar produtos diretamente para a troca. Assim, a primeira forma de manifestação da oposição entre o urbano e o rural surge com o “desenvolvimento da economia mercantil e com a ampliação subsequente do espaço da circulação de mercadorias, com o qual vão sendo ultrapassados os estreitos limites da economia natural, em que o homem viveu durante milênios” (MARX apud ROTTA, 1997, p.162-163). O mercado era o lugar onde se realizavam as transações de mercadorias e serviços e localizava nas praças ou em recintos fechados. Nesse momento o mercado confunde-se com a feira, sendo o embrião de um mercado que se tornará complexo e sofisticado; onde as mercadorias passarão a ser vendidas em estabelecimentos permanentes e as feiras predominarão como forma de comercialização temporária e em estabelecimentos móveis.

As feiras são um dos aspectos mais importantes da organização econômica da Idade Média. “As feiras eram organizadas de forma itinerante, porque não havia procura constante de mercadorias. Assim, os comerciantes tinham que se deslocar de um lugar

para outro. A partir daí, o comércio aumentou em grandes proporções e as feiras começaram a crescer” (COSTA e CLEPS, 2003).

Não há dúvida que o maior desenvolvimento do comércio na transição entre o modo de produção feudal e o surgimento do modo de produção capitalista na Europa tenha sido um dos elementos principais para o desenvolvimento dos mercados periódicos e das grandes feiras, tanto que tais instituições foram exportadas para alguns das colônias européias no continente americano, como o Brasil (DANTAS, 2008, p.89). No processo de expansão do comércio exterior e da formação do mercado mundial, fruto da expansão marítima e comercial, assim como no desenvolvimento do capitalismo em expansão, o Brasil está incluso através da relação que travou como colônia de Portugal. Desse modo, esse país ibérico trouxe a feira como forma particular de troca de gêneros agrícolas.

Em Sergipe, as feiras aparecem de acordo com o surgimento dos núcleos urbanos e rurais. Nas cidades, elas desenvolveram-se a partir da edificação de um mercado, como é o caso da Aracaju; nas zonas rurais, a partir do abatimento de reses, em vilas, freguesias, povoados, etc., constituindo-se nas feiras de gado. Essas feiras surgiram devido a necessidades de consumo da população e são importantes na contribuição para que a urbanização tivesse um considerável estímulo, devido à maior movimentação de pessoas nos locais próximos a elas.

No segundo capítulo discutimos a questão da modernização, quanto mais a cidade mantém um mercado permanente e diversificado, mais o mercado periódico perde as características que lhe são peculiares: a capacidade de mudar completamente, a vida do aglomerado durante um dia, de criar um ritmo próprio na existência da localidade. É o que acontece com o objeto empírico em tela, onde a feira guarda algumas características do mercado periódico.

Nessa lógica, os dois circuitos da economia urbana são importantes para se compreender o funcionamento das cidades sob a égide da modernização. O circuito superior utiliza o instrumento da inovação tecnológica, com forte capital intensivo, como é o caso dos supermercados sob o espectro da circulação da mercadoria. Por outro lado no circuito inferior o elemento determinante é o trabalho intensivo e a baixa rotatividade do capital, como é o caso das feiras livres. O exame das características de cada um dos dois circuitos evidencia uma oposição entre ambos. Em contrapartida, no interior de cada circuito, tecnologia, organização, porte de atividade, regime e volume

de emprego, recurso ou não à publicidade, etc. aparecem como elementos dotados de uma lógica interna.

No terceiro capítulo foi analisado como os produtos camponeses foram adquiridos e observados nos processos de distribuição e de circulação das feiras, localizadas no espaço urbano.

CAPÍTULO 1 - A TROCA, A ORIGEM DAS FEIRAS E A RELAÇÃO CIDADE/CAMPO

1.1 - A Troca e as Feiras na Economia Mercantil

A princípio, como mostra Luxemburgo (1969), na economia da comunidade comunista os membros possuem em comum o solo e todos os meios de produção, a sua vontade comum decide da criação destes ou daqueles produtos, na época tal e na quantidade tal. A massa de produtos acabados, pertencentes a todos, é repartida entre todos. O produto social era elaborado em comum por todos da comunidade e sob a sua direção e o que era produzido constituía desde o início produto entre os indivíduos e somente então os membros da comunidade entravam, a título individual, na posse do produto destinado ao seu consumo. A comunidade mantinha um trabalhador especializado em determinada atividade porque tinha necessidade do produto que era proveniente daquela; no interior da sociedade primitiva a divisão do trabalho está pouco desenvolvida. Ou seja, a maior parte dos trabalhos eram executados por todas as famílias. Aquele trabalhador produzindo de acordo com a necessidade da comunidade, sendo esta nula em determinados momentos, nem sempre era cogitado ao trabalho. Nem por isso a sua participação nos meios de subsistência era afetada.

A troca começa desde o estágio da sociedade fundada na propriedade comum, produto por produto. Porém, a primeira troca não se efetuou no interior da comunidade ou da tribo, mas no exterior, não entre os membros de uma mesma tribo, de uma mesma comunidade, mas entre diferentes comunidades e tribos, onde entraram em contato. Não é tal membro de uma tribo, de uma mesma comunidade quem negocia com um estranho à tribo, são os seus chefes quem negociam. Não havia na Pré-história indivíduos isolados vivendo e trabalhando para eles mesmos, a troca do homem pelo homem demorou milênios para aparecer (LUXEMBURGO, 1969, p. 280-281). Trocava-se tudo que era necessário para a sobrevivência humana.

No comunismo primitivo surge a primeira forma de troca incipiente, através dos excedentes; em que uma tribo se relacionava com outra de forma indireta. Pois, o contato se dava através de certo distanciamento, um primeiro homem colocava o produto um pouco a frente, visível o suficiente a tribo adversária, e recuava; por sua vez um segundo homem ia a esse mesmo local e substituíria o produto de sua tribo por aquele; por fim, o primeiro recolhia o produto que o segundo deixara. “Tradicionalmente os antropólogos culturais têm considerado que a evolução do comércio começa com uma troca interpessoal de pequena escala e com uma oferenda ritual a um nível intracomunitário” (BROMLEY apud BELSHAW, 1980, p.649). Nesse momento a urbanização é inexistente.

Com o tempo, as trocas eventuais, repetindo-se com mais frequência, tornaram-se um hábito, depois uma regra e pouco a pouco se começou a fabricar produtos diretamente para a troca. As tribos e os povos especializaram-se num ou em vários ramos de sua produção com vista à troca. A divisão do trabalho entre as tribos começa a desenvolver-se. O comércio permaneceu durante muito tempo uma troca, produto por produto (LUXEMBURGO, 1969, p. 281-282).

Quando a harmonia existente dentro da comunidade comunista se extinguiu, e a cadeia que antes ligava todos os trabalhos especializados num trabalho comum quebra-se, cada indivíduo trabalha agora por sua conta própria. Para viver tem de produzir objetos de que não tem necessidade, mas que os outros têm. Existe, portanto a necessidade de haver uma reciprocidade. Por exemplo, o sapateiro dá sapatos ao padeiro para receber pão e vice-versa, satisfazendo suas necessidades. Assim, com a divisão do trabalho altamente desenvolvida, com independência total dos produtores entre si e na ausência de toda a organização entre eles, a única via para que todos tenham acesso aos produtos dos diversos trabalhos é a troca. Esta criou um novo laço entre os produtores privados, atomizados, isolados e separados uns dos outros, o trabalho e o consumo a troca (LUXEMBURGO, 1969). Ou seja, aos poucos se processa a separação entre o trabalho e o consumo; a separação entre o homem e a natureza.

A antiga troca dispõe de duas operações distintas: venda e compra. Anteriormente a troca de produtos era simplesmente fazendo-os trocar de mãos. Compra e venda era uma só operação. Nesse momento a troca se dava por meio de subsistência, só se trabalhava na medida em que se tinha necessidade de satisfazer as necessidades cotidianas. A partir de determinado momento essa relação social vai se transformando e

é necessário um meio de troca universal e oficialmente reconhecido para a troca de todas as mercadorias. Esse meio universal é necessitado por todos os produtores porque é a mercadoria mais desejada e esta quanto mais possuir peculiaridades em relação às outras mais desejadas será, tornando-se o equivalente geral. Cada um deseja os produtos mais diversos de que tem necessidade, mas só pode dar em troca um único produto. E é impossível que todas as mercadorias sejam desejadas por todos a cada momento. Houve sempre, em toda a sociedade, uma mercadoria desejada por todos. Essa mercadoria mais desejada assegura a existência da sociedade, pois, é intercambiável por todas as outras que atendem a outras necessidades do ser humano, ou seja, podem-se obter a todo o momento outros produtos através dela. E ainda ela, ao contrário dos outros produtos privados, é o único produto diretamente social, porque é trocável a todo o momento (LUXEMBURGO, 1969). Assim, dá-se início ao processo de formação da economia mercantil que demorara séculos para se concretizar. A economia mercantil dos povos europeus, plenamente formada, só aparecera no fim da Idade Média, nos séculos XV e XVI.

Assim, a primeira forma de manifestação da oposição entre o urbano e o rural surge com o desenvolvimento da economia mercantil e com a ampliação subsequente do espaço de circulação de mercadorias, com o qual vão sendo ultrapassados os estreitos limites da economia natural, em que o homem viveu durante milênios. Para que isso ocorresse não foi necessária ainda nenhuma alteração significativa na base do processo produtivo. Produz-se ainda para o uso, sendo trocado apenas aquilo que ultrapassa as necessidades do produtor. Essas primeiras trocas, mais que quaisquer outras, resultam diretamente das diferenças espaciais existentes no meio natural onde vivem os produtores (MARX apud ROTTA, 1997, p.162-163). “Trata-se de uma forma bastante elementar da divisão social do trabalho, caracterizada, de início, pela troca direta de mercadorias (M-M) ou mesmo por uma troca mediatizada por algum equivalente geral que faz às vezes de dinheiro (M-D-M)” (MARX apud ROTTA, 1997, p.162-163). Além disso, no período da economia mercantil, no qual a produção se destina a trocas e não apenas ao uso imediato (valor-de-uso), não se generalizou o trabalho assalariado; os trabalhadores vendiam o produto de seu trabalho, mas não o seu próprio trabalho. Assim, o espaço ainda é muito restrito e só tomará uma proporção próxima ao que está atualmente a partir da criação do mercado a nível mundial.

A atividade de troca é tão antiga como a própria história do homem. Desde o momento em que em uma sociedade começa a existir um excedente regular de produção, surge também a troca de produtos. Com a expansão desta atividade, aparece a figura do comerciante e, a partir daí, têm-se início a divisão social do trabalho (COSTA e CLEPS, 2003). Ocorre uma expansão na escala do comércio e no tamanho da comunidade, seguidos por uma ampliação do comércio que passa a realizar contatos entre as comunidades. Eventualmente, com a crescente divisão do trabalho e diversidade de produção, e com o desenvolvimento de sistemas administrativos mais sofisticados, as trocas simples realizadas em encontros casuais ou ocasiões sociais são substituídas por jornadas comerciais especializadas e instituições mercantis organizadas. Uma das primeiras instituições mercantis a desenvolver-se foi o mercado (BROMLEY apud BOHANNAN e DALTON, 1980, p.649).

O mercado era o lugar onde se realizavam as transações de mercadorias e serviços e se localizava nas praças ou em recintos fechados. Neles vendiam-se produtos agrícolas e artesanais (COSTA e CLEPS, 2003). Nesse momento o mercado confundia-se com a feira e é o embrião de um mercado que se tornará complexo e sofisticado; onde as mercadorias passarão a ser vendidas em estabelecimentos permanentes e as feiras predominarão como forma de comercialização temporária e em estabelecimentos móveis. Esse mercado mais complexo é aquele que se subentende uma abstração, ele não apresenta uma concretude, diferente do que ocorre com o mercado ou mercado periódico como sinônimo de feira, onde se observa um número concreto de compradores ou vendedores, como ocorria no processo de formação do mercado mais complexo.

Nas sociedades onde os mercados periódicos primeiro se desenvolveram, as trocas de mercadorias exigiam uma conveniência recíproca de lugar e tempo, e uma ou ambas as partes tinham que se dirigir para um lugar comum de comércio. Como a informação difundisse a troca, os comerciantes e os clientes em potencial tinham que saber onde e quando se encontrar (BROMLEY, SYMANSKI e GOOD apud BOHANNAN, 1980, p.189).

Geralmente os comerciantes e consumidores locais eram também produtores, e não podiam ir ao mercado sempre que desejassem. Através de um acordo mútuo devem ter escolhido negociar um dia tradicional de descanso ou num dia em que era de costume se dirigirem à uma localidade central para o cumprimento de atividades sociais e religiosas ou para ouvir proclamações, pagar tributos, ou receber donativos da

autoridades locais (BROMLEY, SYMANSKI e GOOD apud HODDER e UKWU, 1980, p.189).

Para Costa e Cleps (2003) a relação existente entre a troca de produtos e as demais fases do processo econômico é de interdependência e, para que ela seja entendida numa formação social é necessário entender como ela produz seus bens. Elas ainda continuam afirmando que desde a antiguidade, as feiras caracterizam-se como um lugar onde ocorre à troca de mercadorias entre pessoas de diferentes lugares.

Por conseguinte, Lefébvre traça um eixo bastante interessante, em seu livro “Direito à cidade”, para explicar as diversas etapas pela qual a cidade passou, até chegarmos a conclusão de como ela se encontra na atualidade, a saber: a cidade política (realizada no modo asiático de produção), a cidade comercial, a cidade industrial e, por último, a cidade como se encontra configurada no século XXI, ou seja, onde o tecido urbano vai estender suas atividades ao campo. A importância de tocar nesse tema se dá porque as feiras e mercados foram formados a partir das trocas, que passaram a se estabelecer em uma economia mercantil, e a suposta origem daqueles está ligada a formação das cidades.

A cidade, na história dominante da economia política, constitui o resultado do aprofundamento da divisão sócio-espacial do trabalho em uma comunidade. Este aprofundamento resulta de estímulos provocados pelo contato externo e abertura para outras comunidades envolvendo processos regulares de troca baseados na cooperação e na competição. Implica, assim, de um lado um sedentarismo e uma hierarquia sócio-espacial interna à comunidade e de outro, movimentos regulares de bens e pessoas entre comunidades. Localmente exige uma estrutura de poder sustentada pela extração de uma excedente regular de produção situada no campo. Assim, a cidade implica a emergência de uma classe dominante que extrai e controla este excedente coletivo através de processos ideológicos, acompanhados, certamente, pelo uso da força (MONTE-MÓR, 2006, p.7).

A passagem da cidade política para a cidade mercantil é marcada pela entrada da praça de mercado no interior das muralhas das cidades controladas pelos mosteiros ou castelos. Incentivadas pelas feiras locais e regionais (em múltiplas escalas, mesmo “internacionais”) de artigos de luxo, as elites gradativamente permitiram a entrada da burguesia nascente no espaço do poder, logo deslocando a centralidade do poder dos palácios e mosteiros para a praça de mercado que teve nas cidades seu espaço privilegiado (MONTE-MÓR, 2006, p.7-8). “Assim, a cidade mercantil, o lugar central

para onde os excedentes regionais eram voluntariamente trazidos e comercializados, resulta da entrada da burguesia na cidade, e sua eventual conquista” (MONTE-MÓR, 2006, p.8).

Assim, a cidade comercial integra o mercado integrando-se ela mesma numa estrutura social baseada nas trocas, nas comunicações ampliadas, no dinheiro e na riqueza mobiliária. Vem a seguir um ponto crítico decisivo, onde a importância da produção agrícola recua diante da importância da produção artesanal e industrial, do mercado, do valor de troca, do capitalismo nascente. Este ponto crítico se situa no século XVI (LEFÉBVRE, 1969, p. 69-70). Mais adiante este ponto crítico será explanado e se trata do advento da cidade industrial.

Antes disso a auto-suficiência se constitui num dos principais entraves para o desenvolvimento do comércio na Idade Média. Como havia um baixo nível de trocas comerciais, não havia a necessidade de produção de excedentes em grande escala. Neste contexto, o campo passa a ser a única fonte de subsistência e de riqueza. Assim, o principal elemento das feiras para seu desenvolvimento foi precisamente a expansão dos excedentes agrícolas produzidos no contexto de uma economia de caráter feudal.

Na Idade Média existia uma forma de proteção concedida ao campesinato pelos senhores nobres aos quais os camponeses deveriam trabalhar para aqueles, contribuindo com fornecimento de produtos ou dias de trabalho para o senhor. Porém, quando a nobreza valorizou o dinheiro (que passou a ser meio universal de troca, a mercadoria mais desejada), as contribuições em trabalho aumentaram vertiginosamente para fins comerciais, as corvéias tornaram-se servidão e o camponês passou a ter seu trabalho explorado. “A expansão do comércio e a dominação do dinheiro levaram a substituir as prestações em produtos dos servos por impostos em dinheiro” (LUXEMBURGO, 1969, p. 287).

Além disso, na Idade Média, se observava, por toda parte, a pequena indústria baseada na propriedade privada do trabalhador sobre os meios de produção: no campo, a agricultura corria a largo de pequenos lavradores, livres ou vassalos; nas cidades, a indústria achava-se nas mãos dos artesãos. Os meios de trabalho – a terra, os instrumentos agrícolas, a oficina, as ferramentas – eram meios de trabalho individual, destinados unicamente ao uso individual. A produção era para consumo imediato, seja do produtor, seja do senhor feudal; só no caso em que fica um excedente de produtos, depois de ser coberto aquele consumo, este excedente é posto a venda e lançado no mercado(ENGELS, 1981).

Dessa forma, a produção tem por forma principal um regime de divisão social do trabalho criado paulatinamente, por impulso elementar, sem sujeição a plano algum, a produção imprime aos produtos a forma de mercadoria, cuja troca permite aos diferentes produtores individuais satisfazer as suas diversas necessidades. E isso era o que acontecia na Idade Média. O camponês, por exemplo, vendia ao artesão os produtos da terra, comprando-lhes em troca os artigos elaborados na sua oficina (ENGELS, 1981). Aí nota-se a relação cidade/campo nessa época e é partir dessa sociedade de produtores isolados, de produtores de mercadorias, que viria a surgir o modo capitalista de produção.

Por conseguinte, segundo Souto Maior, as feiras tiveram sua efetivação na Idade Média. Assim, com o objetivo de expandir o comércio por meio dos produtos adquiridos no Extremo Oriente, os quais eram distribuídos através do Mediterrâneo. Dessa forma, foi possível a abertura dos grandes comércios junto a cidades como Gênova, Veneza e Pisa. E ainda o comércio se intensificou com as feiras “das índias, de Florença e de algumas regiões da Europa e Ásia (SOUTO apud LIMA e SAMPAIO, 2009, p.7).

Henri Pirenne mostra-nos a importância que as feiras-livres tiveram para o nascimento das cidades, pois os primeiros humanos ao exercerem suas trocas de mercadorias excedentes formaram as primeiras aldeias, que depois se transformaram em cidades. Aí está a destacada importância que tiveram as feiras-livres no que concerne ao desenvolvimento do fator comercial na vida do homem. Existia também o agravante de que nem todos os produtos que a natureza proporcionava poderiam ser consumidos diretamente, precisavam passar por processos de alteração, como por exemplo, o trigo, que precisava ser previamente manipulado para virar pão (LIMA e SAMPAIO, 2009, p.7).

As feiras eram organizadas de forma itinerante, porque não havia procura constante de mercadorias. Assim, os comerciantes tinham que se deslocar de um lugar para outro. A partir daí, o comércio aumentou em grandes proporções e as feiras começaram a crescer (COSTA e CLEPS, 2003). Assim, “[...] as feiras foram especialmente impulsionadas pelas Cruzadas. Visto que, naquela época, era necessária uma atividade comercial que suprisse as necessidades dos comerciantes e dos viajantes” (COSTA e CLEPS, 2003).

Não há dúvida que o maior desenvolvimento do comércio na transição entre o modo de produção feudal e o surgimento do modo de produção capitalista na Europa

tenha sido um dos elementos principais para o desenvolvimento dos mercados periódicos e das grandes feiras, tanto que tais instituições foram exportadas para alguns das colônias européias no continente americano, como o Brasil (DANTAS, 2008, p.89).

Em virtude desse tipo de comércio, foram criados povoados próximos aos locais de instalação que, posteriormente, tornaram-se cidades. Neste sentido, a feira exerceu papel importante na implantação do dinheiro, na manutenção do capitalismo e no surgimento das cidades. Um exemplo a ser considerado é Veneza que, devido à sua localização que facilitava a chegada e o escoamento da produção, caracterizou-se como um importante entreposto comercial (COSTA e CLEPS, 2003).

A passagem da atividade econômica tradicional se efetua progressivamente, à medida que vão se desenvolvendo as atividades mercantis e monetárias. Dessa maneira, os meios ineficazes de produção são abandonados, independentemente das tradições e se escolhem outros, com base em um cálculo relacionado ao ingresso em dinheiro que se pensa em obter. Isso pode significar, inclusive, a substituição de um recurso escasso (terra ou capital). Ao abandonar técnicas e práticas, tais como a troca, os sistemas de pousio, uso de adubos naturais, os arados tradicionais, adotam-se a semente melhorada, fertilizantes, produtos agroquímicos e arado mecânico (ÂNGULO, 2003, p.99).

Com a descoberta da América e do caminho para as Índias Orientais no fim do século XV, o comércio mundial se expande: os novos países passariam a ser fornecedores de produtos e ouro (matéria-prima do dinheiro, equivalente geral). Nas cidades européias e na economia mercantil, quer dizer na produção destinada à troca, tornou-se a forma dominante no cotidiano da vida econômica. Porém, a transição para o capitalismo ocorreria de forma gradativa e desigual no tempo e no espaço. Além disso, apesar de predominar o produtor independente (artesão), foi importante nesse momento a generalização do trabalho assalariado. Lucrava mais quem comprava e vendia a mercadoria, não quem a produzia.

Assim, dá-se início ao surgimento da cidade industrial, a partir do advento do capitalismo, que levaria “a partida para a cidade das populações camponesas despojadas e desagregadas, período das grandes concentrações urbanas” na Europa (LEFÉBVRE, 1969, p. 70). Esse contingente populacional foi importante na formação do exército industrial de reserva que alimentara o espaço fabril, nessa importante passagem para o capitalismo e na futura consolidação da Revolução Industrial. Esta, a partir da segunda metade do século XVIII, inicia um processo de produção coletiva em massa, geração de

lucro e acúmulo de capital. Na Europa Ocidental, a burguesia industrial passaria a dominar o poder econômico e o político. As sociedades vão ultrapassando os tradicionais hábitos da aristocracia (especialmente o privilégio de nascimento) e ao mesmo tempo a força do capital se constitui. A cidade, dessa forma, “significou condição fundamental para o desenvolvimento da indústria, concentrando a população consumidora, os trabalhadores e as condições gerais de produção” (MONTE-MÓR, 2006, p.8).

Além disso, é a partir da Revolução Industrial que se concretiza o caráter fetichista da mercadoria. Ou seja, a produção completamente desenvolvida de mercadorias por trabalhos privados realizados independentes um do outro e apropriados pelo capitalista.

Em outras palavras, cada um dos trabalhos dos produtores independentes se tornam articulações do trabalho social total apenas espontaneamente, naturalmente, isto é, sem um plano consciente dos produtores, e a relação social dos produtores se realiza somente na troca entre os produtores enquanto mercadorias, valores, e, portanto, na forma objetiva de determinadas quantidades de trabalho igual, abstrato (MARX apud QUAIANI, 2002, p.48).

É no capitalismo que os meios de produção transformaram a própria produção, deixando de ser uma cadeia de fatos individuais para se converter numa cadeia de atos sociais, e os produtos transformaram-se de produtos individuais em produtos sociais (ENGELS, 1981). Diferente da comunidade primitiva (onde o homem participava como membro, onde a produção era voltada para a comunidade) a produção era baseada na troca do trabalho livre por dinheiro, com a intenção de reproduzir e valorizar o capital. Diferente até mesmo da sociedade medieval, onde o produtor individual criava os produtos do trabalho, produzidos por ele mesmo, com os seus meios de trabalho e elaborados pela família. Assim, ele se apropriava do produto do seu trabalho, pelo menos em parte, pois, a outra era destinada ao senhor feudal. Nesse outro momento o proprietário dos meios de trabalho, dos meios de produção, continuava apoderando-se do produto, embora, esse produto já não é mais feito por ele, mas, pelo trabalho de outro.

Deste modo, os produtos, criados agora socialmente, não passavam a ser propriedade daqueles que haviam posto em marcha os meios de

produção e eram realmente os seus criadores, mas do capitalista (ENGELS, 1981).

Além disso, a expansão do comércio exterior e a formação do mercado mundial vinham se processando com a expansão marítima e comercial. Durante esse processo o espaço, antes muito restrito, vai se ampliando até atingir os limites mundiais. Aos poucos se dá a extensão das relações sociais (espacialização) travadas no espaço europeu para outras partes do mundo; sendo que aquelas são reflexos das relações de produção determinadas pelo um novo modo de produção que ia aos poucos se configurando: o capitalismo. Assim,

Primeira tendência do historicamente progressivo do capital consiste, portanto, na criação do mercado mundial, na ampliação continua do perímetro de circulação, quebrando o isolamento dos velhos modos de produção baseado no valor-de-uso e revolucionando os meios de transporte e de comunicação (QUAIANI, 2002, p.126).

Com o tempo o laço que passa a ligar os diferentes lugares do mundo é o capital mercantil que vai além dos limites da Europa e se espalha pela escala mundo, levando a grande divisão social do trabalho e a oposição entre o urbano e o rural. De um lado estão as metrópoles, sendo espaço quase exclusivo de circulação de mercadorias, e de outro estão os espaços rurais das metrópoles e as colônias, que são espaços quase exclusivos de produção (exceto na produção marginalizada de gêneros alimentícios vendidos a partir de um determinado momento em feiras); produção baseada muitas vezes no trabalho escravo.

A generalização das trocas e a expansão do mercado a nível mundial levam a uma parte cada vez maior da produção a se transformar em produção voltada para a troca. A produção intencional de mercadorias deixa clara a diferenciação entre valor-de-uso e valor, ambos coexistindo no interior da mercadoria. “O essencial agora para o capital não é mais fazer crescer parasitariamente seu valor pela via da troca desigual, da troca de não equivalentes na circulação, mas de valorizar seu capital no ato produtivo, obtendo assim uma mais-valia” (MARX apud ROTTA, 1997, p. 466).

Rotta (1997, p.466) explica que a mundialização do espaço decorrente dessa mudança pode ser vista a partir de dois aspectos desse processo, colocados segundo aquele por Lênin em seu estudo clássico sobre o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, a saber: o desenvolvimento do capitalismo em profundidade, isto é, o crescimento da

agricultura e da indústria capitalistas num território dado, restrito e determinado, e o desenvolvimento do capitalismo em extensão, isto é, a ampliação da esfera de dominação sobre novos territórios.

Ou seja, nos países dominantes da economia mundial, representantes do desenvolvimento do capitalismo em profundidade, se dá o crescimento sempre contínuo do volume da produção, necessidade da produção designadamente capitalista, a expansão contínua do mercado interior desses países e a constante procura do exterior para escoamento dos seus produtos. “Agora é a indústria que revoluciona constantemente o comércio, num processo interno e autoconcentrado, contrariando à fase anterior” (ROTTA, 1997, p.467). Já nos países dominados da economia mundial, representantes do desenvolvimento do capitalismo em extensão, a articulação externa é feita através do mercado, mas, não podemos confundir com aquela do “período mercantilista, na qual a subordinação se faz através do capital comercial [...]. Agora, a periferia enquanto fonte regular de matérias primas e alimentos e enquanto escoadouro de produtos industriais está submetida aos interesses do capital industrial [...]”(ROTTA, 1997, p.468). Aí são verificados os elementos centrais da oposição entre o espaço urbano (contendo a industrialização e o desenvolvimento em profundidade) e o espaço rural (produtor primário, com o desenvolvimento em extensão).

Nesse momento, a feira deixa de ser, definitivamente, um lugar privilegiado de troca, porque o mercado mundial se consolidou. Porém, ela não deixou de existir, assumindo um formato diferenciado, a depender do espaço e do tempo, a depender da formação sócio-espacial.

1.2 – A Origem da Feira no Brasil

No processo de expansão do comércio exterior e da formação do mercado mundial, fruto da expansão marítima e comercial, assim como do desenvolvimento do capitalismo em expansão, o Brasil está incluso através da relação que travou como colônia com Portugal. E por isso mesmo esse país ibérico trouxe a feira como forma particular de troca de gêneros agrícolas, estes produzidos a princípio para subsistência da lavoura canavieira, pois, aqui o mercado interno era quase inexistente.

No que diz respeito à origem das feiras e dos mercados na América Latina, Mott (1975, p.307) delinea dois grupos: um formado pelos países que possuíam praças de mercado antes da chegada dos colonizadores; e, o segundo grupo, no qual o Brasil está inserido, refere-se àqueles onde as feiras e mercados são consideradas inovações desconhecidas até então pela população nativa. Dessa forma, para Mott (1975) as feiras

livres no Brasil se constituem numa instituição importada daquelas que os colonizadores já conheciam em Portugal.

Para Dantas (2008) entre os principais elementos para a origem das feiras no Brasil estão: o renascimento comercial na Europa; exportação das feiras européias para as colônias, após a expansão marítima comercial; o desenvolvimento do comércio do gado, responsável pela ocupação do interior nordestino no século XVII e pelos inúmeros núcleos que se estabeleceram ao longo dos caminhos de gado, o que influenciou a formação de praça de mercado e das feiras livres; e as mudanças ocorridas no sistema de transporte dos animais como o principal fator que determinou a decadência das feiras de gado no interior nordestino e a ascensão das feiras livres.

Conforme Jesus (1992, p.96) as feiras também se fazem presentes em nosso passado colonial, como uma importante tradição cultural ibérica implantada pelo elemento colonizador. Muito famosas as feiras medievais portuguesas, cuja periodicidade poderia ser até semestral ou anual, dada a intensa e cuidadosa preparação que exigiam. No Brasil, as tradicionais feiras de gado contribuíram no século passado para a formação de núcleos de povoamento que posteriormente se transformaram em centros grandes urbanos de grande dinamismo, sobretudo no interior paulista e nordestino.

No início da colonização do Brasil foi possível averiguar que, através dos primeiros cronistas, a troca era bastante reduzida, ou seja, não existiam feiras no país.

Segundo informações dos primeiros cronistas, os índios do Brasil, e especificamente os Tupinambás, possuíam uma economia do tipo de subsistência. As atividades econômicas limitavam-se à satisfação de um número bastante limitado de necessidades biológicas e sociais. A caça e a pesca eram realizadas mais para alimentar-se e distrair-se do que para juntar riquezas. O excedente de produção era bastante reduzido. O comércio intertribal se limitava à troca silenciosa de alguns bens raros ou de luxo, tais como certas pedras verdes e pluma de aves destinadas ao adorno corporal (MOTT, 1975, p.307).

Assim, as tribos indígenas brasileiras não haviam se desvencilhado da idade da pedra, não havendo, dessa forma, propriedade privada, somente uma demarcação das áreas de cada tribo, as quais não tinham limites. A agricultura era precária, baseada no cultivo de tubérculos, principalmente a mandioca. Elas eram por vezes obrigadas a migrarem em busca de novas áreas que atendessem suas necessidades, ou seja, a procura de alimentos.

Observa-se que no Brasil a pré-colonização das tribos indígenas possuíam atividades baseadas predominantemente na obtenção da existência, que tinha como

intuito à satisfação de suas necessidades imediatas humanas, ou seja, valor-de-uso. Neste sentido, não havia importância para a produção de excedentes e acumulação de riquezas e desconhecia-se a propriedade privada. Tanto a relação ser humano natureza quanto a relação do ser humano com o trabalho não se encontrava separada neste momento. Não havia separação entre o trabalho intelectual e trabalho manual. Só a partir disso é que o ser humano se separa do seu trabalho e surge no mercado como fornecedor de mercadoria; surgindo dessa forma dois tipos de sujeito aquele que vende sua força de trabalho e aquele que a partir do domínio desta oferece mercadorias no mercado ao qual não produziu. Isso começa a surgir no Brasil a partir da expansão do capital comercial com a expansão marítima e comercial.

Apesar da simplicidade das tradições comerciais destes indígenas, o certo é tão logo os portugueses aportaram nas - praias do Brasil, os Tupinambás foram incentivados a comerciar com o homem branco, fornecendo para o europeu, inicialmente certos produtos exóticos (papagaio, enfeite de plumas, macacos), passando em seguida a fornecer sistematicamente certas mercadorias mais significativas (pau-brasil, farinha de mandioca, algodão) (MOTT, 1975, p.308).

A chegada dos portugueses no país intensificou o processo de troca, principalmente com os tupinambás que, inicialmente, ofereciam produtos exóticos e depois produtos de interesse comercial como o pau-brasil. Para os portugueses esse comércio era pouco, então começaram a saquear as aldeias e a capturar os índios e escravizá-los (COSTA e CLEPS, 2003).

Assim, dera início no Brasil o processo que para a sociedade humana européia levará milênios para ocorrer e naquele se daria apenas em alguns séculos. A destruição da sociedade comunista e sua transformação em numa sociedade de produtores privados dera início de forma súbita. “A conquista do país por um Estado europeu ou até a instalação de colônias comerciais européias [...], teve [...] por consequência a abolição [...] da propriedade privada, [...], o aniquilamento de todas as relações tradicionais na sociedade” (LUXEMBURGO, 1969, p.276-277). O Brasil, dessa forma, sairá de um momento onde o ser humano estava totalmente subordinado aos ciclos da natureza, retirando o essencial para a sua sobrevivência que complementavam suas necessidades elementares, onde todos os produtos do trabalho humano são voltados para a satisfação direta das necessidades dos seus produtores, constituindo, portanto apenas valores-de-uso, para uma sociedade baseada na exploração do trabalho, para uma sociedade capitalista industrial que vai se acomodando no país. Assim, é dado início ao processo

da dominação da cidade sobre o campo, como resultado da divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual e através do comando do mercado sobre as atividades de produção, no Brasil.

O resultado não foi como se processou na Europa, ou seja, a transformação da comunidade comunista numa sociedade de produtores privados livres com a troca de mercadorias. Porque a propriedade comum abolida não se torna propriedade privada dos indígenas, ela é roubada pelos europeus; aqueles despojados de sua antiga situação de subsistência e dos meios de produção, foram transformadas a princípio em escravos ou sumariamente exterminados e depois marginalizados. Não deve ter sido simples a mudança de uma economia coletiva para uma exploração ávida de investimentos. A saída foi apelar ao capital internacional, que por um bom tempo controlou a circulação das mercadorias lusitanas produzidas no Brasil era controlada.

Por conseguinte, a primeira referência ao estabelecimento de uma feira no Brasil data de 1548, quando no Regimento recebido pelo Governado Geral e enviado aquele pelo rei Dom João III ordenava “que nas ditas vilas e povoados se faça em um dia de cada semana, ou mais, se vos parecerem necessários, feira [...]” (MOTT, 1975, p. 309, grifo do autor). Dessa forma, continua Mott (1975, p.309) que o rei almejava que se criassem no Brasil, feiras que reunissem a produção dos nativos (marfim, cera, metais) a fim de exportá-la para a Europa e não destinada ao abastecimento dos moradores da circunvizinhança. E ainda o objetivo para instalação da feira no Brasil foi “provocar a concentração de mercadorias nativas a serem exportadas para a Metrópole do que a satisfação das necessidades imediata dos habitantes dos pequenos núcleos populacionais – da Bahia, e muito menos ainda da população indígena” (MOTT, 1975, p.309).

Assim, devido ao baixo valor das mercadorias indígenas brasileiras em relação a outras colônias tudo faz crer, segundo Mott (1975, p.310), que a ordem real para a determinação das feiras não foi imediatamente posta em prática. Assim, 40 anos depois um novo regimento fora solicitado com o mesmo ordenamento: “[...] se faça feira a que os gentios possam vir vender o que tiverem e comprar o que houverem mister” (MOTT, 1975, p.310).

A hipótese de Mott (1975) gira em torno da ideia de embora a feira se enraíze nos primórdios do Brasil colônia, sua ascensão só se dá a partir de um maior desenvolvimento demográfico e da diversificação econômica da colônia.

Mott (1975, p.315) afirma que a ascensão das feiras ocorre no século XIX “onde se vendem gêneros em certos e determinados dias de uma praça ou rua larga designada

pela câmara”. Por isso a criação de feiras em: Capela (antes de 1943), Rosário (1843), Própria (antes de 1844), Lagarto (antes de 1847), Socorro (1849), Arauá (antes de 1874), Aquidabã (1877), Nossa Senhora das Dores (antes de 1875), Itabaianinha (antes de 1879), etc.

Santos (1992, p.3) explana que dados históricos discorrem que foi no século XVII, no vale do Cotinguiba (a partir de 1602) e mais tarde nas vilas de Itabaiana, Lagarto, Santa Luzia, Vila Nova, do São Francisco e Santo Amaro das Brotas (a partir de 1698) que surgiram pequenas/pioneiras feiras em Sergipe.

Nesse momento, a feira ainda não se encontra nos padrões como ela é atualmente. Foi preciso à implantação da feira de gado, como veremos a seguir, para que essa desse origem a feira de produtos alimentícios. Antes é preciso explicar sobre a economia açucareira, devido a importância dessa na pecuária e na agricultura de subsistência.

1.3 – A Economia Açucareira, a Agricultura de Subsistência e a Feira.

No período colonial o comércio no Brasil baseava-se na comercialização de produtos agrícolas e minerais destinado ao mercado externo, decorrente do Pacto Colonial. O desenvolvimento de uma agricultura de exportação obrigou a implantação da atividade canaveira na faixa oriental do Brasil, evidentemente em função das boas condições edafo-climáticas e de certa forma na necessidade de realizar o controle da portuguesa sobre nossa economia, e a posição geográfica facilitava esse processo (COSTA e CLEPS, 2003).

No que se refere à atividade comercial durante esse período, este se organizava tendo por base as duas estruturas em que se sustentava a organização econômico-espacial da Colônia: o primeiro, através dos inúmeros engenhos de cana-de-açúcar (produção) e, o segundo, através da configuração espacial de vilas e pequenas cidades, onde eram estocados o açúcar e sua articulação com o porto de embarque para o escoamento (DANTAS, 2008, p.90).

Articulada a atividade principal da colônia, que era a produção de açúcar, estava a doação de extensos latifúndios, às vezes com dezenas de léguas de extensão. Porém, a colônia necessitava de gêneros alimentícios que suprissem a população nas suas necessidades. Assim, marginalizada a essa atividade principal, estava às lavouras de mantimentos, que se localizavam nos limites dos latifúndios. A pequena produção estabelecia-se nas terras ligadas a plantation e nas terras virgens, no limite da grande

propriedade. Sendo o a terra cultivada por um trabalhador que trabalha para ele próprio, ajudado pela sua família, raramente possuindo escravos. Os índios e os caboclos foram os responsáveis por estas unidades produtivas. Formados por sitiantes e posseiros, os pequenos agricultores que se encontravam fora dos limites da grande propriedade, conseguiram manter uma independência, mesmo que marginalizada.

Tratava-se nesse momento do domínio do capital mercantil, centralizado na Metrópole sobre as Colônias na escala mundo (BRAUDEL, 2003), com o estabelecimento da divisão social do trabalho e é claro da configuração da oposição sócio-espacial entre o urbano e o rural. De um lado estaria a Metrópole, sendo espaço quase exclusivo de circulação de mercadorias, e de outro estariam às colônias, que são espaços quase exclusivos de produção; sob o lastro da exploração do trabalho escravo. Assim, as colônias canalizavam para as metrópoles um volume significativo de produtos que eram extorquidos pelo mecanismo de troca de equivalentes. O comércio externo, dessa forma, estava atrelado ao capitalismo comercial e ao mercantilismo como fator norteador da colonização. A concorrência entre as potências coloniais ocasionou no monopólio comercial através do pacto colonial estabelecido entre a metrópole e a colônia.

O sistema mercantil imposto pelas metrópoles às colônias submeteu-se a tal dependência em que muito lhes dificultou no processo de acumulação endógena de capital e o desenvolvimento do seu mercado interno. Essa situação se prolongou mesmo após sua independência política no primeiro quartel do século XIX. Numa alusão bem objetiva e direta sobre a situação de total submissão das colônias e de seu papel de fornecedor de matérias-primas e alimentos (ERTHAL, 2000, p.53).

Assim, a legislação portuguesa refletia a preocupação de favorecer atividades rentáveis como a monocultura. No entanto a auto-suficiência das unidades rurais seria um dos traços característicos da economia que se instalava no Brasil e a produção de subsistência sempre acompanhou os ciclos da economia exportadora, setor dinâmico por excelência (PAZERA, 2003, p.36).

É somente no século XVIII que os canaviais ocuparam os vales férteis dos rios nas proximidades do litoral sergipano, contando-se já em 1724 com 25 engenhos. A valorização do açúcar nos mercados europeus, ante o crescimento do consumo decorrente das transformações estruturais geradas pela revolução comercial, estimulou a construção e operacionalização dos engenhos. Impulsionado pelos lucros, pela prosperidade, o engenho difundiu-se todos os rios sergipenses. Vales férteis, ricos de

massapês, abundantes aguadas, eram requisitos exigidos pelos colonizadores para a fundação dos seus engenhos, empurrando assim os currais para as cabeceiras daqueles rios, para o sertão enfim (SANTOS e ANDRADE, 1992, p.27-28).

A cultura de cana sempre prosperou em Sergipe em relação as demais culturas, na qual formaria a aristocracia do açúcar. E o título do senhor do engenho, valia, por si só, uma fortuna, apagando, mesmo na ancestralidade, “evitando” qualquer vício étnico no apuramento do sangue (CABRAL, 1955, p.264).

O Estado de Sergipe, segundo Cabral (1955, p.264), coube-lhe a precedência, em 1863, antes, portanto, da Bahia, Alagoas e Pernambuco, de instalar o primeiro engenho a vapor, realizando desse modo, uma transformação fundamental na indústria açucareira.

No século XIX atuava fortemente em Sergipe a atividade açucareira, mas não existiam grandes áreas plantadas como em outras no Nordeste. Também o poder dos senhores de engenho não se assentava numa tradição secular porque era recente a expansão dos canaviais na região. A valorização do açúcar nos mercados internacionais contribuiu para o aumento no número de engenhos em Sergipe. Os canaviais continuariam a empurrar a criação de gado para a região oeste alcançando as regiões de Poço Verde, estendendo-se para noroeste até as margens do rio São Francisco.

Por outro lado, no decorrer desse século progrediam pequenos centros urbanos localizados em regiões tipicamente semi-úmidas e semi-áridas e que surgiriam em função da expansão da pecuária, sendo elevadas à categoria de vilas, como a criação de Divina Pastora (1831), Porto da Folha (1841), Simão Dias (1850). N. Sra. das Dores (1859), Riachão do Dantas (1864), Gararu (1877), Aquidabã (1882) e Campo do Brito (1894).

A partir do início do século XX, fatores externos, como a concorrência de outros países produtores, e também fatores internos, ligados a diminuição da produção e da produtividade da cana-de-açúcar, o baixo nível tecnológico dos engenhos, além do esgotamento dos solos, e a preferência do produto de outros estados, como Pernambuco e Alagoas, seriam alguns dos fatores que dominariam a agricultura sergipana, determinando o declínio da atividade açucareira.

Devido à preocupação ligada à economia açucareira, o pequeno comércio local encontrava dificuldades de se estabelecer devido à auto-suficiência dos engenhos, pois, estes produziam tanto o suficiente para o abastecimento da casa senhorial quanto para os seus escravos, e os produtos que não produziam chegavam da Metrópole ou eram

trazidos pelos comerciantes mascates. Isso gerava a escassez de gêneros alimentícios para o abastecimento das vilas e cidades, pois toda a mão-de-obra estava ligada à produção açucareira. A falta de gêneros básicos era quase sempre uma constante nesse período, pois, considerava-se a lavoura canavieira mais lucrativa. O mais comum nas cidades eram as lojas, quitandas estalagens, tavernas e outros; caracterizados como de pouca circulação de capital.

Ainda para esta época, Mott (1975) descreve dois tipos de comércio, de um lado um comércio estabelecido das lojas dos mercadores, onde os produtos eram vendidos em várias ruas muito formosas, e de outro um comércio onde a venda se dava ao ar livre, geralmente na praça central desses pequenos aglomerados urbanos, geralmente produtos provenientes das pequenas unidades de produção situados a uma ou duas léguas desses pequenos centros de circulação de mercadorias. Além destas formas espaciais de comercialização, havia também o comércio ambulante das chamadas “negras do tabuleiro”, referidas desde 1591 e que ocupariam no século XVIII, lugar de destaque na vida das cidades e vilas coloniais.

Outro elemento que prejudicava o desenvolvimento do mercado interno era a falta de moeda que se fez sentir desde os primórdios da colonização. Mott (1975) afirma que “o comércio na colônia não passava de escambo, trocando-se gêneros por gêneros, servindo o dinheiro apenas como critério fixador do valor. Se, por exemplo, a arroba de açúcar custava dois cruzados e um boi quatro mil réis, trocava-se a rês por cinco arrobas de açúcar”. Relacionando-se ainda a falta de moedas estaria o costume amplamente praticado na colônia, e que apresenta refletidos bastante ainda em nossos dias, que era o crédito, tão bem conhecido como venda “a fiado”.

A agricultura de subsistência era espacialmente dispersa e insuficiente; isso era provocado pela baixa capacidade financeira das populações que residiam nas vilas, além do pequeno fluxo monetário devido à falta de moeda para circulação das mercadorias. Tais “[...]” deficiências eram agravadas pelas longas distâncias a serem percorridas, deficientes vias e meios de transportes, insegurança nas rotas, ação dos atravessadores, excessiva carga tributária e controle fiscal [...] (ERTHAL, 2000, p.72). Além disso, a oscilação da agricultura de subsistência era determinada pela demanda e pelos preços dos produtos de exportação, ou seja, na fase de retração destes no mercado internacional, aquela progredia.

Assim, os gêneros produzidos pela agricultura de subsistência eram importantes no abastecimento alimentar da população; sendo comercializados na feira na qual

compreendiam os excedentes da produção. A área que eles ocupavam era aquela não ocupada pela agricultura agroexportadora. Daí o caráter precário e transitório do uso da terra pelos pequenos proprietários, lavradores sitiantes, como se fossem eles ocupantes provisórios temporários.

Focando em nosso campo de análise, a pequena produção camponesa de Sergipe produzia milho feijão, arroz e, sobretudo mandioca, sendo a Capitania, desde o período colonial, importante fornecedora de farinha de mandioca para as pequenas cidades da Província, inclusive no Recôncavo Baiano.

Sabemos que a partir da segunda metade do século XIX, com a Guerra da Secessão nos Estados Unidos, a Província passaria a produzir o algodão face aos preços do produto no mercado internacional. Diante dessa nova situação, a pequena propriedade tinha a possibilidade de ingressar no mercado de exportação.

Já em meados do século XX, a produção camponesa estaria consolidada e apresentava nítida ordenação espacial: o milho, o feijão, a mandioca e o algodão no oeste, associados ou não a uma pecuária de pequena escala; o coco-da-baía, a mandioca e outros alimentos, no litoral; a mandioca, alimentos e frutas no Agreste, sobretudo em Itabaiana e na sua periferia (onda já havia uma horticultura incipiente que logo iria crescer significativamente); cultivos alimentícios e, sobretudo, arroz no baixo São Francisco, onde predominava o camponês meeiro para o cultivo das várzeas das grandes fazendas (DINIZ, 1996). Por fim a expansão da citricultura no sul de Sergipe, a partir de 1970 e 1975, onde se daria a penetração das formas capitalistas de produção no campo.

No interior da Plantation, além da monocultura de exportação, praticava-se a agricultura de gêneros alimentícios, feita pelos moradores e pelos escravos. Aos moradores era permitido o uso de pequenas parcelas de terra na periferia do latifúndio, em solos geralmente menos férteis e que não estavam voltados para os cultivos de exportação. “[...] eram esses moradores uma reserva de mão-de-obra que poderia ser utilizada pela agroindústria no açúcar. Formava-se, assim, [...], como a esperada extinção do tráfico, uma reserva de mão-de-obra de que os proprietários disporiam na hora em que os escravos lhes faltassem” (ANDRADE, 2005, p.95). Os escravos dedicavam-se seus esforços à lavoura voltada a exportação. Além disso, eles trabalhavam em pequenos lotes onde cultivavam gêneros alimentícios em seu dia de descanso, o produto deste trabalho destinava-se a subsistência e à venda de excedentes.

1.4 – O Desenvolvimento da Pecuária e a Feira de Gado no Nordeste e em Sergipe

Secundariamente aos engenhos ampliou-se o comércio de gado que se difundia pelo interior nordestino. O interior do Nordeste começou a ser ocupado a partir do final do século XVI, e esta ocupação teve como base econômica a atividade pecuária. Uma das razões da penetração da criação do gado para o interior foi à necessidade de abastecer à área açucareira do litoral de animais para o transporte e de carne para as populações urbanas. [...]. “Não era possível, portanto a junção das duas atividades no litoral, mesmo porque não havia ainda o arame farpado, as cercas eram vivas ou de varas. A pecuária, portanto só podia ser feita em condições restritas ao lado da agricultura e esta, era a prioridade econômica no século XVI” (PAZERA, 2003, p.30-31).

Na história da colonização de extensas regiões do país a criação de gado apareceu, desde os primórdios do descobrimento, como um meio de conquista da terra e de fixação das populações (SOUZA, 1946, p.109). O gado introduzido pelos portugueses em São Vicente, Bahia e Pernambuco não tardou a espalhar-se pelo hinterland desenvolvendo-se rapidamente nas zonas mais propícias a sua criação. Esta criação se impôs não só com o fim de fornecer alimentos aos habitantes das cidades e povoações incipientes, como também aos trabalhadores das minas intensamente exploradas nos séculos XVIII e XIX. Ainda se destinavam os bois aos serviços de transporte e ao trabalho nas lavouras e indústrias nascentes, como a do açúcar (SOUZA, 1946, p.109).

Assumia a criação de gado, importante papel num território como o Brasil, que contando com escassos e deficientes meios de transporte tinha no gado uma “mercadoria que transportava a si mesma”. Além disso, a escassez da população no país se coadunava com essa atividade econômica, que exigia para seu cuidado, pequeno número de braços (SOUZA, 1946, p.109).

A ocupação e o povoamento inicial do agreste e do sertão no Nordeste, estão diretamente relacionados ao processo de evolução da atividade canavieira no litoral. Esta, no seu apogeu, em virtude da especialização das terras na produção de cana, obrigaria a separação das atividades agrícolas e da pecuária, resultando na divisão regional do trabalho: a Zona da Mata voltada para a produção do açúcar e o interior (agreste e sertão) voltado para a produção de gêneros alimentícios e de gado (PAZERA, 2003, p.117).

Deste modo, o sertão do nordeste, as caatingas os cerrados e os campos, o vale do São Francisco com a riqueza de suas pastagens e depois os chapadões do Mato Grosso e Goiás, tornaram-se, desde logo, o domínio da pecuária multiplicando-se as extensas fazendas de criação em regiões, nas quais as lavouras não podiam se desenvolver de forma econômica (SOUZA, 1946, p.109).

Nas pegadas de sertanistas e bandeirantes seguiam os vaqueiros, que como marcos da conquista da terra, erguiam os currais. E a criação de gado ganharia o interior do Brasil, sempre em busca de novas passagens e horizontes mais largos (SOUZA, 1946, p.109).

O comércio de gado se constituiu como atividade criatória e foi responsável pela ocupação do interior nordestino ainda no século XVII, inúmeros núcleos se surgiram ao longo dos caminhos de gado, o que influenciou a formação de praça de mercado e das feiras livres como conhecemos recentemente. Sendo que a criação de gado foi desde os primeiros tempos uma atividade subsidiária da cana-de-açúcar, servindo, principalmente, como fornecedora de animais para serem utilizados como força de trabalho e como alimento para a população. Assim, Dantas afirma que

No caso específico do gado no interior, muitas das fazendas de criação estabelecidas ao longo dos vales fluviais bem como dos locais de passagem criados pelo intenso fluxo das tropas permitiam a emergência de ativos centros de comércio de gado. Na maioria das vezes, junto ao comércio de gado, inúmeros outros pequenos produtores afluíram a essas localidades com o objetivo de comercializarem sua produção, o mesmo ocorrendo com os outros prestadores de serviço. (p. 94, 2008).

Outro fator que contribuiu para a penetração do gado para o interior foi a presença dos holandeses no século XVII levando os criadores a penetrarem no interior devido ao medo de perder seus alimentos para os invasores que os requisitavam. Com a inserção ao interior, estes criadores iam estabelecendo-se em extensões de terra doadas em sesmarias (PAZERA, 2003, p.31). Em Sergipe o saldo positivo da invasão holandesa, que se prolongou até 1645, estaria ligado à exploração e ao reconhecimento do interior sergipano. Os moradores que fugiram da destruição tangeram os rebanhos para as matas de “Itabaiana e Simão Dias, dilatando a área colonizadora [...]” (SANTOS e ANDRADE, 1992, p.23).

Na medida em que o fluxo gerado pelas trocas de gado no interior nordestino permitiu a formação de pequenos aglomerados populacionais para onde convergiam os

pequenos agricultores com suas produções a fim de trocarem por outros produtos e mesmo comercializarem bem como prestadores de serviços, o que terminou por estabelecer em cada um desses locais uma praça de mercado. E são dessas praças comerciais formadas a partir do comércio de gado é que surgem as feiras livres, as quais foram importantes elementos para a criação e expansão das cidades (DANTAS, p. 94, 2008).

Muito já se escreveu sobre a importância do gado para a ocupação territorial e para a fixação da população no interior do Nordeste, assim como para a origem de algumas cidades. Sabemos que “as primeiras estradas dos sertões do Nordeste foram os denominados caminhos das boiadas” (MAIA, ANO, p.16). Esses caminhos que deram passagem ao gado propiciaram o surgimento de vilas e povoados. Consequentemente, algumas dessas nascentes cidades situadas em posições favoráveis, tornavam-se ativos centros de comércio de gado. Essas cidades tinham, além das feiras gerais, a sua feira de gado que podia ser de pequeno porte ou estar acoplada à feira geral, mas que igualmente ocorria uma vez por semana, no mesmo dia da feira.

Destaca-se a pecuária e a produção de alimentos como principais contribuições na formação das cidades, pois era uma economia voltada para o mercado distante, situado no litoral, em seu percurso havia a necessidade de pontos de repouso tanto para os vaqueiros como para o gado. O sistema de repouso de animais contribuiu para o desenvolvimento e formação de alguns núcleos urbanos (BRITTO, 2007, p.72).

Nos sertões da Bahia, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceara, Piauí, as primeiras estradas foram o caminho das boiadas. Assim é que numerosas povoações – núcleos de futuras vilas e cidades – estabeleceram-se às margens dos rios, nos lugares onde estes ofereciam passagem mais fácil aos animais, e à beira dos caminhos, nos pontos em que as boiadas paravam para descansar (SOUZA, 1946, p.109). “Ao mesmo tempo em que as fazendas de criar conquistam o sertão, certas povoações e vilas, graças à sua posição, tornavam-se ativos centros de comércio de gado” (SOUZA, 1946, p.109).

É preciso ressaltar que, excetuando-se Salvador, o grande centro consumidor era Olinda – Recife, e para lá convergiam as mercadorias provenientes dos sertões de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Nesse trajeto, a primeira feira de gado surgiu em Igarçu – PE, que depois seria transferida para Goiana – PE.

Em Sergipe nos séculos XVII e XVIII destaca-se a criação de gado, como segue no trecho de Santos e Andrade: “a Casa da Torre concorreu para povoar extensas áreas, recebidas como sesmarias, ocupando-as com rebanho. Em Sergipe, foram os foreiros da Casa da Torre importantes agentes de povoamento” (SANTOS e ANDRADE, 1992, p.21-22). A Casa da Torre, fundada por Garcia d’Ávila, ainda no século XVI, era uma família que dominava quase todo o sertão baiano, juntamente com a família da Casa da Ponte, de Guedes de Brito. “A primeira possuía trezentos e quarenta léguas às margens do São Francisco e a segunda cento e sessenta léguas, entre o morro do Chapéu, na Bahia, até as nascentes do Rio das Velhas, em Minas Gerais” (SERRA, 2003, p.235).

Em Sergipe os pontos de parada para descanso das reses, os animais estropiados, que eram deixados pelos tangedores e que davam nascimento mais tarde as fazendolas; e esses pontos de encontro dos boiadeiros, que estabeleciam o seu comércio e permuta de bovinos, tudo isso concorreria para a ocupação do território, “processo complementar de ocupação do leste e nordeste interiores, e tem o seu impagável testemunho na toponímia local” (SANTOS e ANDRADE, 1992, p.21-22).

Nesse processo, a pecuária seria o fator econômico a impulsionar a rápida ocupação do colonizador no território sergipano. Os pastos de Sergipe eram de boa qualidade e os moradores logo começaram a criarem bovinos, e o sucesso contribuiu para que em poucos anos Sergipe Del Rey ser importante fornecedor de reses aos engenhos da Bahia até Pernambuco (SANTOS e ANDRADE, 1992, p.22). Ainda no início do século XVIII a pecuária era o principal suporte econômico de Sergipe nas exportações, onde esta atividade era predominante até meados do século XIX.

Os rebanhos serviam como uma espécie de reserva econômica dos engenhos, suprimindo as necessidades de carne e animais, além de continuaram a serem exportados para as Capitanias da Bahia de Pernambuco. No sertão, em função das fazendas de gado, povoações foram surgindo. Assim, no decorrer do século XVIII, começaram a destacar as povoações de Campos do Rio Real (hoje cidade de Tobias Barreto), Riachão do Dantas, Simão Dias, Aquidabã, Malhada dos Bois, Divina Pastora, Curral das Pedras (atualmente Gararu), Porto da Folha, N. Sra da Glória, N. Sra das Dores, Malhador, Campo do Brito e Carira. Esta, em função da localização, tornou-se um ponto destacado de feira, uma espécie de porta aberta para a comunicação com a caatinga (SANTOS e ANDRADE, 1992, p.27-28).

A referência histórica às feiras rurais é conhecida através da Feira de Capoame em 1732, situada na parte norte do Recôncavo Baiano. Esta feira foi durante o século

XVIII o principal centro comercial do gado vindo do sertão para o fornecimento de carne á cidade de Salvador e ao Recôncavo. Outras referências são feitas às feiras de Mata de São João e a feira de Nazaré, na Bahia, e as feiras de Goiana, Pernambuco e Laranjeiras, em Sergipe (MOTT, 1975, p.313). Maia (1973) cita outras feiras em cidades do interior do Nordeste que tornaram-se conhecidas em função da comercialização de gado, como Quixadá e Baturité, no Ceará; Itabaiana e Campina Grande, na Paraíba; Itambé, Goiana e Arcoverde, em Pernambuco; Feira de Santana, na Bahia, esta última sendo o maior centro comercial de gado da região.

Para Sergipe, destacamos o documento abaixo, sendo um Ofício do Ouvidor da dita comarca a D. Rodrigo de Souza Coutinho que confirma a existência da feira de gado em Sergipe:

No povoado das Laranjeiras se faz um mercado de longo tempo, todos os sábados, e havendo S. Alteza por bem fazer graça de duas vezes no ano fazer-se uma feira franca, de três dias, de gado vacum, cavalar e de cabelo, a primeira em setembro, tempo em que os engenhos de açúcar se botam à moagem, a segunda em abril do ano seguinte, em que se pejam os engenhos e acaba a safra (MOTT, 1975, p.313).

O documento citado anteriormente é particularmente interessante, na medida em que se observa duas espécies de feira. A feira-mercado, realizando-se sempre aos sábados, com uma área de ocupação mais restrita, destinada sobretudo ao abastecimento alimentar da população da região mais próxima, e por outro a feira-franca, anual ou bianual, reunindo compradores e vendedores especialistas provenientes de regiões mais distantes, que comerciavam certos bens regionais, como o gado, por exemplo (MOTT, 1975, p.314).

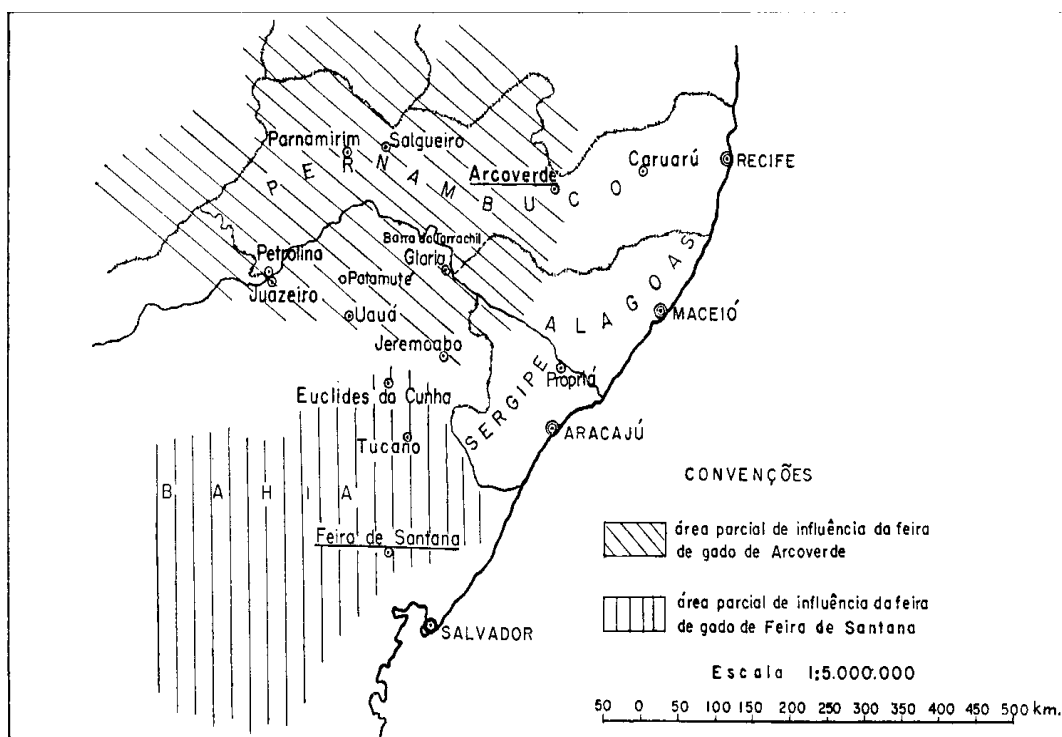
No início dos anos 50, Strauch (1952) afirma que as feiras de gado guardam todos os processos comerciais, ainda da época do Brasil-Colonial no negócio de gado e não foram substituídos pelos modernos sistemas de compra e venda de gado. Os matadouros, que negociam diretamente com o produtor, sistema utilizado nas grandes cidades do leste, são praticamente desconhecidos no Nordeste do Brasil. Observa-se que as maiores feiras acham-se situadas no contato do sertão com a zona da mata e do litoral.

As feiras de gado do Nordeste, forma de comércio tradicional, são ainda em 1952 uma exigência da pecuária naquela região, sobretudo no sertão, onde a criação de

gado era extensiva, e existia a necessidade do estabelecimento de um ponto de convergência comercial. Este deveria interessar tanto ao sertão, área produtora, como também ao litoral e a mata, tradicional regional de consumo de carne.

A figura a seguir mostra a influência da feira de Arcoverde/PE em Sergipe e a suposta participação nesse comércio expressivo que existia desde o Brasil Colonial:

Figura 1 - Influência da feira de gado de Arcoverde/PE no Nordeste



Fonte: Strauch (1952), Revista Brasileira de Geografia.

Strauch (1952) descreve muito bem uma das feiras de gado de grande envergadura, como a Feira de Santana/BA e aborda: “logo nas primeiras horas da tarde de domingo e muitas vezes pela manhã, começam a chegar às boiadas trazidas pelos vaqueiros ou “tangerinos”, termo este já pouco utilizado”. Assim, os lotes de gado eram depositados nos currais das feiras e estes eram divididos com o intuito de que cada um fosse alugado por um vaqueiro para seu lote de bois. O curral dividido pertencia aos fazendeiros ou aos vaqueiros-negociante que comprava o gado no sertão e trazia para vender na feira. Em frente ao curral localizava a balança com capacidade de pesar até dez cabeças de gado.

Com o intuito de atender às suas necessidades e às dos rebanhos, além de se protegerem contra possíveis roubos e furtos, os tangedores de bois, combinavam

encontros em locais determinados, a exemplo dos cruzamentos de estradas, para poderem seguir a viagem de retorno. No decorrer do tempo, os tangerinos passariam a se instalar nesses locais, residindo em fazendas, próximas aos pontos de encontro por períodos cada vez mais prolongados, até se fixarem definitivamente, formando pequenos comércios e organizando feiras-livres semanais (LIMA e SAMPAIO, 2009, p.10).

Figura 2 - Tipo característico de tangerino



Fonte: Strauch (1952), Revista Brasileira de Geografia.

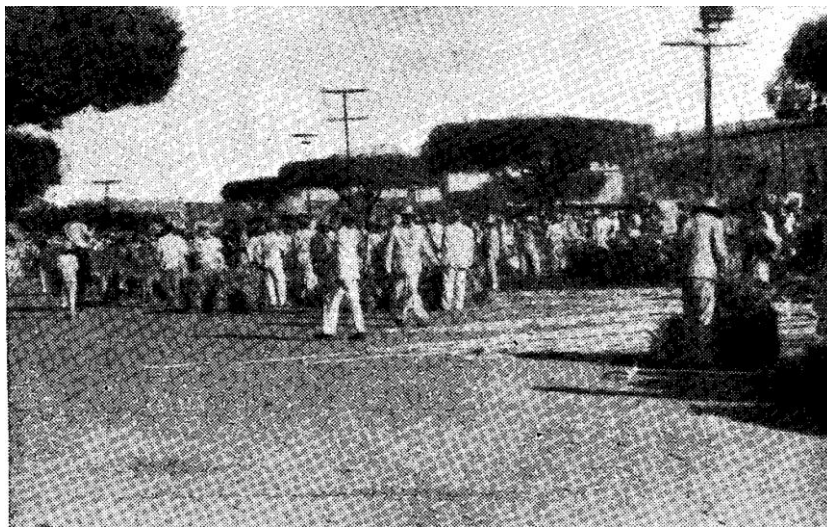
Aproveitando a feira de gado, seriam instalados nas ruas centrais da cidade uma intensa feira de produtos agrícolas das mais variadas procedências, oriundas dos municípios vizinhos, além da presença de produtos da indústria artesanal regional (cordas, cestos, alpercatas e cerâmica). As barracas eram raras: de maneira a geral as mercadorias ficavam expostas ao chão, sem qualquer proteção. Já os alimentos vendidos para o consumo imediato, havia sempre acordos de compra ou não entre o comprador e o vendedor, como podemos destacar: “o caldo de cana feito na hora, o cuscuz de milho, fartam a gulodice do sertanejo que de tudo pergunta o preço, tudo especula, mas pouco compra” (STRAUCH, 1952, p.104). Ver figuras abaixo.

Figura 3 - Aspectos da feira na cidade de Feira de Santana/BA. 1952.



Fonte: Strauch (1952), Revista Brasileira de Geografia

Figura 4 –Aspectos da feira na cidade de Feira de Santana/BA. 1952.



Fonte: Strauch(1952), Revista Brasileira de Geografia.

Para o autor, nessa época “[...] Feira de Santana abastece a população de Salvador, e as cidades do Recôncavo; envia muito gado para o litoral sul da Bahia, para Sergipe, e ainda negocia com compradores da Feira de Arcoverde/PE” (STRAUCH, 1952, p.105).

1.5 – O Brasil a partir de 1930, a Modernização o Fim da Feira de Gado

A partir de 1930, iniciou-se no país uma fase de mudança das estruturas econômicas e políticas, e a característica desta transformação foi à presença cada vez mais marcante das burguesias industrial e comercial, somada ao poder a velha oligarquia agrária. Tratava-se de inserir no Brasil um novo modelo de acumulação, como destacamos: “Até a década de 30, o comércio reproduziu os padrões de funcionamento típicos de uma sociedade primário-exportadora, em que os segmentos comerciais mais importantes eram os entrepostos de intermediação atacadista ligados ao abastecimento do mercado interno ou aos capitais mercantis exportadores” (BESSA, TURPIN e SINDER, 1999, p.103). Outro autor aborda a mesma questão: “Esta estrutura era baseada na existência de uma série de bacias urbanas, ou seja, de regiões em formação: grandes áreas do interior eram polarizadas para um porto que escoava sua produção e recebia do exterior os produtos por ela importados. [...]” (ANDRADE apud PAZERA, 2003, p.46).

Esta economia, que se expandia para fora, era a base para o sistema oligárquico de dominação, porque o controle do Estado estava obviamente nas mãos dos grandes produtores, dos latifundiários e dos exportadores. Foi a partir do início do século XIX que a economia cafeeira iniciaria “a se desenvolver nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, sendo a responsável pela gênese da industrialização brasileira e da nova divisão inter-regional do trabalho” (COSTA e CLEPS, 2003).

Assim, nos espaços periféricos, se produz então um acelerado ritmo capitalista pelo grande fluxo de capitais acumulados com a comercialização de produtos agrícolas de exportação, como era o caso do café. Contando ainda com uma base capitalista e industrial frágil, esses aportes de capitais permitiam um crescimento proporcionalmente acentuado das regiões mais atrasadas. O conjunto dos espaços periféricos não eram envolvidos por nenhuma forma de desenvolvimento em profundidade. Os capitais eram aplicados, em sua grande maioria, em atividades ligadas a circulação de mercadorias, e, em particular, em atividades voltadas para o mercado mundial (ROTTA, 1997, p.471). Foi a partir dessa égide que se deu o desenvolvimento da indústria brasileira, tendo seu foco no centro-sul do país, mais precisamente em São Paulo. Esse processo daria início a passagem do Brasil a etapa do desenvolvimento industrial.

Porém, a justificativa para a industrialização do País, conforme a linha de pensamento da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), era de que os países exportadores de matérias-primas-agrícolas estavam em desvantagem no comércio internacional relativamente aos países desenvolvidos, pois havia expressiva deterioração dos termos de troca entre produtos primários e produtos industrializados, situação desvantajosa para os países em desenvolvimento em relação aos países desenvolvidos (MARTINS, MARGARIDO e BUENO, p.31, 2007).

Oliveira (2003, p.34), como opositor a esta visão dual cepalina de analisar as determinações promovidas pela expansão do capital, afirma que “[...] o chamado “moderno” cresce e se alimenta do “atrasado” [...]”. Ou seja, os capitais aplicados nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, em sua grande maioria, em atividades ligadas a circulação de mercadorias, e, em particular, em atividades voltadas para o mercado mundial, não muda em nada o status quo a que estão submetidos, como parece apregoar a ideologia, antes promovem a manutenção da ordem vigente para acumulação de riquezas nas economias centrais.

Oliveira (2003, p.40-41) analisa, também, como se processa a inserção do Brasil nesse novo modelo de acumulação. Ele afirma que foi através da emergência e ampliação das funções do Estado. Regulando o preço do trabalho, investindo em infra-estrutura, impondo o confisco cambial ao café para redistribuir os ganhos entre grupos das classes capitalistas, fornecendo subsídio para importações de equipamentos para as empresas industriais, etc. O Estado operava continuamente transferindo recursos e ganhos para a empresa industrial, fazendo dela o centro do sistema.

Nesse novo modelo de acumulação a agricultura teve um papel fundamental, pois, ela exercia a importante função de prover as necessidades de bens de capital e intermediários da produção externa destinados ao consumo interno. A agricultura deveria prover as necessidades da população urbana, impedindo dessa forma elevar o custo de matéria-prima para a indústria e os custos de alimentação, com isto evitando um suposto aumento dos custos dos salários e de entrave ao novo modelo de acumulação de capital. Assim, “o compromisso entre mantê-la ativa e não estimulá-la como setor e unidade central do sistema, a fim de destruir o “velho mercado”, será um dos pontos nevrálgicos de todo o período“ (OLIVEIRA, 2003, p.42). Nesse contexto, daria início ao processo que não se expropriava a propriedade dos camponeses, e sim se apropriava do excedente realizado pelo capital comercial, industrial e financeiro.

A manutenção, ampliação e combinação do padrão “primitivo” com novas relações de produção no setor agropecuário permitia um extraordinário crescimento industrial e da

ampliação e diversificação do setor de serviços e comércio, para o qual contribuiria de duas formas: fornecendo a força de trabalho que iriam formar o “exército de reserva” nas cidades, diminuindo os custos de reprodução do trabalho e ao mesmo tempo ampliando as possibilidades de acumulação industrial, além produtos alimentícios cujo preço era determinado por este custo de reprodução, combinando esse elemento como o próprio volume da oferta de força de trabalho urbana, para isso rebaixar o preço desta (OLIVEIRA, 2003, p.45).

Nesse enfoque, pode-se deduzir que a cidade industrial surgiu no Brasil a partir da transformação da cidade política, espaço de comando das oligarquias rurais ligadas à economia agroexportadora, em cidade mercantil, marcadas pela presença do capital exportador e/ou concentração de comércio e serviços de apoio as atividades produtivas rurais em centro de produção industrial. Assim, “a cidade industrial era a peça central da dinâmica capitalista articulando-se com cidades comerciais e centros urbanos que canalizavam a produção para sua área de influência e controle” (MONTE-MÓR, 2006, p.11).

A partir de 1930, as economias regionais isoladas, cuja dinâmica era dada principalmente por suas relações com o exterior, passariam a integrar por uma divisão regional do trabalho, sob o comando do capital industrial concentrado na região Centro-Sul (PAZERA, 2003, p.46).

Desse modo, o Nordeste estaria nesse período profundamente debilitado em termos econômicos e políticos, isso em função da ascensão da burguesia industrial que realizava a captura definitiva do Estado, sendo agora uma região caracterizada como receptáculo dos produtos industriais e agrícolas do Centro-Sul, porém com mercado consumidor restrito, em função do baixo poder aquisitivo da maioria de sua população, além da migração da força de trabalho. O fenômeno do aumento das disparidades regionais era na verdade um sinal da integração e subordinação do Nordeste à economia nacional comandada pelo Centro-Sul. [...] (PAZERA, 2003, p.47). Dessa forma, o Nordeste era fundamental ao novo momento que mergulhava o país, já que o ponto principal do novo modelo era a persistência do atraso das áreas consideradas rurais.

Apesar das transformações ocorridas no cenário econômico e político do país após a Revolução de 30 e acentuado após a Segunda Grande Guerra, não se observaram transformações substanciais do tipo das que ocorreram no Centro-Sul, para a economia regional do Nordeste, que continuou assentada na produção do açúcar no litoral, do

algodão e nas atividades vinculadas a pecuária e a pequena produção familiar no Agreste e no Sertão.

Dentro deste cenário, a feira de gado continuaria tendo sua importância, [...], que, como a maioria dos municípios do interior nordestino, passando a entrar em processo de estagnação econômica, sem a menor possibilidade de competir com os produtos provenientes do Centro-Sul. (PAZERA, 2003, p.47).

Até então na feira negociavam-se produtos do tipo artesanal como artigos de couro e tecidos. Assim, a feira seria modificada em sua forma, na sua estrutura e, portanto na sua função, adaptando-se às novas necessidades tanto do capital como da população daquela região, reproduzindo o modelo do rural enquanto segmento “atrasado” da economia brasileira.

Do ponto de vista da versão “moderna” da economia brasileira, foi no governo de Juscelino Kubitschek que o capital monopolista internacional necessitaria investir diretamente no país, sendo agora reforçado pela abertura da economia brasileira e pela sua transnacionalização. Foi a partir desse governo que o Brasil entrará em definitivo no processo de produção do espaço pelo capital através do desenvolvimento em profundidade, estendendo para a periferia de forma definitiva as fases de produção, distribuição, circulação e consumo.

Esse momento está inserido no processo na cumulação ampliada do capital, que se dá a nível mundial e tem lugar nas coordenadas de tempo e espaço. Com o tempo a sua lógica é a aceleração. O aumento da produtividade para a produção de mais-valia relativa não é outra coisa que a aceleração de produção e circulação em todos os processos para poder produzir mais produtos na mesma unidade de tempo. Ao acelerar todos os processos, é possível estender o alcance da produção e reprodução capitalista no espaço. Deste modo, a expansão espacial do capital pertence à dinâmica da expansão capitalista. Hoje podemos interpretar essa tendência interpretada por Marx como globalização moderna. A globalização se converteu em realidade porque é a emanção real das potencialidades imanentes da acumulação capitalista. A globalização é o processo de valorização interminável de todas aquelas partes da natureza que antes estavam para fora da lógica de valorização do sistema capitalista (ALTVATER, 2006, p.343). A economia capitalista sempre objetivou a diminuição das distâncias entre as áreas de produção e consumo, circulação e, logo, comercialização a fim de abater os custos, elevando o lucro das empresas.

Assim, o discurso do desenvolvimento no país ganharia nova dimensão, servindo para naturalizar e cristalizar esse novo momento de ação do capital; o Estado é fundamental na difusão desse ideário de desenvolvimento. É este discurso e o da técnica que forma a ideia de levar o país a um novo estágio de crescimento econômico em detrimento do atraso, observado na região Nordeste. O que se tem na verdade é o crescimento desigual do sistema capitalista através do discurso da modernização das atividades produtivas e a inserção do país em definitivo na etapa monopolista do desenvolvimento capitalista que vem se processando desde o início do século XX.

Em outras palavras, a maneira contraditória do desenvolvimento do/no capitalismo se expressa na exacerbação da interdependência das economias que apresentam forças produtivas em processos diferenciados de evolução. Levando-se em consideração que a lógica do desenvolvimento desigual e combinado se realiza pela coexistência de formações econômicas atrasadas, com combinação de características de tempos históricos distintos, o resultado é uma relação de trocas desigual, responsável por acentuar o caráter profundamente desigual do desenvolvimento (LISBOA, 2007, p. 54).

Assim, se observa a tendência à homogeneização espacial dos lugares e dos diferentes ramos de produção (inclusive da agricultura) na generalização das relações sociais de produção historicamente determinadas, relações sociais que estão estabelecidas pelos homens em torno do valor, e das condições tecnológicas; sob o domínio das transnacionais e dos grandes centros industriais dominantes. Não destruindo a ligação destes, representantes do capital produtivo no mundo, com os diferentes lugares (inclusive o campo e a cidade) e os diferentes ramos de produção e por isso mesmo levando a subordinação destes.

É preciso considerar que esse processo de transnacionalização do processo produtivo especificamente capitalista concerne apenas alguns dos principais ramos mais dinâmicos da economia mundial, implicando em aprofundamento bastante significativo da desigualdade do desenvolvimento que é característica do capitalismo. É interessante notar que o eixo de desigualdade do desenvolvimento se desloca do espaço inter-nações para um espaço inter-ramos, o que evidentemente supõe grandes mudanças sociais, econômicas e espaciais. Esse processo opera acima das fronteiras nacionais e acima da sobrevivência política e econômica dos Estados, seja nos espaços industrializados, seja naqueles incorporados recentemente. No interior de cada formação, há uma riqueza de formas diferentes de convivência dos grandes capitais internacionais com os capitais

tradicionais, pequenos e médios, convivência regulada pelos Estados nacionais que cada vez tem menos autonomia para estabelecer uma política própria, diante das imposições mundiais da acumulação monopolista (ROTTA, 1997, p. 473-474).

No que diz respeito ao processo de integração do Nordeste ao sistema nacional ou à economia nacional, o subdesenvolvimento do Nordeste é justamente um produto da integração desse processo. O Governo Militar instalado no país após o Golpe de 64, incentivaria a grande empresa nacional e transnacional tanto industrial como agrícola. Quanto à ação do capital na área rural, programas oficiais passaram a garantir empréstimos a pequenos proprietários de terras para compra de sementes, fertilizantes, equipamentos, etc. (PAZERA, 2003, p.49). Ou seja, o desenvolvimento do capitalismo em profundidade operaria no conjunto da economia, inclusive na agricultura. Daí a falsa inserção da pequena produção camponesa, que se apoia em relações de produção não-capitalistas, através da sua articulação subordinada ao capital industrial, financeiro e comercial.

No advento da modernização do campo se estabelece a formação das empresas no campo, todas ligadas a “modernização conservadora”. A partir daí as mudanças na agricultura passariam a ser mais determinantes, e uma nova fase começaria a determinar quanto ao processo de acumulação de capital. Nesse sentido, a inclusão da agricultura estaria ligada a reprodução ampliada do capital, no desenvolvimento do capitalismo em profundidade, pois, “o capitalismo é sistema expansionista onde tudo é interpretado como matéria-prima para o processo de produção de valor e mais-valia” (ALTVATER, 2006, p.343).

A modernização do campo se daria a partir dos seguintes momentos: industrialização da agricultura, ampliado com o aprofundamento da divisão do trabalho, onde a agricultura se converteria num ramo da produção, que compraria insumos e venda matéria-prima; e finalmente do processo de constituição dos complexos agroindustriais (CAIs) na década de 70, onde isso vai se dar a partir da integração técnica intersetorial e de capitais entre as indústrias que produziam para a agricultura. Além disso, ainda que a agricultura “[...] pouco represente como mercado para a indústria, esta, redefine as condições estruturais daquela, introduzindo novas relações de produção no campo” (OLIVEIRA, 2003, p.47). Estabelecendo, dessa forma, um novo momento para agricultura camponesa a partir da década de 90 com a criação do agricultor familiar como categoria profissional. Isto somado a integração agroindustrial significando a síntese da agricultura e da indústria, com a industrialização da agricultura

e sua absorção, como mais um ramo da indústria, significando a extensão do tecido urbano sobre todo o espaço (extensão das relações de produção determinadas pelo capitalismo), ou seja, se trata de visualizar no espaço absoluto e relativo à tendência a homogeneização.

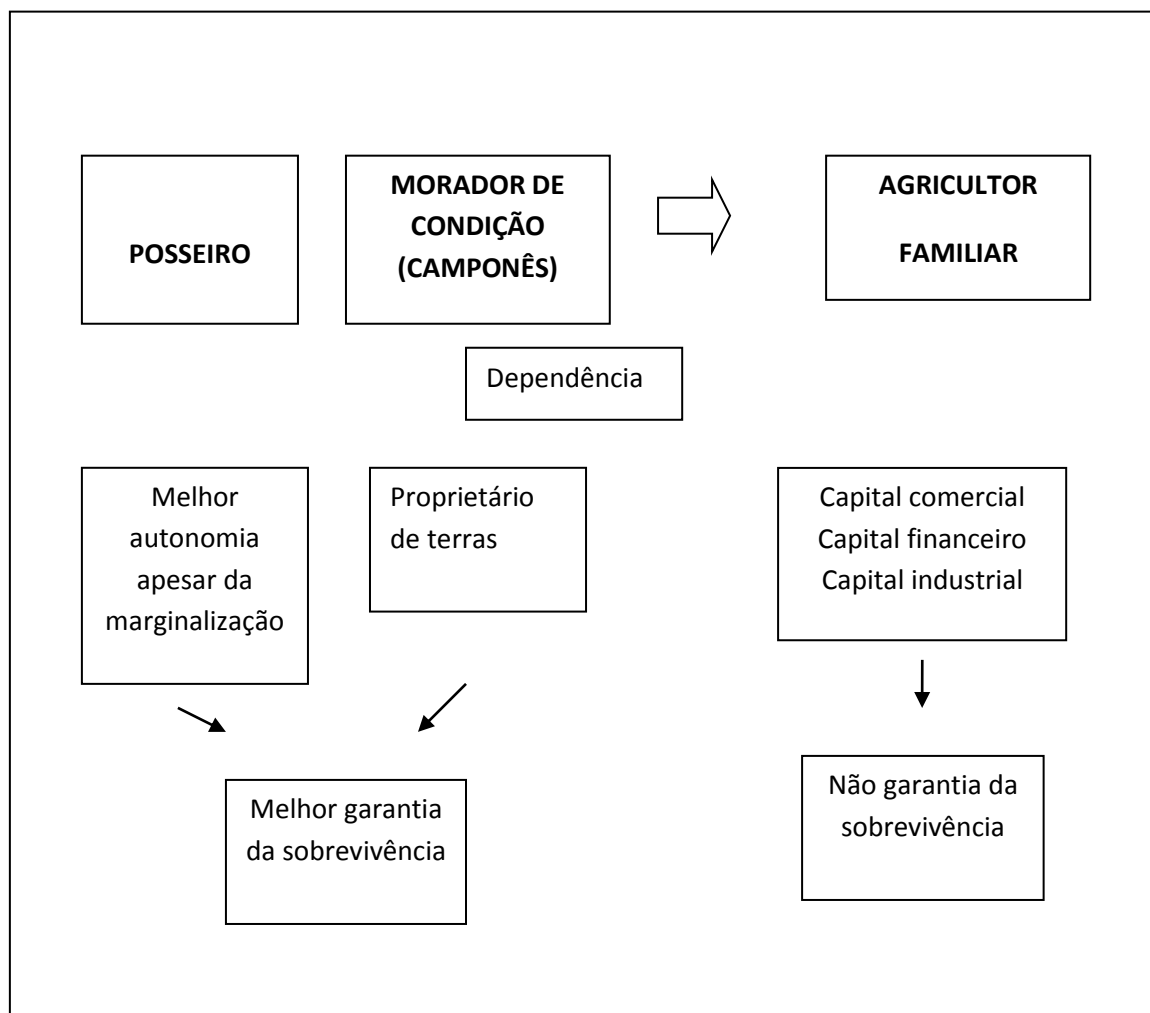
É na agroindústria que se concretiza a síntese da cidade e do campo, do moderno e do atrasado, da extensão do tecido urbano sobre o campo. Nela se manifestam todos os elementos que se encontram em oposição: a sociedade e a natureza, a ciência e a prática, o trabalho intelectual e o trabalho manual e a concentração espacial industrial e a dispersão espacial agrícola. A superação dessa dualidade remete a superação do capitalismo e da possível ascensão de um novo momento que só a história poderá responder não se sabe quando.

Com o pleno desenvolvimento do modo de produção capitalista, a agricultura não constitui mais do que um dos ramos da indústria, ela é apenas um setor a mais da produção industrial. Esse desenvolvimento supõe, no entanto, uma profunda divisão social do trabalho em escala mundial, com o homem tendo aprendido, através do progresso da sociedade e das ciências, a dominar as forças da natureza, submetendo-as a suas necessidades e ampliando, assim, as bases da riqueza social, de uma maneira extraordinária (ROTTA, 1997, p.361).

Assim, uma mudança significativa foram as relações sociais travadas no campo; o tipo de relação que se dava no passado, entre o morador de condição (camponês) e o proprietário de terra até meados do século XX, era muito mais que um contrato de trabalho. O que o trabalhador procurava na usina era uma casa para morar e isso lhe permitia trabalhar para si mesmo, apesar de trabalhar para o patrão alguns dias gratuitos semanalmente. Além da existência do posseiro que tinha uma autonomia ainda mais preservada. Já o pequeno agricultor sob a égide da agricultura familiar tenderia a perder toda e qualquer garantia de sobrevivência, quando se relacionava e se relaciona com o mercado, que não lhe deixava e nem deixa livre um só dia para usufruir do seu trabalho. Além de lhe deixar a mercê das intempéries desse mercado e do capital, que pode levá-lo a expropriação ou nas palavras de Palmeira “trata-se menos de despojamento dos trabalhadores rurais dos seus meios de produção, pois, destes de alguma maneira [...] sempre estiveram expropriados, mas de sua expropriação de relações sociais, que torna viável a sua participação na produção [...]” (PALMEIRA, 2003, p.89).

O fluxo abaixo (Figura 5) mostra bem a relação de dependência que se travava entre o morador de condição e o proprietário de terras, entre a agricultura familiar e o capital. Nesta última relação, à expropriação a que o camponês estava submetido era e é evidente, pois, a expropriação não implicava necessariamente a sua transformação em proletários rurais ou urbanos, porque, para Palmeira, e temos que concordar com ele, aquela pode se estabelecer como “expropriação indireta”. Ou seja, mesmo estando sob a posse dos meios de produção o camponês tem seu trabalho subsumido na circulação das mercadorias e tem seu trabalho explorado a partir da cobrança de juros altos, quando toma empréstimos aos bancos, e do investimento de insumos modernos, adquiridos na indústria.

Figura 5. Fluxo dos Processos Sociais vinculados ao Trabalho Camponês



Organização: Sheyla Silveira Andrade. 2011.

Outra significativa mudança, e isso têm a ver com o nosso estudo, é que o gado, antes comercializado na feira, passaria a ser negociado pelas grandes empresas, cujo objetivo era atender às necessidades do capital e não mais da economia local. Com a inserção da tecnologia nas grandes unidades de produção, o resultado foi o aumento da produtividade do trabalho, o que rebateria o criador de gado a negociar diretamente com os frigoríficos dos grandes centros. Como consequência, a região produtora não usufruiria do trabalho excedente, que passaria a centralizar-se cada vez mais nas mãos dos fazendeiros e comerciantes do produto. O comércio do gado na feira possibilitava um maior dinamismo na economia regional assim como trazia dinamismo para a cidade. A modernização dos sistemas de produção agropecuária serviria dessa forma ao modo de produção dominante em vez de servir à formação socioeconômica local e às suas necessidades específicas.

Por outro lado, as mudanças ocorridas no sistema de transporte de animais seriam apontadas como fator determinante no processo de decadência das feiras de gado do interior nordestino. Com a redução do tempo de deslocamento dos animais das áreas produtoras para as áreas consumidoras, haveria uma ampliação do excedente apropriado pelo grande criador e naturalmente pelo fazendeiro do fazendeiro e pelo intermediário. Ocorrendo assim uma profunda reestruturação do sistema do comércio regional, pois as feiras deixariam de ser o espaço do comércio de gado, até mesmo porque a facilidade no transporte da carne em caminhões frigoríficos provocaria queda no comércio de gado em nível regional. Aquela dinâmica das feiras de gado observado até os anos 50 do século XX, já não existe mais (MAIA apud DANTAS, 2008, p. 95).

Contudo, com a construção da malha rodoviária, o quadro seria mais aprofundado, facilitado pelo deslocamento nesses caminhões frigoríficos, aumentando em tamanho e volume desses produtos. Se a introdução das rodovias contribuiu para o fim da feira de gado, por outro lado, diversos tipos de transportes, possibilitou desta forma o comércio de outros produtos além dos agrícolas, como os manufaturados, além de minimizar distâncias, e aumentar a área de influência tornando os negócios mais dinâmicos na medida em que aumentaria o número de consumidores (PAZERA, 2003, p. 115). Com a decadência do comércio de gado as feiras de gado passariam a perder sua importância. E agora estas feiras de gado passariam a funcionar fora da área de alcance das feiras livres voltadas para os gêneros alimentícios.

No Nordeste encontram-se basicamente dois tipos de feiras: as dos grandes centros urbanos, com toda uma estrutura de comércio regular e as pequenas feiras

espalhadas pelo interior. Estas podem ser consideradas como remanescentes das feiras tradicionais, onde o agricultor, artesão e criador se transformam em comerciantes. Neste tipo de feira o comerciante esporádico vende o que possui em excesso para adquirir os gêneros de sua necessidade (PAZERA, 2003, p.27). Porém, o que vem acontecendo é que a partir da modernização, isso se observa cada vez menos; sendo que com maior intensidade nos grandes centros urbanos que nos interiores do Nordeste.

1.6 – A Origem da Feira em Aracaju e a Feira do Castelo Branco

Em Sergipe, as feiras surgem acompanhando a formação de núcleos urbanos e rurais. Nas cidades, elas desenvolveram-se a partir da edificação de um mercado, como é o caso da Aracaju; nas zonas rurais, a partir do abatimento de gado, em vilas, freguesias, povoados, etc., constituindo-se em feiras de gado. Essas organizações espaciais do comércio periódico surgem devido a necessidades de consumo da população e são importantes na contribuição para que a urbanização tivesse um considerável estímulo devido à maior movimentação de pessoas nos locais próximo a elas.

Dois fatores importantes atestam que não houve feira de gado em Aracaju; de um lado porque estando o desenvolvimento da pecuária atrelado a região semi-árida e ao agreste, supõe-se que não foi possível ter existido feira de gado em Aracaju, pois esta se localizava na zona da mata. Por outro lado, segundo Araújo (2008, p.19) comentando essa questão aborda: “[...] Aracaju não foi uma cidade pensada aos moldes das antigas cidades coloniais, [...], ou seja, apesar da mudança da capital ter sido impulsionada principalmente por motivos econômicos ligados a melhoria do escoamento de seus gêneros agrícolas, ela não se desenvolveu diretamente ligada a terra e aos seus senhores”. O estrato social que se desenvolveu em Aracaju, principalmente a partir da segunda década do XIX, fora a dos comerciantes que eram capitalistas, não mais diretamente ligados a terra, mas sim a distribuição e venda a varejo de produtos provenientes da zona rural (ARAÚJO, 2008, p.19).

Ainda assim, existia em Aracaju toscamente processos de abate de gado e porco, com características bem interessantes, como segue:

A feira inicia-se à sombra de uma árvore e por isso se chama Pé-de-Pau ou Gameleiro, à frente de uma ermida, que delinea a praça de comércio com bodegas, baiúcas, lojas de fazenda e miudezas e os botequins espalhados no meio dela, no aglomerado dos vendilhões e fregueses. De início, é a venda da carne verde, o tabuleiro de doces, as bebidas espirituosas, a gengibirra, o ponche de limão, o caldo de

cana, a banca de café e açúcar e as miudezas e fazendas grossas, além dos sacos de milho e feijão, as cargas de inhame, batata, macacheira, farinha de mandioca, legumes, alhos e cebolas, molho ou résteas de cebola, um ou dois violeiros desafiando-se, a cantar martelo, cegos cantando ao som de querequechês. Trocas de cavalo, água de côco, raparigas guapas, casadoiras, donas de casa econômicas, policiaes, vendedores de potes e panelas e que tais quinquilharias de um tráfico de ajuste revelador da herança lusitana, azinhavrada pelo gênio semita (SOBRINHO, 1954, p.397).

Quando Aracaju torna-se a capital, a feira de Pé-de-Pau ou Gameleiro é transferida para a “Rua do Comércio ou do Mercado, a rua da Aurora, no trecho entre a praça de Palácio a da Alfândega” (SOBRINHO, 1954, p.398). Assim, uma das primeiras feiras de Aracaju se localizava, então, na Avenida da Aurora e adentrava o primeiro trecho da Rua Laranjeiras; isso em 1855. Através da Resolução 537, a feira deveria funcionar nas segundas-feiras de cada semana das sete horas da manhã até as três da tarde, e nela era exposta a venda todo tipo de mercadoria, especialmente os alimentícios como a farinha de mandioca, o feijão, o milho, o arroz, os legumes, o açúcar, o café, o azeite, as aves, os ovos e o peixe.

Encontrava-se à venda vários gêneros desses produtos onde predominavam as bancas de peixes, já que antes de tudo, Aracaju anteriormente tinha sido uma colônia de pescadores, sendo que a rua da Aurora como o mais importante centro comercial da nova capital (ARAÚJO, 2008, p.26-27). Vê Figura 6.

Figura 6 – Centro Comercial de Aracaju. Em destaque a rua da Aurora (1900).



Fonte: Araujo. 2004.

Porém, acrescenta-se a isso outros processos de natureza administrativa no que se refere à regularização das feiras em Aracaju: “[...] as disposições sobre a feira [...] só começarão a vigorar depois que pelo Govêrno da Província, forem expedidas

circulares á todas as autoridades locais da Província, para fazer publicar por Editais a criação da mesma Feira, e o dia, que o mesmo Governo houver designado para a sua instalação” (SOBRINHO, 1954, p.398). Assim, em 1858 a Câmara Municipal receberia o ofício do presidente da Província comunicando a criação da feira da Capital, ordenando que mandassem passar os editais.

Na feira, os pequenos produtores do interior vinham expor suas mercadorias com o intuito de vendê-las. O que nos mostra que nessa época não havia uma separação dos camponeses dos produtos de seu trabalho e uma complexidade de inúmeros intermediários intervindo na relação que se trava entre a produção e o consumo dos gêneros agrícolas destinados a venda nesse lugar. Ou seja, apesar da marginalização do camponês, frente à modernização urbana de Aracaju, ainda não havia a subsunção do trabalho na circulação, preservando, dessa forma, uma maior autonomia daquele, como podemos destacar da dicção abaixo, em relação ao cotidiano dessas feiras:

Centenas de pessoas de ambos os sexos, a pé, a cavallos e em canoas, - chegavam a esta cidade logo pela manha, e invadindo a rua do commercio pelo cais, pelo centro da rua e pelas calçadas, faziam o seu commercio no meio de gritos descompassados, às vezes resultando serios conflitos das discussões que se azedavam, outras vezes produzindo os seus terríveis effeitos o alcool, que se vendia em pequenos barris, reinando a confusão no meio de tão crescido numero de povo, onde muitas vezes presenciava cenas repugnantes alguém que porventura n’essa ocasião passasse. Os animais que conduziam os gêneros, que eram trazidos a feira, ficavam soltos pelas ruas e praças da capital, e além do perigo imminente dos transeuntes, cenas indecentes se viam a cada momento no meio desses animais agglomerados (SOBRINHO, 1954, p.400).

Em função da desordem em que se encontrava a principal feira da cidade, Joaquim Barbosa Lima, chefe de Polícia da Província, aboliria a feira por considerá-la “anarquizada”, “horrível”. Para ele, era urgente acabar com a “anticivilizada” forma de fazer comércio; observando-se uma forma de controle exercido pelo poder de polícia na rua, obrigando assim que os pequenos produtores sejam levados a dispor seus produtos em lugares apropriados, arrumando-os em ordem, facilitando os compradores a deslocarem para esse lugar, para a aquisição de produtos de primeira necessidade. É evidente que esta tentativa não lograria êxito frente à desorganização administrativa e do acelerado crescimento da capital.

Pelo observado a primeira feira aracajuana estava situada na rua a qual foi mencionado o nome, mas com o crescimento e da tamanha desordem da mesma, ela seria transferida para o primeiro mercado construído da cidade. “Na verdade um grande

barracão erguido entre as Ruas d'Aurora e Laranjeiras em 1866" (ARAÚJO, 2008, p. 27). O mercado da cidade ficava situado em um velho barracão tendo por limite o Beco do Açúcar, a Rua Laranjeiras e a Avenida Rio Branco. Em frente, parte em terra firme, parte sobre as águas do rio, ficava a Banca do Peixe (CABRAL, 1955, p.135).

Sabemos que o centro de Aracaju foi planejado para abrigar a elite e os homens influentes da sociedade. Para os mais pobres foram reservadas as cercanias da cidade, dando origem a diversos bairros periféricos da época. Porém, esse mesmo sempre foi frequentado pela base da pirâmide, mesmo porque o comércio que foi se desenvolvendo com seus surtos de crescimento, tinha opções para todos os setores da sociedade, desde casas de comércio mais refinadas até as bodegas de miudezas baratas, brejaais, burundangas e até mesmo uma grande feira transferida para a rua d'Aurora (ARAÚJO, 2008, p.11).

Fora dos limites estabelecidos por Pirro, crescia outra cidade. Então se faziam duas áreas segmentadas pelo prestígio social e pelo domínio econômico. Do lado de dentro, empresas e instituições públicas típicas de qualquer capital administrativa, junto a edificações residenciais de famílias tradicionais ou capitalistas em ascensão do setor comercial e que podiam abarcar com os custos da vida no centro. No meio, uma zona de chácaras e sítios possuídos pelos residentes do tabuleiro, que assim criava um cordão espacial de isolamento entre o dentro e o fora. E outra se inscrevia para além, fora do tabuleiro pirrodiano, onde os efeitos da urbanização faziam-se inexistir. Esta era habitada pelos pobres e escravos recém-libertos que não eram absorvidos pela cidade planejada.

Nesse período, o centro comercial de Aracaju era pequeno, superado pelas praças comerciais da Província, como Laranjeiras, Maruim, Estância e Própria. Essa característica prolongou-se durante toda segunda metade do século XIX. E só a partir da última década que cidade iria se organizar e seu comércio expandir com maior força, em função de ser agora a capital administrativa. Ainda assim, o tamanho do comércio era incompatível para uma capital. Esse cenário prolongou-se por muitos anos, sendo desprovida de recursos urbanísticos que pudesse sustentar um comércio desenvolvido ou até mesmo uma feira de tamanho que vendesse produtos diversificados.

Em tempo, estabelecia-se em Aracaju, a partir de meados do século XIX, a idéia progressista que visava à construção de uma nova cidade longe dos moldes coloniais. Foi por isso que o projeto de mudança da capital não pretendia transferir a

nova sede para outras cidades, como a velha cidade colonial de São Cristóvão. Para Araújo:

Aracaju [...] nasceu sem os vícios coloniais, pois a sua fundação já ocorreu na segunda metade do século XIX, a partir de um projeto progressista diretamente a consolidação urbana no Brasil. Com o passar dos anos, Aracaju mesmo sem conseguir resolver seus problemas de infra-estrutura básica, começou a atrair capitalistas que vinham do interior e até do estrangeiro, pois [...], várias firmas de outras praças do estado como Maruim, por exemplo, montaram suas filiais em Aracaju e dessa forma cidade tem um surto de crescimento populacional que o coloca como um dos principais centros de comércio do estado (2008, p.49).

Essa consolidação de Aracaju como principal centro comercial de Sergipe, começa a partir de 1890. A estabilização proporcionada pelo crescimento populacional (atração de moradores cria aos poucos um mercado consumidor), pela urbanização da cidade, pela decadência das cidades do entorno, a exemplo de Maruim e Laranjeiras, e pelos investimentos massivos de capitais oriundos dos setores agrários. Assim,

a variedade comercial englobava desde casas mais especializadas até bodegas de miudezas baratas, e armazéns de secos e molhados ou os denominados armazéns de estivas. Acrescenta-se a este comércio as feiras nas ruas onde se vendiam animais de abate, peixes, objetos de cerâmica e outros gêneros advindos do interior (ARAÚJO, 2008, p.14).

Esse comércio era concentrado nas Ruas d'Aurora, Laranjeiras, Japaratuba, São Cristóvão; ou seja, nas proximidades de onde se localizava a extinta feira. “Das 60 firmas registradas que declarou endereço em Aracaju entre 1898 e 1910, vinte e três estavam localizadas na Rua da Aurora, ou seja, aproximadamente 38% dos estabelecimentos comerciais estavam instalados nessa rua” (ARAÚJO, 2008, p.51). Observar o Centro Comercial de Aracaju no início do século XX, na figura 7. O consumo na cidade se resumia a esses estabelecimentos, o verdadeiro desenvolvimento do comércio de Aracaju iria se processar apenas a partir da segunda década do século XX.

Figura 7 – Centro Comercial de Aracaju/Se – início do século XX



Fonte: Instituto Tobias Barreto, apud Araújo (2008)

Tanto Araújo (2008) quanto Sobrinho (1954) se referem à localização da extinta feira da Rua da Aurora; na medida em que tinha gerado inúmeras problemas pela precária higienização, da “imperiosa vadiagem”, e da “anticivilidade” de seus frequentadores, geralmente formado por mulheres que usavam “expressões vocabulares de baixo calão” ou por “negros bêbados e debochados”. Ela foi extinta pelo então Chefe de Polícia da Província, que tinha em seu favor a nascente e conservadora “sociedade aracajuana”, pois, os consumidores mais abastados optavam pelas lojas que tinham ligação com outras praças do império e do exterior, e que jamais frequentavam a feira.

Com o crescimento da nova capital, impulsionado pela forte presença do capital comercial, ocorreriam mudanças consideráveis nos hábitos urbanos de vida. Na segunda metade do século XIX, devido ao processo inicial de modernização do país as pessoas começaram a se inspirar nos moldes de vida europeu exigindo assim que o mercado local oferecesse produtos que existisse apenas no exterior (ARAÚJO, 2008, p.42).

Até 1910, o comércio de Aracaju ainda estava concentrado nas proximidades da Rua da Aurora (atual Avenida Otoniel Dórea), da Japarutuba (atual João Pessoa), da Laranjeiras e da São Cristóvão. Esse cenário se conservou quase que inalterado até os anos 20 do século XX, quando se deu a criação do Mercado Antônio Franco em 1926, mudando a atmosfera do comércio aracajuano e ampliando o espaço de troca de mercadorias como lugar de consumo, ou seja, ampliando a circulação de mercadorias. Já nas primeiras décadas do século XX, Aracaju já era considerada como maior centro urbano do Estado, em termos de comércio, serviços, atividade industrial e centro das atividades administrativas.

Nesse período seria construído o sistema de abastecimento de água, na medida em que “a água ofertada à população, pela então companhia contratada, era de péssima qualidade, o Estado em 1912 tomou para si as responsabilidades e estatizou o serviço” (SANTOS, 2010, p.19). Foi implantado, mesmo que precariamente, serviços de rede de esgoto, energia elétrica e drenagem:

Esta segunda década do século foi bastante efetiva nesta guinada urbana, [...], promoveu uma mudança grave na paisagem urbana e no controle das epidemias que tanto assediavam a saúde das gentes. Claro que tais obras de saneamento básico não insidiam sobre todo corpo urbano; engano pensar que toda população fora beneficiada de imediato por tais feitos. (SANTOS, 2010 p.19).

Seria a rua João Pessoa que estavam situadas as maiores e melhores estabelecimentos comerciais. Ali existia o comércio grã-fino, onde faziam as compras a emergente elite aracajuana. A classe média se dirigia a rua de Laranjeiras; esta era a rua das pequenas lojas de tecidos, casas de ferragens, dos armazéns de secos e molhados, das padarias e das pastelarias, onde a pequena burguesia fazia as suas compras (CABRAL, 1955). Já a classe trabalhadora se dirigia a vizinhança do mercado modelo, justamente onde se localizava a Feira de Aracaju. A oposição entre a existência de um comércio grã-fino, o mercado e a Grande Feira nesse período já demarcava a segregação

sócio-espacial de consumo de Aracaju, e que iria produzir no processo de formação dos circuitos inferior e superior da economia urbana.

A grande feira da cidade era, nessa época, realizada no Mercado Modelo (Mercado Antônio Franco) nos dias de sábado, domingo e segunda-feira. Caracterizava-se uma feira de tamanho já razoável, havendo abundância e variedade de produtos. A procedência dos consumidores da feira era diversificada, vindo pessoas do interior (Lagarto e Itabaiana), e de logradouros mais distantes do centro, dos povoados Atalaia e Mosqueiro. Inicialmente ela esteve circunscrita a área interna do Mercado Modelo e do Mercado Auxiliar (Mercado Thales Ferraz); mas em 1955, a mesma foi estendida pelas ruas e praças das áreas circunvizinhas, ocupando as ruas Santa Rosa e José do Prado Franco. As passagens a seguir explicitam as atividades, as mercadorias vendidas, a disposição de produtos camponeses nessa feira:

Você verá as frutas da minha terra: os cajús, as graviolas, os melões, as mangabas, as melancias, as jaboticabas, massarandubas. Os caminhões de Lagarto e de Itabaiana trazem batata e cebôlas. Os praeiros trarão siris, peixes, aratus, camarões e caranguejos. Você já comeu, alguma vez na vida, moquéca de massunín? (CABRAL, 1955, p.133).

Caminharemos pelas ruas do Mercado Môdelo, ruas estritas, formadas pelas pilhas e pelos sacos de cereais, ruas barulhentas e coloridas [...]. Se o calor estiver forte beberemos um caldo de cana [...]. A feira divide em tantas outras feiras: aqui estão as bancas de carne verde, de carne de pôrco, de carne sêca [...], de carne do sol; alí as bancas de peixe fresco e do peixe do São Francisco; acolá queijos e requeijões, frutas e verduras, rêdes e alpercatas, dôces de puba e de milho (CABRAL, 1955, p.134).

Na rampa do mercado fica o Pôrto das Canôas. Canôas que chegam carregadas de frutas, carregadas de cereais, carregadas de gente para a grande feira semanal. Dali saem canôas para a Atalaia, para a Praia Formosa, para Santo Amaro, para Barra dos Coqueiros, para todos os recantos do recôncavo do Rio Sergipe (CABRAL, 1955, p.135).

Em outra passagem as jocosidades, as brincadeiras, a desorganização, a junção de outras formas de comércio próximo, se mostravam evidentes, características até hoje existentes, fundamentais para se entender o fenômeno da maior feira de Aracaju:

Adiante estão os pequenos restaurantes. É divertido caminhar por essas ruas quais intransitáveis da Feira de Aracaju. O barulho das

conversas dos pregões, o chiar dos foguareiros dos restaurantes, as cantigas dos cegos que pedem esmólas, a voz de Marcelino Bittencourt recitando versos populares, os ajustes de preço, a reclamação da carestia e do cambio do negro, as risadas, as pilhérias, os namôros, a exclamação de conhecidos que se encontram, tudo isso faz na Feira de Aracaju um passeio encantador. mais adiante, ainda, estará a feira das panelas e de cerâmica popular. Você verá bonecos de barro [...] esculturas realizadas por oleiros anônimos [...] (CABRAL, 1955).

Por outro lado, feiras de bairro já eram observadas nessa época, como as do bairro Siqueira Campos (Aribé) e Industrial. Estas feiras eram realizadas aos sábados, sendo dois mercados periódicos de trabalhadores por excelência. O “Mercado do Aribé” não tinha estrutura para receber grande leva de consumidores o perfil social limitava o tamanho dessa feira. Já a do bairro Industrial funcionava na proximidade das fábricas, onde as mercadorias eram expostas para à venda em pequenas estruturas (bancas de madeira removíveis), em sua maioria produtos alimentícios.

Joel Silveira escreve na Revista de Aracaju um texto bastante interessante sobre a grande de feira de Aracaju que comprova a existência de comerciantes de origem camponesa já na década de 40:

Camponeses de Itabaiana, de Laranjeiras, do Maruim e da Atalaia, todos chegam a grande feira de Aracajú. Trazem eles cebolas e galinhas, aboboras e melancias, são homens da praia e do campo. Alguns têm a pele tostada pelo sol violento do sertão. Outros trazem no rosto a passagem dos ventos do mar e da ardência da salsugem ensolarada. Todos chegam a grande feira de Aracaju. Mulheres e moças, meninas de grandes olhos negros grudados na face como duas escuridões, raparigas que enterram as mãos na tapioca branca – todos chegam para a grande feira de Aracajú. Venha andar comigo por essas ruidosas ruas de mercado (SILVEIRA, 1943, p.165).

A proposta inicial de Sebastião Basílio Pirro, era que, por volta de 1920, seria a construção de um mercado onde atualmente está localizada a Praça Fausto Cardoso. Mas, o lugar selecionado para a instalação, na veria, seria o cruzamento da rua Laranjeiras com a Avenida Rio Branco. Nascia assim, o primeiro mercado público de Aracaju, também conhecido na época como Mercado Modelo. Este foi chamado de Mercado Antônio Franco, como já destacamos em supra. Na mesma área seria construído o prédio da vetusta Associação Comercial de Sergipe e o Colégio Nossa Senhora de Lourdes, dando os contornos ao crescimento da zona norte da cidade.

Nos mercados estava localizado o porto de Aracaju, lugar de saída e chegada de barcos e saveiros que iam e vinham do interior do estado com passageiros e

mercadorias. Ali também ficavam estacionados os caminhões de feirantes, parte dos ônibus e “marinetes”. Ou seja, os mercados de Aracaju tinham uma associação diretamente relacionada à feira. A Revista de Aracaju, datada de 1943, atesta essa relação quando exibe em suas páginas uma foto da feira bem ao lado do Mercado Antônio Franco (ver figura 8).

Figura 8 – Aspectos da Feira e do Mercado Antônio Franco - Aracaju – 1943



Fonte: Revista de Aracaju (1943)

Originalmente destinado ao comércio entre a população e feirantes, o Mercado Antônio Franco tornou-se a síntese de trabalhadores migrantes que encontravam nele um “refrigério” da miséria do interior sergipano. Tornou-se um amontoado, moradia de quem não tinha para onde ir, local de esperança para quem procurava trabalho: “o sertão, moço, está estorricado. Vim procurar trabalho. Se não chover morre toda a plantação e o creatorio” fala o sertanejo “roto” e “esquálido” da crônica do Correio de

Aracaju, numa das diferentes e lúgubres cenas que poderiam ser vistas ali (Correio de Aracaju. Edição de 22 de abril de 1939, 1 - 6).

Território de pequenos negócios, o Mercado assistiu [...] muitas cenas de violência, como extraímos nesse fragmento: “Ontem, às 12:50 da tarde, no Mercado Municipal, entraram em luta, motivada pela fútil discussão Otávio dos Santos e José Honorato Filho. O primeiro, sacando enorme faca, golpeou José Honorato na face e no braço” (Folha da Manhã. Edição de 16 julho de 1939, 01). Outro exemplo: o mesmo periódico noticia a agressão sofrida por um cidadão “num café do Mercado municipal, por parte de um desconhecido, apresentando ferimentos na cabeça e no olho esquerdo” (Folha da Manhã. Edição de 21 de julho de 1939, 01). Mesmo contando com força policial, temida pelos populares, o Estado não gerenciava a vida cidadina como desejava. Aracaju assistia a inúmeras demonstrações de insubordinação aos ditames da ordem (MAYNARD e MAYNARD, 2009, p.143).

No Mercado Municipal as infrações ocorriam decorrentes de rixas, embriaguez ou lesões corporais de baixo poder ofensivo. A “Zona” do Mercado era estruturada por “ruas estreitas, formadas por pilhas de sacos de cereais, ruas barulhentas e coloridas, ruas que evocam uma visão de cinema ou uma página de romance do médio oriente” (CABRAL, 1955, 133). “Ali circulavam, além dos comerciantes, empregadas domésticas, feirantes, e “índios” (vadios, mendigos, marginais)” (MAYNARD e MAYNARD, 2009, p.143).”

No entanto, nem sempre os delitos ocorriam graças aos “párias” da sociedade. Discussões entre feirantes ou entre estes e seus clientes também podiam chegar às vias de fato. Novamente recorremos: “ontem, pelo guarda civil n.º 32 (...), chegou preso à delegacia (...) o chauffeur Otávio Monteiro, que no Mercado Municipal se desaveio com a verdureira (...) Maria do Patrocínio, desrespeitando o aludido policial quando este delicadamente, tomou intervenção no caso” (Folha da Manhã. Edição de 22 julho de 1939, 1). Deste modo, nos mercados e nas feiras livres afloram contradições entre as classes populares e a vida policiada que o Estado Novo lhes queria impor. As desobediências dos feirantes, “índios” e outros freqüentadores do Mercado ilustravam a pouca eficiência do trabalho unicamente repressor da polícia local. Mas essas contradições não são perceptíveis apenas em tais espaços. Os cinemas também vivenciaram experiências significativas (MAYNARD e MAYNARD, 2009, p.143).

O mercado era, em princípio, um lugar de varejo popular, onde eram comercializados tanto mercadorias industrializadas quanto produtos como carnes, queijos, doces, mandioca, ervas e produtos relacionados aos cultos afro-brasileiros. Dessa forma, o mercado satisfazia à população aracajuana, sendo complementado por mercearias localizadas em ruas próximas a ele, até a década de 40. Nesta década, foi construído o Mercado Auxiliar, chamado de mercado novo, que recebeu o nome do famoso industrialista Thales Ferraz.

Ao contrário dos locais destinados aos burgueses, os bares (ou “cafés” como são denominados pelos jornais) suburbanos dificilmente comportariam as “mulheres de família”. Este espaço estava destinado aos homens, às conversas sobre o dia-a-dia do trabalho, era lugar para beber e desabafar. Portanto, nada de esposas ou filhos. Os cafés e bares situados na região do Mercado Municipal (que envolvia o Mercado Modelo e o Mercado Auxiliar de Aracaju) não eram os prediletos da elite. Era um lugar dissonante com o progresso da cidade, um foco de insolúvel violência noturna e, às vezes, diurna (MAYNARD e MAYNARD, 2009, p.142).

Era dos mercados centrais de Aracaju que saíram importantes nomes do comércio nacional. Entre eles, destacam-se Mamede Paes Mendonça e Pedro Paes Mendonça, que possuíam mercearias no local. Mamede fundaria mais tarde, a rede Paes Mendonça, enquanto Pedro criaria a rede Bompreço. Duas das mais importantes redes regionais de supermercados surgiram dos mercados centrais. O G Barbosa foi também uma importante rede que também teve sua origem intimamente ligada àquela região (PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU, 2011).

Outra referência de feira nas proximidades do Mercado esta datada no ano de 1963, na obra de Diniz intitulada “Aracaju: síntese de sua Geografia Urbana” destaca a dinâmica da região do mercado, onde “a circulação intensa se faz intensa mais à tarde, hora preferida para as compras, em virtude de uma temperatura mais amena. Na área de Mercado e proximidades o movimento é mais intenso pela manhã, por ocasião da feira” (DINIZ, 1963, p.36).

Além disso, Diniz (1963) traça um esboço da evolução urbana, desde o período por ele chamado de crescimento marginal, passando pelo período de formação de bairros, chegando ao período de crescimento tentacular para oeste, até o período de dispersão recente.

O primeiro período se processa com a fundação da cidade e caracteriza-se pelo crescimento paralelo ao estuário e, logo depois, pela primeira ocupação da porção oeste. O segundo observa-se o aumento cada vez maior do ritmo progressista de crescimento da cidade, com as ruas centrais calçadas, com a fundação de fábrica de tecidos no Bairro Industrial no ano de 1904, com o melhoramento do abastecimento de água em 1908, além da instalação transporte em bondes de tração animal a partir de 1910. Agregando-se também com o aparecimento das lâmpadas elétricas (1913), da ampliação dos serviços de esgotamento sanitário e da construção de rodovias (1914).

O terceiro período se processa a partir de 1930, sendo caracterizada pela diversificação socioeconômica de Aracaju. Por fim, o quarto período desmesurado crescimento das cidades a partir da fuga do campo, ou seja, a imigração para Aracaju aproximadamente em 1963. Além disso, o comércio se concentra, a indústria dispersa para a periferia; a indústria cresce em Aracaju, não a grande, mas a pequena indústria sem condições para construir núcleos residenciais, obrigando seus operários a viver longe do trabalho.

Em 1963 o comércio de luxo concentra-se na Rua João Pessoa. Classificamo-lo como comércio a varejo embora existam casas que realizem vendas a grosso, principalmente tecidos. Aí estão as maiores casas comerciais da cidade, os grandes magazines. O comércio em grosso localiza-se principalmente na Av. Rio Branco e Rua José do Prado Franco, embora esteja disseminado por toda a área norte da zona comercial cujo centro é ocupado pelo mercado municipal. Com o comércio pobre acontece o mesmo que com o comércio em grosso: está espalhado por toda a área comercial, deslocando-se, cada vez mais para a parte oeste da zona, além da rua Itabaianinha, bem como para o norte, próximo ou dentro do Mercado (DINIZ, 1963, p.34).

Já nesse período, Aracaju despontava com sua supremacia em relação às demais cidades sergipanas, por destacar-se nas suas funções, a saber: portuária, comercial, bancária, administrativa, industrial, artesanal, cultural e sanitária. O acúmulo de diversas e importantes funções a tornou como principal centro urbano do estado, chegando a influenciar cidades de outros estados. De fato Aracaju conservasse nessa posição porque era “o único porto de Sergipe, seu giro comercial é de 44% do

movimento total do Estado, possui todas as sedes bancárias, todas as escolas superiores” (DINIZ, 1963, p.42).

Segundo Diniz (1963), na década de 60, o comércio de Aracaju era dividido em quatro tipos, disseminado por cerca de 709 casas comerciais:

- Comércio grossista: suas grandes casas geralmente possuem filiais nas principais cidades de interior, efetuando grandes transações. Inicialmente esse comércio localizava-se próximo ao porto, junto ao mercado, havendo uma mutua atração entre esses tipos de comércio, pois é nessa área que atracavam grandes saveiros que transportavam, além dos produtos vindos em grosso das cidades dos interiores do estuário, mercadorias as mais diversas para a feira.
- Comércio varejista: estava dividido em dois tipos, um varejo rico, que localizava-se na Rua João Pessoa, e um varejo pobre, encontrava-se nas áreas adjacentes ao primeiro.
- Comércio de alimentação: era constituído por açougues, padarias, armazém, etc.; seu ponto principal é o mercado.
- Comércio de rua: era representado pelas feiras, como a da Praça da Bandeira, e pelos camelos.

Quanto à função industrial Aracaju não era de uma cidade industrial, porque, suas poucas indústrias desempenhavam um papel secundário. Pois, grande parte dos estabelecimentos industriais de pequena monta com uma seção de venda. As grandes indústrias se localizavam as margens da BR-101, onde se cogitava a criação de uma cidade industrial. O maior ramo industrial era o de alimentação e a indústria têxtil achava-se representada por fábricas de tecido.

Nas décadas de 1980 e 1990 surgem novas empresas de construção civil, novas obras públicas, áreas rurais são incorporadas ao perímetro urbano, a cidade se verticaliza ao mesmo tempo em que as favelas se reordenam. Além disso, no final da década 1980 surge o primeiro shopping Center de Aracaju. O surgimento deste marca a elitização do comércio e evidencia uma maior segmentação em Aracaju, pois, a população da cidade passou a apresentar melhoria das condições de vida e se distanciava cada vez mais do comércio do centro da cidade. “A chegada desses

shoppings à cidade marca a forte especialização e sofisticação do comércio em Aracaju e isso fica bastante claro com a inserção de diversas lojas de grifes nacionais e internacionais de roupas, franquias de diversos restaurantes e lojas especializadas em serviços antes não presentes na cidade” (SANTANA, 2010, p.4). Assim, “as características que constituem atualmente o comércio de Aracaju são: expansão, sofisticação e especialização” (SANTANA, 2010, p.8).

Dentro da expansão do espaço urbano de Aracaju surgem os subcentros urbanos que acompanham a processo de segregação sócio-espacial da cidade (COSTA, 2006, p. 149). O Estado, através da prefeitura municipal, tem a função de garantir a manutenção de uma ordem que organize os espaços de circulação das mercadorias e por isso mesmo garante a realização da mais-valia tanto ao nível desses subcentros quanto em nível das feiras. Sem esquecer que essa circulação está diretamente associada à distribuição, a produção e ao consumo de mercadorias.

É o que ocorre no conjunto Castelo Branco, sendo este um típico núcleo comercial de porte variável associado à feira. O bairro possui comércio de bairro (Figuras 9 e 10), aberto todos os dias da semana, exceto aos domingos, e uma feira livre, que se realiza as sextas-feiras. Ambos oferecem muitos dos produtos encontrados no centro da cidade, o que permite a satisfação das principais necessidades de consumo de seus moradores e das áreas circunvizinhas.

Figura 9 – Comércio de Bairro - Castelo Branco – Aracaju/SE



Fonte: autora, 2011.

Figura 10 – Comércio de Bairro - Castelo Branco – Aracaju/SE



Fonte: autora, 2011.

Há que se destacar a importante concentração de estabelecimentos comerciais e de serviços no bairro Castelo Branco. Nas atividades comerciais destaca-se o oferecimento das seguintes mercadorias/serviços: confecções; calçados; cama, mesa e banho; brinquedos; louças e alumínio; eletrodomésticos; carnes (boi, frango, peixe); hortifrutigranjeiros (frutas, folhas/hortaliças, verduras); remédios; perfumes e cosméticos; revistas, jornais e artigos de papelaria; cereais e grãos; produtos de limpeza; som e instrumentos musicais; locadoras; autopeças; serviços pessoais (barbearia, cabeleireiro, manicura, chaveiro, lavanderia); escolas e creches; serviço de saúde (posto de saúde); posto policial; agência dos correios; posto de combustíveis; serviço de mecânica lotérica; marcenaria; sorveteria; e padaria. Existe também no bairro uma unidade da rede de supermercados do grupo G Barbosa e outro de base popular, que tem preços inferiores ao primeiro.

Em si tratando de infra-estrutura, são oferecidos serviços básicos de abastecimento de água e esgoto sanitário, assim como, do recolhimento diário do lixo doméstico. Também há no bairro, estabelecimentos educacionais que oferecem a educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) através das redes municipal, estadual e particular de ensino.

Do ponto de vista da formação da feira do bairro Castelo Branco, segundo uma das feirantes mais antigas, M.A., ela é uma reprodução da feira de bairro implantada na década de 80 quando a prefeitura municipal, incentiva a criação dessas espécies de feiras em vários bairros de Aracaju. Atualmente são vinte e sete feiras espalhadas por diversas localidades da cidade (ver Quadro 1).

Quadro 1 – Feiras de Bairro de Aracaju: dia da semana e localidades

Dia da semana	Localidade
Quarta-feira	Augusto Franco: dentro do Mercado Augusto Franco (Avenida José Joaquim Valença) São Conrado: Rua “O” Escola Técnica Federal: Rua Estância
Quinta-feira	Santos Dumont: Rua Jane Bonfim
Sexta-feira	Sol Nascente: Rua nº 37 Conjunto J.P. Freire: Pça. Vereador Manoel Vicente do Nascimento Conjunto Médici: Rua Cel. Armando Mendes Conjunto Castelo Branco: Rua João Gonçalves Conjunto Agamenon Magalhães: Rua Goiás Suíssa: Avenida Edézio Vieira Melo Gonçalo Prado: Rua General Chaves Aruana: Residencial Costa Nova
Sábado	Conjunto Leite Neto: Rua Clodoaldo de Alencar Mosqueiro: Rodovia dos Náufragos Siqueira Campos: dentro do Mercado Dr. Carlos Firpo (Rua Carlos Correa s/nº) Santa Tereza: Rua “E” Grageru: Rua Mariquinha Seixá Dória Coroa do Meio: Rua Cel. Albuquerque Cirurgia: Rua Riachão 18 do Forte: Rua Cabo Jordino São Carlos: Avenida Santa Gleide Cidade Nova: Rua Santa Terezinha Santo Antônio: Avenida Juscelino Kubitscheck
Domingo	Jardim Esperança: Rua Júpiter América: Rua Cuba e Rua B Dom Pedro: Rua Alagoas Conjunto Bugio: Rua “D”

Fonte: Prefeitura Municipal de Aracaju

Organização: Sheyla Silveira Andrade

A feira do Castelo Branco totaliza individualmente 54 vendedores, no ano de 2010. Porém, esse número não é fixo, pois, os feirantes podem ausentar-se, não ultrapassando três vezes consecutivas, na qual perderá a banca, medida esta estabelecida pela EMURB.

Mais interessante é a flexibilidade desses vendedores entre as feiras de bairro de Aracaju e do interior, demonstrando a articulação do uso eficiente do tempo e do espaço para a venda de seus produtos, como podemos observar na Tabela 1. Quanto à origem desses feirantes a sua grande maioria é proveniente de Itabaiana, Malhador e Aracaju (ver Tabela 2).

Tabela 1 - Distribuição dos Feirantes do Castelo Branco em outras feiras de bairro de Aracaju e de Cidades Sergipanas.

Dia da semana	Localidade/ número de Feirantes
Segunda-feira	Porto da Folha (cidade): 2 Umbaúba (cidade): 2 Lagarto (cidade): 1
Quarta-feira	Augusto franco (bairro): 5 Marcos Freire (bairro da Grande Aracaju): 3 São Conrado (bairro): 6 Nª Sª do Socorro (cidade):1
Quinta-feira	Nª Sª do Socorro (cidade): 1 Santos Dumont (bairro): 7 Fernando Collor (bairro da Grande Aracaju): 2 Rosário do Catete (cidade): 1 General Maynard (cidade):1
Sexta-feira	Castelo Branco (bairro): 53
Sábado	Santo Antonio (bairro): 11 Eduardo Gomes (bairro da Grande Aracaju): 7 18 do forte (bairro): 4 Monte Alegre (cidade): 2 Coroa do meio (bairro): 6 Nª Sª do Socorro (cidade):1 Marcos Freire (bairro da Grande Aracaju): 4 Grageru (bairro): 3 Cidade Nova (bairro): 1 Itaporanga (cidade):1 Maruim (cidade): 1
Domingo	João Alves (bairro da Grande Aracaju): 8 Santa Maria (bairro): 3 Augusto Franco (bairro): 3 Dom Pedro (bairro): 4 São Conrado: (bairro)2 Bugio (bairro): 5 Nª Sª do Socorro (cidade): 1 Orlando Dantas (bairro): 6 América (bairro): 9 Areia Branca (cidade): 1

Fonte: trabalho de campo, 2010.

Organização: Sheyla Silveira Andrade.

Tabela 2 – Origem dos Vendedores – Feira do Castelo Branco – Aracaju/SE

Origem do feirante	Número de feirantes
Itabaiana	16
Aracaju	17
Malhador	12
Moita Bonita	2
Lagarto	1
Boquim	1
Areia Branca	1
N ^a . S ^a . do Socorro	3
São Cristóvão	1
Total	54

Fonte: trabalho de campo. 2010

Organização: Sheyla Silveira Andrade

As barracas vendem quase que exclusivamente as seguintes mercadorias: produção de origem camponesa, produção de grandes unidades de produção, confecções de todos os tipos, calçados, os CDs piratas e carne verde. Estes produtos ficam dispostos espacialmente da seguinte maneira: na parte da feira com a entrada voltada para a Avenida São João Batista predominam verduras, tubérculos e frutas. Na parte oposta, estão localizados barracas de vestuários, calçados e carne verde. A estrutura da feira envolve o estudo da disposição espacial das barracas, dos produtos comercializados em geral e a importância desta disposição espacial.

CAPÍTULO 2 - A NÃO CENTRALIDADE URBANA DA FEIRA E O DESVELAR DA SUPOSTA PRIMAZIA DE ARACAJU NO ESTADO DE SERGIPE

2.1 - A Não Centralidade Urbana da Feira em Aracaju

Segundo SILVA (1987) a ideia de centralidade indica que alguns lugares centrais são providos de mais atrativos, em decorrência da maior variedade de produtos e serviços que dispõe. Assim, os mercados periódicos possuem importância, porque ampliam o limiar da cidade. Os mercados periódicos não somente atraem pessoas das cidades mais próximas, como também das regiões complementares. Para ela a Teoria dos Lugares Centrais, desenvolvida por Walter Christaller em 1933, baseia-se na localização de atividades de troca e supõe a existência de uma população agrícola regularmente distribuída em uma área plana, onde é fácil a circulação em todas as direções. Um segundo ponto da teoria estabelecesse que os lugares centrais e suas áreas de mercado formam uma hierarquia. Esta tem como base a população e sua capacidade de consumo. Para um centro maior converge um número maior de pessoas e de mercadorias, tanto provenientes da zona rural como de outras cidades.

Para PAZERA (2003, p.51) a feira é como uma espécie de mercado periódico formado em pequenos núcleos rurais ou de povoamento que periodicamente se transformam em localidades centrais, ou seja, nos dias de feira os pequenos núcleos assumem o papel de centro de comércio, para onde converge a população do próprio núcleo e de outros. Findo o período de comércio os núcleos voltam a ser apenas núcleos rurais, com grande parte da população subsistindo de atividades primárias.

Na concepção de DINIZ (1987, p. 72) as feiras são essencialmente, lugares de compra e venda de produtos variados, destacando-se, hoje, bens industrializados, ao lado de produtos agrícolas tradicionais. Há uma pequena oferta de serviços ligados à feira barbeiros, relojoeiros, fotógrafos, mecânicos de bicicletas e até dentistas práticos. Todavia, essa atividade é secundária diante da função comercial do mercado periódico. Esse papel dá à feira a função muito destacada no sistema de cidade, pois a reunião de centena de comerciantes e de milhares de compradores aumenta de sobremaneira a ação regional da localidade central.

No entendimento de CORRÊA (1988, p.66) os mercados periódicos constituem um dos modos como está estruturada a rede de localidades centrais nos países subdesenvolvidos. Os mercados periódicos são definidos como aqueles núcleos de

povoamento, pequenos, via de regra, que periodicamente se transformam em localidades centrais: uma ou duas vezes por semanas, de cinco em cinco dias, durante o período da safra, ou de acordo com outra periodicidade.

Os mercados periódicos se transformam em centros de comércio periodicamente. Isto pode ocorrer uma ou várias vezes por semana, durante o período de safra ou de acordo com outros critérios. Fora dos períodos de intenso movimento comercial, estes núcleos retornam a ser tranquilos núcleos rurais onde grande parte da população vive de atividades primárias. Nos dias de sua ocorrência vendedores das mais variadas mercadorias, artesãos e prestadores de serviços amanhecem nesses locais com suas mercadorias. Muitos são provenientes de outros núcleos onde atuaram no dia anterior e outros vêm das áreas rurais para vender suas produções e comprar o que não produzem.

A explicação de Stine apud CORRÊA (1988, p.69) baseia-se em duas ordens: de um lado, considera a teoria das localidades centrais de Christaller como base para uma explicação satisfatória a respeito do funcionamento dos mercados periódicos: particularmente importantes são os conceitos de alcance espacial máximo e de alcance espacial mínimo. De outro, considera que a natureza periódica ou permanente dos mercados verifica-se no âmbito de uma mudança gradativa, em que os comerciantes itinerantes passam de uma total mobilidade para uma localização completamente fixa.

O alcance espacial máximo é a área determinada por um raio a partir de uma determinada localidade central. Dentro dessa área os consumidores efetivamente deslocam-se para a localidade central, visando à obtenção de bens e serviços. Para além dela, deslocam-se para outros centros que lhes estão mais próximos, implicando, assim, em menores custos de transporte ou em menor tempo gasto. O alcance espacial mínimo, por outro lado, compreende a área em torno de uma localidade central, que engloba o mínimo de consumidores suficientes, para que um dado comerciante nela se instale (CORRÊA, 1988, p.69).

A explicação econômica, formulada por Stine, tornou-se consagrada, tendo sido considerada como básica para entender um modelo corrente de distribuição de bens e serviços nos países subdesenvolvidos (CORRÊA, 1988, p.70).

A compreensão de BROMLEY, SYMANSKI e GOOD (1980, p. 184) em relação aos mercados periódicos difere da concepção econômica de Stine; para eles o sistema e padrões de troca variam com os tipos de sociedade e estão baseados sobre sistemas de valor moldados por processos culturais.

Assim, a origem e permanência dos mercados periódicos são explicadas em função das necessidades dos produtores, da organização tradicional de tempo, da inércia e da vantagem comparativa. Os produtores frequentemente desejam negociar no mercado um ou dois dias por semana a fim de não interromper seus esquemas de produção. Habitualmente há dias separados na semana para o trabalho, descanso, cerimônias e comércio; estas disposições temporais podem ser determinadas por autoridades civis e religiosas. As autoridades podem estabelecer os dias de mercado e seus locais, embora os incentivos iniciais para a criação de um mercado sejam geralmente o desenvolvimento da estratificação social, a divisão do trabalho e o comércio interurbano. O comércio em tempo parcial e a designação de dias especiais para sua realização favorecem igualmente a criação de mercados periódicos (BROMLEY, SYMANSKI, GOOD, 1980, p.183).

Muitos dos primitivos comerciantes locais eram produtores que procuravam um mercado comprador para as suas mercadorias ou meios de obter outros artigos, e seus clientes eram também geralmente produtores. Consequentemente, os mercados primitivos tinham que ser adaptados de preferência às necessidades dos produtores que comerciavam em tempo parcial, do às necessidades dos comerciantes em tempo integral. A periodicidade era uma vantagem para a maioria dos participantes do mercado porque as funções econômicas eram diversas. A maioria dos comerciantes, mesmo em muitos mercados contemporâneos, trabalha em tempo parcial, tem duas ou mais ocupações diferentes e dedica-se à alguma forma de produção primária ou secundária (BROMLEY, SYMANSKI, GOOD, 1980, p.185).

Como foi observado em capítulo anterior a origem do mercado está associado ao mercado periódico; onde os comerciantes e consumidores locais eram também produtores, e não podiam ir ao mercado sempre que almejassem. Mas, em determinado momento esse tipo de comércio entra em declínio e o comércio passa a ser mais complexo e sofisticado com estabelecimentos permanentes. Certas características de mercado periódico permanecem em feiras porque alguns produtores (nesse caso camponeses) por muitas vezes distribuem seus produtos naquelas, como é o caso da feira do Castelo Branco que comporta camponeses que são em sua maioria de Malhador.

Ou seja, quando as cidades atraem pessoas de diferentes localidades e até mesmo de municípios vizinhos, os camponeses dispõem seus produtos e a cidade adquire localidade central naquele momento, esse tipo de comércio pode ser considerado

mercado periódico. E é nesse dia que os consumidores aproveitam a oportunidade para utilizarem serviços que não dispõem na sua localidade. Além disso, esse dia funciona como ponto de encontro e de lazer, entre parentes, amigos e conhecidos. Já se a própria cidade se torna o local atrativo devido a sua centralização quanto aos serviços, as funções comerciais, as funções administrativas, o mercado periódico passa a ser feira (circuito inferior) porque esta perde a centralidade em relação ao eu entorno; é o caso de Aracaju, que trazemos como exemplo a feira do Conjunto Castelo Branco.

Os mercados periódicos foram muito importantes para a formação do comércio e o desenvolvimento do mercado; quando aqueles eram a única forma existente dos primeiros comerciantes e consumidores se reunirem em busca de se relacionarem em torno daquilo que foi produzido. Inclusive os consumidores também eram produtores e o mercado periódico consentia uma divisão racional entre produção, comércio e outras atividades. Porém, o que se nota é que essa principal característica dos mercados periódicos vem diminuindo cada vez mais. Observam-se cada vez menos produtores (nesse caso camponeses) que dispõem seus produtos nesses locais.

Para JESUS (1992, p.120) nas primeiras décadas deste século, o feirante era um produtor de alimentos, geralmente um pequeno sitiante. Com o passar do tempo o papel do feirante-produtor foi decaindo a quase sua completa extinção. Simultaneamente, o setor atacadista se expandiu, criando gigantescas centrais de abastecimento e se concentrando em torno de oligopólios. O feirante atual, este humilde comerciante, encontra-se irremediavelmente atrelado as fontes abastecedoras instituídas. São os feirantes dezenas de milhares de microunidades cujo papel é escoar a produção. Ainda continua o autor a afirmar que tanto o papel do feirante quanto do circuito inferior formam um conjunto de peças sujas e quase ignoradas a desempenhar importante papel no funcionamento geral da engrenagem que mantém o capital.

À medida que os sistemas de mercado interno se tornam mais sofisticados, a importância entra a negociações diretas entre o produtor ao consumidor geralmente diminui e a importância dos negócios intermediários aumenta. Esta mudança pode ser atribuída a um aumento de especialização por parte dos produtores e um aumento geral na distância média entre as casas dos produtores e as casas dos consumidores nos sistemas de mercados mais adiantados. Quando um intermediário qualquer tiver grande quantidade de capital poderá comprar diretamente de muitos produtores, transportar suas compras para um lugar adequado de venda.

Assim, do total de feirantes que trabalham na feira do conjunto Castelo Branco a grande maioria são somente feirantes, contabilizando 68%. E aqueles que além de feirantes também são camponeses, ou seja, cultivam seus produtos, contabilizam 32%. Entre os primeiros 45% são de Aracaju, 39% são de Itabaiana e 16% são de outros municípios. Entre os segundos 70% são de Malhador e 30% de outros municípios. Um fato que deve ser ressaltado entre os feirantes e camponeses de Malhador é que eles afirmaram que, apesar de cultivarem sua própria roça, compram algumas culturas temporárias (como a batata doce) quanto estão fora de sua época para ser revendida na feira. Outro fato atípico é que em Aracaju se observa apenas um feirante e camponês. Este é morador do bairro Lamarão e possui sítio na Barra dos Coqueiros (ver tabela).

Tabela 3 – Condição do Vendedor – Feira do Castelo Branco – Aracaju/SE

Origem do feirante	Condição	
	Somente feirante	Feirante e camponês
Aracaju	16	1
Areia Branca	-	1
Boquim	1	-
Itabaiana	15	-
Lagarto	-	1
Malhador	-	13
Moita Bonita	1	1
São Cristóvão	1	-
N ^a . S ^a . Socorro	3	-
Total	37	17

Fonte: trabalho de campo

Organização: Sheyla Silveira Andrade

Por conseguinte, para o Nordeste a importância do mercado periódico está ligada ao tamanho do núcleo em que ela ocorre. Quanto menor for o núcleo urbano tanto maior sua importância e sua influência. Nas pequenas comunidades, onde o comércio regular é inexpressivo, assume o papel de mercado geral, onde se realizam todos os negócios locais. Nos pequenos centros urbanos (e às vezes até em cidades maiores) encarna e

torna concreta a função comercial. Para tanto promove a circulação regional ou inter-regional dos produtos locais de subsistência e de consumo.

A periodicidade é parte inerente dos mercados periódicos, que, em sua maioria absoluta, se realizam em apenas um dia da semana. Isso porque o mercado periódico existe para aumentar o número de consumidores capaz de permitir a sobrevivência econômica de pequenos comerciantes, ao tempo em que melhora a vida das pequenas cidades que tem comércio insuficiente e são incapazes de manter estabelecimentos maiores e bem diversificado. Se a cidade já pode manter mercado permanente e diversificado, o mercado periódico não tem as características que lhe são peculiares: a capacidade de mudar, completamente, a vida do aglomerado durante um dia, de criar um ritmo próprio na existência da localidade. É o que acontece com Aracaju, onde apesar de a feira guardar algumas características de mercado periódico, ela não é mercado periódico porque o comércio dessa cidade tanto supre a necessidade da população que nela reside quanto da população do estado de Sergipe em relação aos serviços, as funções administrativas e as comerciais, que as demais cidades sergipanas não possuem.

Assim, quanto mais importante for a cidade, em termos de centralidade, maior será a importância da sua feira, importância esta determinada de acordo com o número de participantes e a área de atuação. Em contraposição, quanto menor a cidade em termos de centralidade, maior será a importância do seu mercado periódico semanal para a vida urbana. Nesse caso, para muitas pequenas cidades nordestinas, o dia que o mercado ocorre é o dia em que o pequeno núcleo passa a exercer alguma centralidade.

A classificação desse tipo de comércio em mercado periódico ou em feira depende do grau de centralidade de cada município onde esteja localizado/a. Isso leva a compreendermos que a centralidade depende não somente de características locais de cada município em si, mas a sua classificação dentro de um sistema urbano-regional complexo e diversificado. Tendo em mente, obviamente o fato de que toda classificação hierarquizada como essa tem sua relatividade. Assim, como Aracaju exerce primazia dentro do seu subsistema urbano-regional, analisado por Diniz (1987), não resta dúvida que o que encontramos nessa cidade é uma feira, por esta não exercer centralidade em comparação a primazia daquela.

A dimensão metropolitana e a concentração das mais importantes funções do estado mostram a primazia de Aracaju sobre todo estado de Sergipe, concentrando a população estadual, até mesmo extrapolando os limites do estado, mostrando a

importância dessa cidade. Os principais centros administrativos terão sempre níveis relativamente altos de procura e frequentemente exigirão mercadorias raras. Certas mercadorias com valores de limite (limiar) mínimos altos somente podem ser oferecidas nos maiores centros.

Assim, segundo Diniz (1987, p.56) pode-se definir o sistema urbano de Aracaju como um conjunto de unidades de povoamento aglomerado (cidades, vilas e povoados), possuindo certas atividades, ligadas entre si por fluxo de bens, serviços e pessoas e que tem na capital sergipana o centro de comando e de difusões de informações. O sistema forma, então, uma rede de localidades interdependentes e em íntima associação com áreas rurais circunvizinhas, permitindo a definição de uma área/zona em que as relações internas são mais fortes do que externas. O dinamismo do sistema dá-se pela concentração de informações em alguns pontos: em primeiro lugar, em Aracaju, e, em seguida, nos centros secundários. É a diferença relativa no equipamento comercial e de serviço disponível que lhe dá determinada posição no sistema, que tende, no conjunto, a um elevado nível de concentração.

Diniz (1987) classifica as cidades pertencentes ao subsistema-urbano regional de Aracaju de acordo com a quantidade de suas funções, sendo o primeiro com maior número de funções até chegar ao último com menor número de funções respectivamente, a saber:

- GRANDE CENTRO REGIONAL;
- SUBCENTROS INTERIORES;
- CIDADES MÉDIAS;
- PEQUENAS CIDADES;
- AGLOMERADOS RURAIS-URBANOS;
- GRANDES POVOAÇÕES;
- MÉDIAS POVOAÇÕES;
- PEQUENAS POVOAÇÕES;

Aracaju, GRANDE CENTRO REGIONAL que comanda todo o sistema, caracteriza-se por elevada primazia e distância funcional muito grande para o tipo seguinte, o que produz um vazio no nível hierárquico; dominando as funções comerciais, os serviços e as funções administrativas que são exclusivas da capital. O

fato de ser capital aliado à força do poder público e a sua demanda de serviços e produtos, bem como a concentração de população, e elevada drenagem exercida sobre toda a região e a concentração espacial explicam essa situação. Como residência de funcionários públicos e de empresa de economia mista, Aracaju assume características de cidade de classe média, altamente reforçada pela presença de empresas prestadoras de serviços à PETROBRÁS. Para a compreensão do crescimento e da concentração de renda em Aracaju não se deve esquecer da elevada drenagem da renda agrícola gerada em todo estado, pois a cidade é residência dos grandes fazendeiros de Sergipe, principalmente ligados ao acelerado processo de pecuarização (DINIZ, 1997, p.294-295).

Os desdobramentos de pessoas entre os diversos elementos do sistema são bastante intensos. Existem linhas de ônibus e, sobretudo, de caminhões, que permitem ampla circulação entre os aglomerados e as zonas rurais, notadamente em direção as feiras. O maior fluxo faz-se, todavia, no sentido radial, a partir de Aracaju. A disposição da rede rodoviária certamente contribuiu para isso, fazendo com que a maior parte da circulação entre duas cidades ocorra através de uma linha que termina em Aracaju. Mas, mesmo nos casos de linhas que interligam núcleos interioranos, como, por exemplo, a de Brejo Grande a Própria, normalmente chega a esta cidade para integrar-se ao grande fluxo para a Capital. A rede as linhas de transporte participam do grande processo de realimentação da primazia da capital sergipana, pois, de fato, a circulação é parte fundamental da questão, explicando o esvaziamento progressivo dos centros interioranos (DINIZ, 1987, p.67-68).

As comunicações modernas, particularmente o transporte rodoviário, reduziram grandemente o problema de distância em muitas partes dos países subdesenvolvidos. Esta mudança conduziu a uma reestruturação fundamental dos sistemas de mercado interno. As novas comunicações tornam mais fáceis e barato visitar os grandes centros e, conseqüentemente, os consumidores concentram suas compras nesses centros, desprezando os menores. Os grandes centros aumentam em tamanho e número, enquanto alguns dos mercados menores são eliminados. Esta tendência de reestruturação da hierarquia de centros de mercado é reforçada pela tendência moderna de uma urbanização rápida (BROMLEY, 1980, p.646).

Para comprovar a primazia de Aracaju com dados recentes, será utilizado alguns sites encontrados na internet (Wikipédia e Confederação dos Municípios), o IBGE e o Plano de Desenvolvimento do Território, promovido pelo Governo de Sergipe em 2008 (Tabela 4), comparando os dados daquela com os do território da Grande Aracaju. Esta

concentra “a maior população de Sergipe com 43,72% da população do estado, possui 847.941 habitantes e possui a maior densidade demográfica – 388,1 hab/km” (Plano de Desenvolvimento do Território, 2008). Entre as cidades que compõem o Território da Grande Aracaju como pode se observar na tabela Aracaju se destaca na quantidade de habitantes (520.303), na densidade demográfica (2.989 hab/km), na percentagem em relação ao estado (28,83%) e na percentagem em relação ao território (61,36%). Além disso, o município de Aracaju se destaca como centralidade desse Território no que se refere aos setores de comércio, indústria e serviços (Plano de Desenvolvimento do Território, 2008) e funções administrativas. “A aglomeração da população, dos meios de produção e capitais num determinado ponto do espaço, multiplica os pontos de concentração e produz uma rede urbana articulada e hierarquizada” (CARLOS, 2001, p.35).

Tabela 4 – População Absoluta, Densidade Demográfica e em % - Aracaju e Municípios da Grande Aracaju

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO		
	Habitantes	Densidade demográfica (hab./km)	Percentagem em relação ao estado
Aracaju	520.303	2.989	26,83
Barra dos Coqueiros	19.218	211	0,99
Itaporanga d’Ajuda	28.131	37	1,45
Laranjeiras	23.923	147	1,23
Maruim	15.150	161	0,78
Nossa Senhora do Socorro	148.546	943	7,66
Riachuelo	9.067	116	0,47
Santo Amaro das Brotas	11.652	50	0,60
São Cristóvão	71.931	164	3,71
Sub-total	847.941	388	43,72

Fonte: IBGE, apud Plano de Desenvolvimento do Território, 2008.

O Território da Grande Aracaju centraliza as atividades de todo o estado, para ele sempre afluíram populações diversas tanto do interior do estado quanto de outras regiões do país, com destaque para regiões vizinhas. Por isso, aquele comporta a taxa de 12,% de analfabetismo, a taxa média de urbanização de 95%, o déficit habitacional de 4.822 unidades, a média do índice de domicílios com abastecimento de água ligado à rede pública no território de 75,3%, a cobertura de coleta de lixo no território de 72,30%, não havendo tratamento do mesmo, a cobertura de esgotamento sanitário dos domicílios existentes atendendo a 45,20% destes, 78,6% daqueles sendo atendidos com energia elétrica, e a taxa de mortalidade infantil de 26,09 por 1000 nascidos vivos. (Plano de Desenvolvimento do Território, 2008). Estes índices, exceto a mortalidade infantil, estão à frente de todos os territórios sergipanos (Centro Sul, Alto Sertão, Sul Sergipano, Baixo São Francisco, Agreste Central, Médio Sertão e Leste Sergipano) e comprovam a centralidade desse território em relação aos demais, além de ser a área de influência mais forte da primaz Aracaju. Pois, à medida que se afasta do seu raio de influência as cidades dos diferentes territórios são menos impactadas pelo controle daquela.

Na primaz Aracaju seus índices demonstram a supremacia tanto em relação ao estado quanto no território ao qual pertence, a saber: 9,95% de taxa de analfabetismo (JOTA CRUZ, 2009); a taxa média de urbanização é de 100%; 35% de saneamento básico (IBGE, 2002 apud Wikipédia); 92% dos domicílios com abastecimento de água (IBGE, 2000 apud Wikipédia); 96,1% dos domicílios com fornecimento de energia elétrica (IBGE, 2000, apud Wikipédia); uma mortalidade infantil de 38,95 por mil nascidos vivos (IBGE, 2002 apud Wikipédia); etc.

Além disso, a renda per capita média do Território da Grande Aracaju é bastante diversificada: cinco municípios possuem a média de R\$ 88,81; os municípios de Barra dos Coqueiros, São Cristóvão e Nossa Senhora do Socorro possuem renda média de R\$ 124,35, R\$ 128,06 e R\$114,08, respectivamente. Aracaju, com renda per capita média de R\$ 352, 74 coloca o Território em destaque no indicador.

Em relação aos empregos formais, segundo a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS 2005), há 22.687 pessoas ocupadas no setor industrial, e 151.178 pessoas ocupadas no setor de serviços. O número de empregos formais no setor terciário é bastante superior ao verificado na indústria. Esse território apresenta o maior contingente de pessoas trabalhando formalmente no setor industrial e de serviços do estado (Plano de Desenvolvimento do Território, 2008).

O território ainda responde por 60% do total de estabelecimentos industriais verificados no estado. Entre 2006/2007, possuía 2.088 estabelecimentos, sendo que cerca de 72% desses estabelecimentos se encontravam somente em Aracaju (Tabela 5). Mais da metade de todos os estabelecimentos comerciais de Sergipe (59,5%) se encontra na Grande Aracaju (Plano de Desenvolvimento do Território, 2008). “Concentrando indústrias e grande massa populacional, a cidade atrai para si não só o poder econômico como o político. Desse modo, passa a comandar espaços maiores em função das necessidades do processo de acumulação de capital” (CARLOS, 2001, p.47).

Tabela 5 – Número de Estabelecimentos Industriais de Aracaju e Região Metropolitana 2006/2007

Município	Número de estabelecimentos
Aracaju	1.507
Barra dos Coqueiros	34
Itaporanga d’Ajuda	35
Laranjeiras	16
Maruim	11
Nossa Senhora do Socorro	308
Riachuelo	10
Santo Amaro das Brotas	5
São Cristovão	162
Grande Aracaju	2.088

Fonte: FIES – Federação da Indústria do estado de Sergipe, elaboração SUPLES, apud Plano de Desenvolvimento do Território, 2008.

Além da atividade comercial, os serviços ofertados pela iniciativa privada (chamados simplesmente de serviços) ou pelo Poder Público (identificados como funções administrativas) são importantes na compreensão do grande contingente de população urbana empregados em atividades terciárias e na centralidade.

A Grande Aracaju participa com 61% do PIB do setor terciário do estado. Porém, no território sua participação é bastante representativa, respondendo por 70% do índice territorial (Plano de Desenvolvimento do Território, 2008). E Aracaju possui um PIB de 6.946.347,867 mil em 2010 e um PIB per capita de 12.940,65 mil em 2010 (IBGE, 2011 apud Wikipédia).

A centralidade que a primaz Aracaju exerce no estado de Sergipe, como foi verificado com os dados acima, “é a própria lógica das localidades centrais, cuja especialização dos serviços [...]” (SANTOS, 2008, p.276) e de outras atividades “obedecem aos princípios econômicos da oferta e da procura, direcionada para a maximização do lucro e a minimização do esforço do consumidor ou do custo. Nessa forma de seletividade espacial é estabelecida uma hierarquia, cujos serviços e bens mais caros, com grau de especialização maior são encontrados nos níveis hierárquicos superiores e os consumidores percorrerão maiores distâncias para adquiri-los. Dessa maneira quanto maior a centralidade de uma área central, maior é seu entorno, produzindo uma organização do espaço na qual a localização dos serviços [...] se dá de maneira seletiva e desigual (SANTOS, 2008, p.276).”

Assim, é preciso esclarecer que por detrás desta suposta centralidade e hierarquia se esconde o fato de que a cidade contemporânea é o lócus de acumulação do capital, é “[...] o centro de tudo e, principalmente, da produção e valorização diversa, sofisticada e cada vez mais definida pelo sistema metabólico” (COSTA, 2006, p. 142). E ainda “a produção espacial realiza-se de modo a viabilizar o processo de reprodução do capital” (CARLOS, 2001, p.41), tendo a cidade como expressão máxima das condições gerais do processo em sua totalidade. “Ela permite a integração de diversos processos produtivos (centros de intercâmbio e serviços; mercado de mão-de-obra etc.), implicando uma configuração espacial a garantir a fluidez do ciclo do capital” (CARLOS, 2001, p.41). Nesse sentido, “produz-se uma hierarquização [...] na qual a diferenciação das/nas regiões é condição para a produção do consumo do espaço na medida em que cria áreas especializadas concorrentes e complementares [...]” (SANTOS, 2008, p. 270). “O capitalismo tende a potencializar a aglomeração, aprofundando a articulação entre os lugares complementares através da comunicação e dos transportes [...]” (CARLOS, 2001, p.41),

Por conseguinte,

As necessidades dos indivíduos a serem supridas aumentam ainda mais à medida que no capitalismo exige a crescente divisão social do trabalho e uma maior concentração populacional nas cidades. Fatores estes que favorecem a reprodução do capital (CLEPS, 2003).

É através da divisão social e espacial do trabalho que se dá o fortalecimento da rede urbana e se evidencia as desigualdades espaciais entre os lugares, entre as cidades

hierarquizadas e entre os diversos atores envolvidos nessa dinâmica. Cada indivíduo, cada cidade, cada lugar, seja no campo, seja na cidade, assume uma função na hierarquia espacial, onde esta esconde as desigualdades socioeconômicas, reforça as diferenças, manifestadas através da canalização da drenagem de riquezas para os detentores de poder, estabelecidos nos grandes centros. As funções especializadas dos grandes centros urbanos, para além da concentração populacional, estão no nível de capitais e técnicas alocadas no espaço, que permitem a fluidez das relações socioespaciais entre os diferentes lugares, entre as diferentes cidades e entre o campo e a cidade. Este espaço de circulação e produção de mercadorias por excelência e aquele espaço das atividades inseparáveis da terra, e por isso mesmo considerado por muito tempo como atrasado.

A oposição entre a cidade e o campo, o espaço rural e o espaço urbano, entre os diferentes lugares, estabelecem relações sociais no espaço em diferentes escalas. É evidente o papel da divisão do trabalho como mediador da relação campo/cidade. No caso das mercadorias vendidas na feira, o campo é o espaço da produção, do valor de uso camponês, etc. e a cidade é o espaço do prolongamento virtualizado dessa produção, através da circulação. O ciclo rotativo do capital (produção, distribuição, circulação e consumo) é fundamental na acumulação da riqueza, depois de consumida a mercadoria (realização da mais-valia) o capital investido na produção é acrescido e volta a ser reinvestido na produção; esse processo se repete sucessivas vezes e cada vez mais rápido. Porém, apesar da produção camponesa se prolongar, entrando no ciclo, na esfera da circulação, quem acumula não é o camponês, mas, sim, o capitalista comercial. Pois, quando ele transfere seu produto ao capitalista comercial ele não enxerga seu trabalho embutido e este será usufruído por aquele. Isso será mais bem explicado no capítulo três.

Por conseguinte, no novo momento, diferente daquele em que a agricultura era considerada atrasada, em que a cidade exercia e ainda exerce a centralidade, a diferença consiste na tendência a homogeneização espacial dos lugares, das cidades e dos diferentes ramos de produção (inclusive da agricultura), na generalização das relações sociais de produção historicamente determinadas, relações sociais que estão estabelecidas pelos homens em torno do valor, e das condições tecnológicas; sob o domínio das transnacionais e dos grandes centros urbanos industriais dominantes. Não destruindo a ligação destes, representantes do capital produtivo no mundo, com os diferentes lugares (inclusive o campo e a cidade), com as diferentes cidades

hierarquizadas e com os diferentes ramos de produção e por isso mesmo levando a subordinação destes.

A extensão do capitalismo, [...], do desenvolvimento do mundo da mercadoria como condição desta extensão, dominando o mundo, articulou a cidade e o campo num outro patamar deslocando a contradição cidade/campo vinda da história (do aprofundamento da divisão social do trabalho, do estabelecimento da diferenciação de classes e do poder de classes), para a contradição centro/periferia, estabelecendo uma nova hierarquia espacial entre os espaços dominados e dominantes a partir da construção de novas centralidades (CARLOS, 2004, p.8).

Ou seja, a tendência da história seria gerar, a partir do aprofundamento da divisão social do trabalho, uma síntese da cidade e do campo, porém, a superação dessa dualidade remete a superação do capitalismo e da possível ascensão de um novo momento que só a história poderá responder não se sabe quando. O que a extensão do capitalismo reverteu para benefício próprio foi evitar esse aprofundamento a partir da extensão das relações de produção capitalista ao campo, sob uma nova centralidade apoiada na relação centro/periferia. No caso do Brasil São Paulo centraliza o capital acumulado, principalmente o financeiro. Isso não significa que não haja níveis diferenciados quanto as hierarquias das cidades e lugares. Ou seja, apesar de Aracaju exercer uma primazia no Estado de Sergipe, isso não a isenta de estar subordinada a São Paulo, assim, como outras cidades que sofrem a influência da primaz cidade podem estar diretamente subordinada a São Paulo. Ao contextualizar as relações regionais e locais com as escalas geográficas mais amplas, percebe-se que a lógica centralizadora tem como objetivo a transferência de capital dos menores centros hierárquicos até os centros maiores. “Só a produção direta se dá localmente. Mas a garantia de participar de uma lógica que é extralocal insere essas atividades em anexo cada vez mais extralocais” (SANTOS, 1998, p.57).

A cidade como principal local de realização de mais-valia, através da reprodução ampliada do capital e do ciclo rotativo do capital (produção, distribuição, circulação e consumo), necessita de escritórios bancários e financeiros, centros comerciais e serviços sofisticados, da concentração das indústrias, da mão-de-obra, das mercadorias, além de técnicas de gestão e política. O processo de concentração e centralização são resultados impostos pela reprodução ampliada do capital e pelo ciclo rotativo do capital, “isto acentua a dependência das várias parcelas do espaço e as engloba no processo produtivo

geral através da divisão social do trabalho comandado pela metrópole” (CARLOS, 2001, p.41).

O processo de urbanização no mundo moderno é indissociável do desenvolvimento do sistema capitalista onde os espaços – sejam intranacionais ou internacionais – articulam-se em função das relações de dominação-subordinação. Estas são impostas através da divisão social do trabalho em decorrência da rápida propagação de novas formas de produção a partir de um número limitado de centros irradiadores de inovações científicas e tecnológicas: as grandes metrópoles (CARLOS, 2001, p.58).

Assim, se dá a espacialização das relações sociais travadas nos espaços considerados os centros do sistema (as cidades), a partir da extensão das relações de produção determinadas pelo capitalismo ao espaço regional imediato, ao campo. Lefébvre nomeia esse fenômeno de extensão do “tecido urbano”. O espaço urbano, dessa forma, é estendido por todo o espaço. Porém, segundo Lefébvre (1969, p.67) “o tecido urbano não irá prender na rede todo o território porque não há nenhuma razão teórica e até mesmo prática de se admitir o desaparecimento da centralização no decorrer da fusão de uma sociedade urbana com o campo”. Até porque a divisão social do trabalho, que é a base da exploração do trabalho na relação cidade/campo, está longe de ser superada; pois, se a sim o fosse veríamos na prática a superação do capitalismo. Inclusive essa divisão social do trabalho é encabeçada pelos centros de decisão através das cidades com centralidades diferenciadas e renovadas.

Além disso, os defeitos estruturais do sistema do capital, analisado por Mézaros, como a dissociação estrutural entre a produção e o controle, a produção e o consumo e a produção e a circulação, materializam-se espacialmente na cidade capitalista contemporânea. Enquanto maior e complexo o espaço urbano, maiores são estas dissociações (COSTA, 2006).

A cidade capitalista por excelência é o lugar da concentração do comércio de produtos sofisticados e especializados e serviços, “[...] obedecendo a centralidade que a cidade possui na sociedade capitalista como lugar de aglomeração e concentração [...]” (SANTOS, 2008, p.229), que acarretam maiores vantagens ao capital comercial, que contribuem para a acessibilidade e proximidade do consumidor, que contribuem como espaço comercial de circulação de mercadorias. E por isso mesmo a cidade é o lugar da concretização da acumulação na produção do espaço tanto de atividades ligadas

ao circuito superior (comércio e serviços) quanto de atividades ligadas ao circuito inferior (as feiras) localizadas na mesma; estas atividades integram a estrutura de acumulação e realização da mais-valia na esfera da circulação. Sendo que existe uma especificidade quanto a produção camponesa presente na feira, o termo melhor utilizado para explicar o roubo ao trabalho camponês é o sobretrabalho. Articulada com a produção camponesa e sua distribuição a feira faz parte da esfera da circulação de mercadorias tendo um papel fundamental no processo de realização do capital.

Por conseguinte, é preciso também se ater para o fato que não se pode analisar a feira somente segundo sua funcionalidade, é preciso analisá-la dentro da escala macroeconômica a qual está inserida, ou seja, como fazendo parte do mercado por onde circulam as mercadorias através de relações sociais travadas por inúmeros atores sociais no processo de produção do espaço, como veremos no capítulo três.

Na feira a mercadoria possui a mesma finalidade que em outros locais de venda a varejo: acumulação de riqueza pelo capital comercial no processo de circulação das mercadorias. A diferença consiste que para as mercadorias vendidas na feira, onde o produtor direto foi um camponês, o trabalho não-pago a este se dá na circulação e gera acúmulo de riqueza ao intermediário; já as mercadorias, vendidas em estabelecimentos permanentes, onde o produtor direto é um operário o trabalho não-pago a este se dá no espaço da produção fabril.

2.2 - A Caracterização da Feira

Para a caracterização das feiras utilizaremos as características referentes a teoria dos dois circuitos da economia urbana: o inferior e o superior. No caso da feira, o circuito inferior guarda muitas características semelhantes a aquela. Assim, uma nova leitura foi feita desses circuitos com o intuito de especificar as espacializações produzidas pelos macroprocessos da produção capitalista na cidade. Desse modo, para compreendermos os dois circuitos da economia é preciso se ater ao entendimento dos conceitos de modernidade e modernização, pois, os circuitos da economia urbana (superior e inferior) são frutos desta última.

A análise do espaço na modernidade tem sido condicionada através de um viés único. Ou seja, é muito comum muitos autores tratarem esse processo de forma linear, em que são identificadas com a noção de avanço e rupturas. Novas técnicas, novas relações sociais são travadas no espaço a cada momento, grandes projetos são a comprovação da modernização expressa no espaço. Esta forma de modernidade assume

o discurso vigente no processo de certo tipo de renovação, baseada no progresso e na evolução.

Para Berman apud Haesbaert (2006) a característica fundamental desse período é a continua mudança, o movimento ininterrupto de transformação, em que a velocidade e os ritmos são avassaladores, colocando o homem frente a um turbilhão destruidor/construtor. Esta avalanche tem como motor propulsor a luta e a consolidação da hegemonia burguesa. Em sua conquista racional do mundo, não só transformaram a ordem em caos, como são obrigados a renová-lo (o caos a cada momento em que se lhes ameaça a ordem).

O espaço das cidades revela a materialidade da modernidade porque incorpora a mudança, a permanência, a expansão contínua e a diferenciação crescente de sua malha, veiculadores da transformação (destruição criativa).

Além disso, a cidade com sua multiplicidade de funções comprova os sentidos atribuídos à espacialização na modernidade. Entre as funções das cidades estão: os lazeres na praia, no shopping, as compras no supermercado e nas feiras, as finanças, o aparelho jurídico-político, as redes de circulação por aonde chegam e saem os fluxos de pessoas e mercadorias, o processo produtivo, a moradia das diferentes classes sociais, as funções administrativas e financeiras, etc. “[...] A racionalidade *stricto sensu* tem um compromisso [...] com a funcionalidade [...]” (HAESBAERT, 2006, p.99), o que comprova a ligação da última com a modernidade. A funcionalidade significa ordenação e organização do espaço para determinada finalidade e visando a determinada intenção e ainda ela cria uma diversidade de formas e atores e sujeitos sociais. [...] “As formas não nascem apenas das possibilidades técnicas de uma época, mas dependem, também, das condições econômicas, políticas, culturais, etc.. A técnica tem um papel importante, mas não tem existência histórica fora das relações sociais” (SANTOS, 1998, p.69).

Segundo Milton Santos (2004), o processo de modernização tecnológica, ocorrido nos países subdesenvolvidos após a 2ª guerra mundial, e a forma como foi implantado, acabou por gerar na economia desses países, dois circuitos de produção, distribuição e consumo. O circuito superior é o que está mais íntima e diretamente ligado ao processo de modernização tecnológica, ao passo que o inferior sofre esta influência de forma relativa, pois ele está mais ligado à classe social que não usufrui das benesses do progresso. “A modernização conviveria com modelos urbanos pretéritos numa mesma cidade, eliminando, neste caso, definições absolutas de cidade moderna ou *pré-moderna*” (JESUS, 2005).

O circuito superior utiliza uma tecnologia importada e de alto nível, uma tecnologia de capital intensivo, como é o caso dos supermercados. Enquanto no circuito inferior a tecnologia é local e o trabalho intensivo, como é o caso das feiras livres. O exame das características de cada um dos dois circuitos evidencia uma oposição entre ambos. Em contrapartida, no interior de cada circuito, tecnologia, organização, porte de atividade, regime e volume de emprego, recurso ou não à publicidade, etc. aparecem como elementos dotados de uma lógica interna. O circuito inferior encontra os elementos de sua articulação na cidade e sua região, enquanto o circuito superior vai ordinariamente buscar essa articulação fora da cidade e de sua região.

O que existe são temporalidades hegemônicas e não-hegemônicas ou hegemônicas nas cidades. As primeiras são os agentes econômicos ligados ao circuito superior da economia, as atividades mais modernas, geralmente empresas transnacionais que tem a sua sede nos centros de dominação. Os outros, aqueles que são passivos da hegemonia, hegemônicos possuem tempos mais lentos, estão em espaços que não se encontram modernizados ou em áreas que vão sendo desvalorizadas pelas sucessivas vagas de modernização da economia e do equipamento urbano. Entre os hegemônicos existe a presença e a expansão do circuito inferior da economia urbana, nesta reside à capacidade do meio construído em abrigar situações menos geradoras de lucro, ou seja, menos capazes de conferir valor a seus produtos, por exemplo, as feiras localizadas nos centros urbanos.

Neste sentido, reflete-se por um lado sobre a expressão de uma tradição urbana tornada obsoleta pelo automóvel e pelo moderno varejo, via de sobrevivência material e reprodução social, tomada como territorialidade popular. Como resultado de longa evolução dos mercados a céu aberto, de remota origem ibérica, a feira livre representa uma experiência peculiar de sociabilidade e de uso da rua, que há décadas sofre acusações de obsolescência, pela difusão ilimitada da automobilidade e das modernas formas de varejo (sobretudo os supermercados) (MASCARENHAS e DOLZANI, 2008, p.74). Diferente das feiras que desempenham ainda hoje papel relativamente importante no abastecimento urbano, apesar das políticas públicas adversas que tiveram de enfrentar a partir na do projeto de modernização das cidades, que são consideradas um entrava ao aspecto progressivo da paisagem de cidade perfeita. A feira contrasta justamente com essa perfeição, pois, por muitas vezes é considerada suja, anti-higiênica, atrasada e feia.

Os empreendimentos fixos ligados ao circuito superior têm muitas vantagens em relação às bancas localizadas nas feiras. Os primeiros oferecem ao proprietário mais segurança, melhores facilidades para o estoque e exibição de mercadorias e maior oportunidade de vender mercadorias de alto valor e qualidade. Os clientes têm mais conforto, muitas vezes devido ao condicionamento da temperatura, a maior mobilidade de circular por entre as prateleiras, maior limpeza, deixando o ambiente com um aspecto mais agradável. No entanto as lojas exigem maior investimento de capital e possuem maiores custos operacionais, porém, esta despesa, reflete em preços altos.

Deste modo, as atividades realizadas com baixos níveis de capital, tecnologia e organização, que compõem o circuito inferior da economia urbana, apresentam-se intrinsecamente relacionados com o conteúdo do espaço geográfico a qual se realizam, ou seja, influenciam o meio construído. O circuito inferior é o resultado indireto da modernização e constitui-se de formas de fabricação de não-capital intensivo, serviços não modernos fornecidos a varejo, comércio não-moderno e de pequena dimensão e até mesmo escoamento dos produtos camponeses. Os fluxos de pessoas são responsáveis pela manutenção dos pequenos comércios do circuito inferior, pois, uma parcela considerável de população que circula nas cidades são consumidores.

Entre as atividades ligadas ao circuito inferior estão as seguintes: as bodegas, os ambulantes, as feiras, etc. Estas estão inclusas na esfera da circulação, aonde a produção camponesa chega já em forma de mercadoria. Esta que chega a feira obedece ao processo de acumulação de riqueza no capitalismo: produção, distribuição, circulação e consumo; ressaltando suas especificidades, como se observará no próximo capítulo. A produção é uma etapa fundamental na transformação de trabalho objetificado em mercadoria ou produto (depende de quem a produziu). Sem essa etapa não é possível analisar as demais, principalmente a circulação, onde a feira está posicionada, e a diversidade da produção é bastante visível. A produção do campo pode ser efetivada pelo trabalho dos camponeses ou através do trabalhador assalariado do campo. No primeiro o camponês poderá dispor seus produtos diretamente nas feiras ou passar para aos intermediários-atacadistas, neste caso a exploração do trabalho se dá através do capital comercial, e para o trabalhador assalariado a exploração do trabalho se dá a partir de grandes empresas localizadas no campo que distribuem mercadorias, os hortifrutigranjeiros.

As feiras por possuírem uma tradição na distribuição da produção camponesa, são um exemplo de materialidade construída pretérita e móvel e constituem um

complemento aos sistemas de objetos mais modernos (os supermercados, por exemplo), devido à impossibilidade de ampliação instantânea dos espaços modernos. Como demonstra o trabalho in loco observado na feira do conjunto Castelo Branco/ Aracaju, pode se comprovar que apesar deste conjunto possuir um supermercado do grupo Gbarbosa as pessoas não deixam de comprar nos dias de feira. Apesar de o supermercado recriar.

[...] em seu interior a “feirinha” enquanto forma, mas não pode recriar a figura do feirante, conhecedor profundo das particularidades da freguesia e da natureza dos produtos que vende, e com autonomia para barganhar o preço (MASCARENHAS e DOLZANI, 2008, p.83)

Por conseguinte, o circuito inferior da economia, cresce paralelamente à pobreza urbana, como reflexo do circuito superior que não absorve todos. Na medida em que o tipo de crescimento econômico vigente, baseado no desenvolvimento desigual e combinado, impede propositadamente a expansão econômica dos países de forma igualitária e por sua vês a oportunidade de emprego nos mesmos, assim como o consumo interno para as mercadorias modernas, sendo necessário o consumo de mercadorias inferiores e de preço mais barato no circuito inferior. Em geral são iniciativas que não pagam água, energia, telefone, nem aluguel e também não possuem registro, apesar de atualmente em algumas cidades o registro ser necessário. No caso da feira o aluguel das barracas, o cadastro e o chão da feira dão aos negociantes limitada formalidade.

Na nossa interpretação a modernização tecnológica esta dentro tanto do processo de reprodução ampliada do capital quanto da extensão do ciclo rotativo do capital que vem se processando ao longo dos séculos, porque como ficou claro no final do capítulo anterior a tendência do capital é se expandir para a todas as partes do mundo, para todos os ramos da produção, etc. Deste modo, a expansão espacial do capital pertence à dinâmica da expansão capitalista. Podemos interpretar essa tendência através da modernização. Esta se converteu em realidade porque é a emanção real das potencialidades imanentes da acumulação capitalista. Pois, o capital se assemelha a uma doença que vai se espalhando pelo corpo (natureza) lentamente, tentando destruir toda e qualquer vitalidade desse.

Nessa lógica, os dois circuitos são importantes para se compreender o funcionamento das cidades sob a égide da modernização. Ao longo dessa dissertação a proposta foi trabalhar com as contradições e a utilização da teoria do circuito inferior e superior parece tornar a análise dual. Mas, a importância da utilização dessa teoria é a

riqueza de detalhes que ela traz na descrição de muitas das características da feira. Num momento posterior iremos observar que a análise vai além da caracterização da feira em si e a insere em uma escala geográfica onde se observa a influência da totalidade na esfera do lugar. Assim, poderemos observar que a condição da existência do circuito inferior, é a existência do circuito superior, e vice-versa

Dessa forma, Aracaju como cidade pertencente ao país não estaria livre da atuação dos agentes hegemônicos, a partir da localização de atividades modernas, ligadas ao circuito superior, garantindo assim a realização de uma mais-valia mundial. Mas, apenas alguns setores da cidade de Aracaju inserem-se de modo privilegiado no meio técnico-científico-informacional produzido pela lógica do processo de valorização espacial capitalista, no qual prevalece uma variedade de tipos de infra-estruturas. Outros setores coexistem, neste espaço geográfico, marginalizados.

Assim, a cidade não estaria livre da ausência dos agentes não hegemônicos contabilizando um total de 27 feiras distribuídas em vários bairros. É interessante analisar que grande parte dessas feiras localiza-se em bairros periféricos, ou no máximo em bairros que aportam diferentes tipos de classe e de classe média, com exceção da feira do conjunto Leite Neto que se localiza no bairro Jardins. Suspeita-se da hipótese, dessa forma, que a população dos bairros mais elitizados não ou pouco se utiliza dos serviços oferecidos pelas feiras, até porque para essa população é preferível utilizar os supermercados que são dotados de melhor infraestrutura e conforto.

As principais características dos circuitos podem ser observadas no Quadro a seguir:

Quadro 2 – OS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA

	CIRCUITO SUPERIOR	CIRCUITO INFERIOR
TECNOLOGIA ORGANIZAÇÃO CAPITAIS EMPREGO ASSALARIADO ESTOQUES PREÇOS CRÉDITO MARGEM DE LUCRO RELAÇÕES C/ CLIENTELA CUSTOS FIXOS PUBLICIDADE REUTILIZAÇÃO DOS BENS OVEHEAD CAPITAL AJUDA GOVERNAMENTAL DEPENDÊNCIA DIRETA DO EXTERIOR	Capital intensivo burocrática importantes reduzido dominante grande quantidade e/ou alta qualidade fixos (em geral) bancário institucional reduzida por unidade, mas importante pelo volume de negócios (menos art. luxo) impessoais e/ou com papéis importantes necessária nula indispensável importante grande, atividade voltada para o exterior	Trabalho intensivo primitiva reduzidos volumoso não obrigatório pequena quantidade qualidade inferior submetidos à discussão entre comprador e vendedor – haggling – pessoal não institucional elevada por unidades mas pequena em relação ao volume de negócios diretas, personalizadas desprezíveis nula frequente dispensável nula ou quase nula reduzida ou nula

Fonte: Apud Milton Santos (Santos, 2004, p. 44).

Na feira do Castelo Branco, onde foi realizado o trabalho de campo, observou-se, muitas características do circuito inferior, a saber: trabalho intensivo; organização primitiva; capitais reduzidos; emprego volumoso; trabalho assalariado não-obrigatório; estoques em pequenas quantidades, de qualidade inferior e submetidos à discussão entre comprador e vendedor (pechincha); crédito não-institucional; publicidade nula; etc.

Enquanto no circuito superior a organização do trabalho é formalizada, no inferior e, no caso das feiras livres, ela se dá de forma não formalizada. No caso do primeiro, existe todo o cumprimento de etapas para a abertura do empreendimento, etapas essas que vão desde a liberação da Receita Federal para o funcionamento do estabelecimento à taxação de diferentes impostos (PORTO, 2005). Por isso o número de feirantes pode ser variável durante a ocorrência daquelas. O ingresso nas atividades das feiras é fácil porque não é necessário o investimento de capital, mas somente trabalho. É que se observa na feira do Castelo Branco quando alguns ambulantes que tanto circulam a feira com suas mercadorias nas mãos quanto aqueles que disponham suas mercadorias em uma bacia ou peneira sob caixotes, o impressionante é que as pessoas tem sempre algo a vender. A venda sob caixotes além de ser praticada por ambulantes também é praticada pelos próprios feirantes com a intenção de aumentar a quantidade de mercadorias expostas à venda. Segundo o feirante Nivaldo isso já teria gerado conflitos na feira e até mesmo o fiscal teria levado mercadorias de alguns para o depósito da EMSURB. Os feirantes sabem o horário que o fiscal percorre a feira e por isso mesmo quando se aproxima da hora eles recolhem os caixotes, após a saída daquele eles os recolocam (ver figura 11 e 12).

Figura 11 – Feira do Castelo Branco. Entrada pela Avenida São João Batista - Aracaju/SE



Fonte: Trabalho de campo. 2011.
Organização: Sheyla Silveira Andrade

Essa feira começa a ser organizada na quinta-feira, através da montagem de três fileiras de bancas. Na sexta, cada feirante ocupa um lugar fixo – determinado na prática – e os ambulantes do improvisado – que não têm barracas, instalam-se bem no final ou no início do espaço da feira em caixotes improvisado ou ficam circulando na feira em busca dos consumidores. É importante observar que as delimitações quanto às partes da feira não são extremamente rígidas, podendo elementos de uma parte existir em outras. As divisões obedecem à ordem majoritária dos elementos contidos em cada uma delas. E também ela não apresenta uma estrutura bem organizada nos espaços de comercialização e consumo.

O poder público municipal de Aracaju destina o espaço da feira somente para que o feirante e o feirante e camponês comercializem, sem nenhum benefício que melhore as atividades desenvolvidas. Os feirantes utilizam barracas simples por falta de dinheiro, assim, sua organização é primitiva, porque aqueles não possuem capital para investir, a reprodução da existência da família é o objetivo imediato. Além disso, a sujeira e a estreiteza das ruas foram observadas. Isso atesta a negligência por parte dos

órgãos públicos municipais que não fazem fiscalização sanitária e não administram adequadamente os pontos de venda (ver figura 12). Se por um lado, esse abandono contribui para que a feira não receba os cuidados que lhe são necessários, como uma higienização adequada e um aparato que gere uma maior reivindicação nos benefício que o Estado deveria proporcionar, por outro, favorece a todos que, sem empecilhos, comercializam seus produtos.

Não havendo legislação específica sobre a feira livre, assim, torna-se um lugar desprezado pelas políticas públicas por não estar em compasso com as novas tendências econômicas e culturais mundiais:

Tornando-se uma área considerada sem valor na perspectiva do capitalismo informacional, privada de uma infra-estrutura tecnológica que a permita comunicar e inovar, o que podemos comprovar observando a pouquíssima atenção com que o poder público tem tratado este comércio. Uma atividade que, apesar de estar em desarmonia com as exigências de mercado consideradas primordiais atualmente para que um empreendimento seja bem sucedido, tais como apelo midiático, inserção no sistema financeiro virtual e investimento constante de capitais, representa em suas características de exclusão e desatenção pela administração pública, um lócus intrinsecamente pós-moderno quanto às conseqüências cruéis que este modelo pode gerar (MASCARENHAS e DOLZANI, 2008, p.81-82).

Sob o ponto de vista estrutural essa feira é composta por barracas de maior porte nas extremidades esquerda e direita e ao centro, as barracas de maior porte são distribuídas de forma estratégica, ou seja, que permita o fluxo de clientes, um maior número de meninos carregadores de frete e os vendedores ambulantes entre elas. Esses ambulantes comercializam menos mercadorias por possuírem uma estrutura física de suporte de mercadorias inferior as barracas; geralmente eles vendem apenas um tipo de mercadoria. “[...] a definição de ambulante [...] é o comerciante que se desloca dentro da feira, comercializa em locais fora daqueles predeterminados pela Prefeitura, atua como ambulante em outras feiras e em outras cidades em outros dias e que não é cadastrado pela Prefeitura” (PAZERA, 2003, p.140).

No trabalho de campo foi observado e indagado aos feirantes os problemas enfrentados na feira, a saber: estão a falta de uma acomodação adequada; a falta de segurança; a dependência da boa vontade dos vizinhos onde se instalam para que os mesmos disponibilizem água e energia necessárias; a falta de higiene; as poucas formas de pagamento (não aceitam cartão de crédito, etc.); a falta de preparo de alguns feirantes ao

revender seus produtos; as bancas são velhas, inadequadas e tem que ser pago um aluguel pelas mesmas; conflito entre as pessoas; relação com os fiscais; dias fracos de venda; e. Mesmo com todos estes problemas e a opção de outras formas de comércio como mercearias, sacolões, supermercados, entre outros, as feiras livres continuam atraindo uma boa clientela e permitindo a expansão desta prática comercial (Figura 12).

Figura 12 – Venda de produtos em caixote e inadequada administração da prefeitura – Feira do Castelo Branco – Aracaju/Se



Fonte: trabalho de campo. 2011.
Organização: Sheyla Silveira Andrade

Um elemento que caracteriza o caráter primitivo na organização do circuito inferior é o tipo de meio utilizado para transportar as mercadorias dos locais onde são produzidas ou compradas para onde são comercializadas, nesse caso as feiras livres. Se esses meios são cestos e peneiras rudimentares sua utilização pode caracterizar uma marca do circuito inferior (Figura 13).

Figura 13 – Utensílios dos vendedores – feira do Castelo Branco – Aracaju/SE



Fonte: Trabalho de campo. 2011.
Organização: Sheyla Silveira Andrade.

Os transportes utilizados pelos feirantes mais comuns são as seguintes: mercedinhas, caminhonetes, os veículos de passeio e caminhão (Tabela 6 e Figura 14). A maioria utiliza a mercedinha, contabilizando em um número de 30 feirantes; geralmente aqueles que utilizam esse transporte são em sua grande maioria de Itabaiana e Malhador, não se retirando a possibilidade de vir de outros municípios (como é o caso de Moita Bonita, N^a. S^a. de Socorro e Lagarto). Como se pode observar, a maioria daqueles que utilizam a mercedinha não possuem transportes próprios estando sujeitos ao pagamento do frete. Sendo que aqueles não podem vir junto as mercadorias na mercedinha, tendo que vir em sua grande maioria de ônibus de linha. Porém, essa máxima nem sempre é levada em consideração, ou seja, apesar da fiscalização proibir o transporte de feirantes dentro das mercedinhas isto nem sempre é cumprido. O feirante M.S. é uma exceção àqueles que pagam frete por possuir sua mercedinha (Figura 15). Além disso, esse feirante tem estrutura diferente da maioria das barracas da feira, apresentando uma estrutura maior e com maior variedade de mercadorias.

Tabela 6 – Meio de Transporte utilizados pelos vendedores – feira do Castelo Branco – Aracaju/Se

Tipo de transporte	Número de feirantes	
Mercedinha	28 não próprio	3 próprio
Caminhonete	1 não próprio	1 próprio
Carro pequeno	9 não próprio	8 próprio
Caminhão	4 não próprio	0 próprio
Total	42	12

Fonte: Trabalho de Campo. 2011

Organização: Sheyla Silveira Andrade

Figura 14 – Transporte utilizado na feira do Castelo Branco: Mercedinhas



Fonte: trabalho de campo. 2011.
autor: Sheyla Silveira Andrade

Figura 15 – Vendedores arrumando mercadorias na mercedinha



Fonte: Trabalho de campo, 2011.
Autor: Sheyla Silveira Andrade

O segundo transporte mais utilizado são as carrocinhas (Figura 16); pelo trabalho de campo deduz-se que os feirantes que utilizam esse transporte são em sua grande maioria de Aracaju, e por isso mesmo necessitam de um transporte de menor porte. Pois, a distância que percorrem entre o local de compra das mercadorias, CEASA localizado no bairro Getúlio Vargas em Aracaju, e venda, na feira do Castelo Branco, é menor. Esses feirantes utilizam a carrocinha acoplada ao carro e pagam fretes aqueles que não possuem carro próprio. Isso não impossibilita que o transporte do CEASA até a feira seja feito por mercedinha, como ocorre no caso, mas é mais difícil ocorrer devido a facilidade da distância proporcionar a utilização do carro pequeno.

Figura 16 – Carrocinhas articuladas em carros de passeio utilizadas no transporte de mercadorias – feira do Castelo Branco



Fonte: Trabalho de Campo. 2011.
Autor: Sheyla Silveira Andrade.

O grande fluxo de pessoas que se deslocam as feiras livres mostra a relação direta com a concentração do trabalho e do consumo. Assim, o efeito de compensação do circuito inferior se revela na esfera do consumo. Pois embora as demandas individuais dirigidas a esse circuito sejam limitadas, o grande número de pessoas que nele consome provoca um efeito ampliado sobre as feiras. Ainda que as atividades do circuito inferior tenham que se desenvolverem em parcelas desvalorizadas do meio construído elas precisam de consumidores, segundo Harvey apud Montenegro(2009, p.45):

(...) os valores de uso disponíveis no ambiente construído são limitados, (...) os indivíduos se utilizam do seu poder de mercado e disputam recursos escassos nas localizações mais vantajosas. Em seu nível mais elementar, essa concorrência é pelas chances de sobrevivência, pois cada trabalhador sabe que a capacidade de sobrevivência depende da capacidade de assegurar acesso a um conjunto particular de recursos numa localização razoavelmente satisfatória.

Além disso, “o meio construído tem assim um efeito sobre a ação que nele se desenrola, ou seja, implica uma retroação, convidando à realização sobretudo de trabalhos não-hegemônicos” (MONTENEGRO, 2009, p.40). Assim, o é trabalho intensivo porque a maioria dos feirantes são donos de seus estabelecimentos e emprega, quando necessário, a mão-de-obra familiar. “O trabalho, no circuito inferior, em sua maioria está ligado à mão-de-obra familiar ou, quando empregada, com vínculos empregatícios precários e flexíveis quanto à remuneração e ao tempo” (TREVISAN, 2008, p.93). O emprego familiar permite que se aumente as vendas sem que haja necessidade de maiores custos e isso possibilita a sobrevivência de sua família. Apelar para assalariados tornaria a feira pouco rentável e aumentaria os custos. Geralmente, na feira pesquisada, os feirantes percorrem outras feiras em outros dias da semana e 72% (trabalho de campo) dos feirantes distribuem sua família por aquelas também. Além disso, é de prática de alguns feirantes levar seus familiares desde pequenos à feira (Figura 17).

Figura 17 – Vendedores – pai e filho – feira do Castelo Branco



Fonte: Trabalho de campo. 2011.

Autor: Sheyla Silveira Andrade

O circuito inferior da economia caracteriza-se por apresentar uma grande oferta de empregos, se totalizada a quantidade de estabelecimentos, porém, nesse circuito,

cada ponto de venda oferece um número reduzido de empregos. Nos dois circuitos econômicos, sabe-se que há diferenças tanto na quantidade de empregados que cada um absorve. No CS o número de pessoas absorvidas por suas instituições geralmente é baixo e o trabalho tende a ser bem remunerado, enquanto o CI retém maior número de indivíduos e o emprego é mal remunerado, sendo geralmente temporário e instável. No primeiro caso, as relações trabalhistas entre patrão e empregado se estabelecem mediante o uso da carteira assinada, seguindo-se a legislação trabalhista. Quanto às relações no CI elas resultam quase sempre de um contrato pessoal estabelecido entre as partes, onde se dá grande importância ao trabalho familiar, diferentemente do setor formal, onde a presença dos membros da família nos estabelecimentos é insignificante (PORTO, 2005, p.89).

É no circuito inferior que parcela do exército industrial de reversa se refugia e tenta manter uma atividade, mesmo que marginalizada, para a produção imediata da sua existência e de sua família. A falta de qualificação exigida pelo circuito superior e própria necessidade do circuito manter esse exército fazem com os indivíduos se dirijam a toda e qualquer atividade, vende-se qualquer coisa e a qualquer instante pode chegar algum ambulante extra. A venda de determinada mercadoria pode ser garantia da refeição diária para ambulantes que se dirigem a feira, eles sempre encontram algo para trocar.

No que se refere ao estoque, as lojas dos dois circuitos apresentam comportamentos diferentes. Santos (2004, p. 44) afirma que no circuito superior ele se caracteriza por apresentar grande quantidade e/ou alta qualidade de/das mercadorias. Já no circuito inferior, o volume estocado é pequeno e elas possuem qualidade inferior se comparadas às do circuito maior. A razão do menor estoque no CI deve ser procurada no consumo pelos clientes, que consome em pequenas quantidades, e no fracionamento, que o pequeno estoque do varejista sofre pela quantidade de intermediários. Além de o comerciante não dispor de condições que o possibilitem estocar produtos perecíveis e não-perecíveis, adquirindo-os sempre em pequena quantidade. No caso da referida feira, o estoque para a maior parte dos produtos é baixo, pois a maioria dos feirantes compra a quantidade a ser vendida por conta da precariedade em que suas atividades são desenvolvidas e da perecibilidade das mercadorias. Por isso mesmo a margem de lucro global é pequena e isso impossibilita o investimento de capitais. No caso dos que vendem o que produzem, os feirantes e camponeses, não existe perspectiva de

acumular, pois à medida que se dá colheita , dá-se também a venda do mesmo na feira (ver figura 18).

Foto 1 – Feirante e camponês de Malhador: estoque pequeno e pouca capacidade de acumular



Fonte: trabalho de campo. 2011.
Organização: Sheyla Silveira Andrade

Quanto à questão do lucro, Santos (2004) chama atenção para o fato de que não se deve confundir lucro global com lucro unitário. Segundo ele, no circuito superior, o montante de lucro é alto, enquanto é baixo por unidade vendida, no circuito inferior, dá-se o contrário, o montante de lucro obtido pelas vendas é baixo e é alto por unidade comercializada. O feirante tem menor lucro global pelo fato de seu comércio ser mais aleatório, pelo fato de ter uma clientela menor e pelo fato de ele poder passar dias sem vender mercadorias. De certa forma essas características o obrigam a aumentar o preço das mercadorias que vende. Enquanto no circuito superior, a obtenção ou não do lucro determinará a continuação do negócio, no circuito inferior, essa não é a primeira preocupação. O lucro adquirido destina-se à sobrevivência, nesse caso, o principal objetivo é assegurar a vida imediata. O comportamento do circuito inferior no que se refere aos lucros obtidos pode ser observado na feira estudada.

Segundo Santos (2004, p.46) a noção de lucro é diferente em cada um dos dois circuitos. No circuito superior, trata-se de acumular capitais indispensáveis à continuidade das atividades e à sua renovação em função dos progressos técnicos. No circuito inferior, a acumulação não constitui a primeira preocupação. Trata-se de sobreviver e assegurar a vida cotidiana da família. Assim, os feirantes trabalham com pouco estoque e necessitam vender rapidamente para comprar novos produtos e proceder a novas vendas, num ciclo de sobrevivência. Possuem pouco ou nenhum capital de investimento para o desenvolvimento do negócio. Na referida feira 1,8% recebe até meio salário mínimo, 40,8% recebem entre um e dois salários mínimos e 57,4% recebem entre meio e um salário mínimo por mês. Entre os feirantes que existe a possibilidade de acumular e investir capitais estão somente os feirantes (ver figura 19), além disso, o número, destes é bastante reduzido em relação aqueles que não possuem a possibilidade de acumular.

Foto 2 – Feirante de Aracaju com possibilidade de acumular



Fonte: trabalho de campo
Organização: Sheyla Silveira Andrade

Uma observação importante foi verificar a existência do feirante M.S. que se caracteriza por ser proprietário de meio de transporte motorizado, possuindo uma mercedinha, levando para a feira um grande volume de produtos, acompanhado de membros da família. Esse feirante pare ter um nível maior de capitalização e é

proprietário da banca denominada “Gorda das Verduras”. A maioria, ao contrário, chega à feira pagando fretes, às vezes vêm acompanhados de seus familiares. Eles trazem volumes pequenos de produção.

Ao falar sobre o crédito bancário, Santos (2004) afirma que as pequenas atividades do circuito inferior não oferecem garantias suficientes para obter esse tipo de crédito, e o próprio princípio de seu funcionamento lhe veda qualquer pagamento de títulos em datas fixas. Enquanto no circuito superior os diferentes agentes que o constituem fazem uso dessa possibilidade, no circuito inferior essa prática é quase inexistente. Enquanto no primeiro o lucro é maior, possibilitando assim o comerciante tomar empréstimo, no segundo, sendo o lucro pequeno, impossibilita aos agentes fazerem uso do mesmo. No caso dos feirantes da feira pesquisada o crédito institucional é quase inexistente justamente pela falta de capital. Apenas quatro feirantes dos cinquenta e quatro pesquisados responderam que tomavam empréstimos, sendo que dois deles eram camponeses e feirantes e o empréstimo tomado era para o cultivo. A maior parte do dinheiro obtido na venda das mercadorias é destinada à compra de mercadorias a serem vendidas na feira seguinte e à compra de alimentos para a subsistência diária.

Segundo Santos (2004, p.234) o grande obstáculo encontra-se nos compromissos a serem saldados em datas fixas. As regras de funcionamento do sistema bancário são incompatíveis com as do funcionamento do circuito inferior. Daí o recurso aos atacadistas que oferecem mais flexibilidade. Segundo Santos (2004, p.229) os intermediários têm a função de fornecer o crédito aos comerciantes, mais frequentemente em mercadorias, mas também em dinheiro; em toda parte eles são os responsáveis pela ligação entre os produtores rurais ou urbanos e comerciantes da cidade. O atacadista é o mais representativo desses intermediários e faz, ao mesmo tempo, a ligação com o circuito superior. Em pesquisa de campo realizada no CEASA/Aracaju os atacadistas afirmaram essa perspectiva, porém, caso os feirantes não paguem as mercadorias em data prevista os primeiros não as fornecem mais. Porém, esse grau de confiabilidade aos feirantes para o atacadista Carlos é mais variável, segundo ele existem três possibilidades de pagamento, a saber: o feirante compra e paga na hora, em boleto bancário e o crédito pessoal (pagamento semana que vem). A prática do crédito em mercadoria está ligada ao fato de que “ao intermediário é necessário uma fonte permanente de reabastecimento e uma saída permanente de produtos, que lhe assegure a mobilidade do seu capital e em compensação uma acumulação maior” (SANTOS, 2004, p.240).

Segundo Santos (2004, p.44) o crédito para o circuito inferior “é de outra natureza, com larga porcentagem de crédito pessoal direto, indispensável para o trabalho das pessoas sem possibilidade de acumular”. “Se no circuito moderno as linhas de crédito são abertas [...] para estimular a produção, no circuito inferior são as necessidade de consumo que estão na origem do crédito” (2004, p.241). O crédito pessoal estabelecido entre os feirantes e seus clientes garante a sobrevivência de alguns feirantes, sendo ao mesmo tempo um considerável risco, pois tem como garantia a palavra do consumidor. Na feira do Castelo Branco não foi observado a prática do fiado cristalizado, prática bem comum que ocorre nas pequenas mercearias de bairro, o máximo que se pôde observar é que o feirante, eventualmente, com o intuito de não perder o cliente, caso este não tenha dinheiro na hora, a depender do grau de confiança e da quantidade da compra, deixar pagar a mercadoria na semana que vem.

No circuito superior os preços são geralmente fixos. No circuito inferior, os preços dependem das condições em que o comerciante é abastecido e das formas de relações estabelecidas com sua clientela. Pechinchar é uma regra, as margens de oscilação dos preços são muito importantes; a discussão que se estabelece entre o comprador e o vendedor sobre o preço de uma mercadoria, constituindo-se como um dos aspectos mais característicos da formação dos preços no circuito inferior (SANTOS, 2004). No caso das feiras livres, os preços dependem, de um lado, da relação do feirante com o atacadista e, de outro, das relações daquele com sua clientela. O fato de a maioria dos consumidores afirmarem que o preço dos produtos na feira é mais barato é um indicativo de que o comportamento do mesmo é mutável e pode, após a pechincha, baixar.

A pechincha é uma prática que, mais do que a proximidade pessoal entre feirantes e fregueses, revela o lado participativo do ato de compra. Em meio a passividade generalizada que o consumismo incentiva no homem moderno(seu papel é apenas escolher entre este ou aquele produto), cria-se o consumidor perfeito e o cidadão imperfeito (JESUS, 1992, p.113-114).

Nesse sentido, a feira livre surge ao individuo como uma oportunidade de participação, de construção social do momento vivido, algo freqüentemente negado nas atuais estruturas de varejo e na vida moderna em geral (JESUS, 1992, p.114).

O preço, no circuito inferior, vai variar de acordo com a sazonalidade das mercadorias, com o horário (geralmente próximo do meio dia os preços costumam baixar devido ao cansaço do feirante e a perecibilidade da mercadoria), com a relação

de camaradagem entre o feirante e o freguês e com o posicionamento das bancas na feira (geralmente as bancas posicionadas nas extremidades (início e final) e ao centro são mais difíceis de terem seus preços negociados devido ao conforto da acessibilidade ser maior.

Assim, nas relações entre os feirantes e seus clientes, na feira examinada, verificou-se que os preços variam tanto com a pechincha quanto a depender do horário de ida à feira. A pechincha se torna oportuna para o cliente porque o feirante necessita escoar o mais depressa possível sua mercadoria, tanto devido à perecibilidade desta quanto devido a necessidade de se obter dinheiro para pagar as mercadorias que foram adquiridas com o atacadista, pois, isto implicaria na perda da confiança com o último. A repostas dos feirantes foi unânime no que diz respeito à pechincha. A diferença consiste na forma em que ela se dá, a saber: desconto em mercadoria (aumenta-se a quantidade de mercadoria oferecida com o mesmo valor em dinheiro), em dinheiro (baixa-se o preço das mercadorias oferecidas) e as duas coisas ao mesmo tempo. Em relação ao horário que se vai a feira será mais oportuno para o cliente ir a ela em um horário o mais próximo possível do final e que ainda possua mercadorias de boa qualidade. Ir próximo ao final do horário da feira pode ser tanto uma vantagem para o cliente, onde o feirante está impacientemente cansado e querendo ir embora, quanto uma desvantagem, porque as mercadorias podem não estar mais com a qualidade do início da feira ou até mesmo ter acabado.

Outra característica do circuito inferior é a forma como se dá a relação entre os que vendem e os que compram na feira. Essa relação caracteriza-se por ser a mais informal possível. Além de se comprar em determinado ponto de venda o consumidor conversa, discute com o comerciante sobre a mercadoria e o preço, e a conversa vai sempre além da relação baseada na troca, para questões outras, ligadas aos fatos locais e à relação humana estabelecida entre as pessoas. O que não se pode deixar de levar em consideração é a peculiaridade da feira, mesmo estando emersa sob a égide do modo de produção capitalista, no que se refere as relações sociais travadas naquela: a sua informalidade. As relações sociais no circuito superior (setor moderno da economia) é mais mecânica, automática, a exemplo pode ser citados os supermercados. Muitas vezes a formalidade é tão grande não olham nos olhos umas das outras, nem se cumprimentam ou ao menos emitem uma palavra. Essa característica será mais bem trabalhada na seção três do capítulo três.

Quanto à publicidade, ela é uma característica presente, sobretudo, no circuito superior. Segundo Santos (2004, p.46), ela é uma das armas utilizadas para modificar os gostos e deformar o perfil da demanda. Essa característica é nula no circuito inferior, pois não há capital para investir nesse tipo de estratégia, uma vez que o lucro obtido é para a sobrevivência da família. Ao invés da publicidade, o contato estabelecido socialmente entre o feirante e o consumidor, através do grau de confiança e da pechincha, garante a venda das mercadorias e uma clientela quase sempre fixa. Apesar de a publicidade ser nula, existe sempre um tipo especial de “propaganda” típica de feirantes e vendedores ambulantes seja na feira, na rua, nos ônibus, na praia, etc. Frases que soam sempre como promoções inusitadas e que através da fala chamam sempre a atenção dos transeuntes.

No circuito inferior o feirante pode assumir diversas funções devido ao baixo rendimento da maioria dos feirantes, como foi visto anteriormente. Isso constitui em uma razão que impulsiona muitos deles a tentarem outras atividades para complementar a renda. Porém, na feira do Castelo Branco a grande maioria que possui outra atividade além de feirante, são camponeses. Isso não está ligado ao fato somente da complementaridade de renda, mas sim porque as feiras possuem uma importância histórica. Além dos camponeses encontram-se feirantes que trabalham com remédio natural, fabricação de desinfetante, ajudante de caminhão e ajudante de feirante.

CAPÍTULO 3 - A INSERÇÃO PERVERSA DO CAMPONÊS NO CICLO ROTATIVO DO CAPITAL: DA PRODUÇÃO CAMPONES À SUBSUNÇÃO DO TRABALHO NA CIRCULAÇÃO EM FEIRAS

3.1 - O Significado da Produção Camponesa no Capitalismo e sua Distribuição.

Antes mesmo de elucidar o significado da produção camponesa é preciso esclarecer o conceito de trabalho, porque este é à base de toda e qualquer produção, inclusive a produção de fundo capitalista, e também a base da relação do ser humano com a natureza que se dá através das relações sociais, que o ser humano trava com o outro em determinado contexto histórico, ou seja, isso é espaço.

O espaço geográfico é formado por um conjunto de dados naturais, mais ou menos modificado pela ação consciente do homem e por um conjunto de relações que definem uma sociedade em um dado momento (COSTA e CLEPS, 2003).

Na medida em que a sociedade produz e reproduz sua existência ela o faz de um modo determinado. Este modo imprimirá características históricas específicas a esta sociedade e, conseqüentemente, influenciará e direcionará o processo de produção espacial (COSTA e CLEPS, 2003).

[...] o homem constrói sua história ao transformar a sociedade, a natureza e a si mesmo (ALTVATER, 2006, p. 327).

. “Antes de tudo, o trabalho é o processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem [...] regula e controla seu metabolismo com a natureza” (MARX, 1983, p.149). Ou seja, o espaço é a transformação da natureza através do trabalho e isso implica em relações sociais aprofundadas em diferentes graus determinados de desenvolvimento da força de trabalho. Ou seja, a exploração do trabalho no capitalismo difere da exploração do trabalho na antiguidade, onde existia a opressão dos donos de escravos sobre os trabalhadores escravizados, ou ainda no feudalismo, onde existia a opressão do senhor feudal sobre o servo. E se recuarmos mais no tempo difere muito mais dos tempos primitivos que, segundo Marx,

Não se trata das primeiras formas instintivas, animais de trabalho. O estado que o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor da sua força de trabalho deixou para o fundo dos tempos primitivos o estado em que o trabalhador humano não se desfez ainda da sua forma instintiva (1983, p.151).

Nesse sentido, é preciso ressaltar a lógica em que se dá a instrumentalização da natureza, em prol da exploração da mesma, na percepção da natureza como recurso, no que diz respeito a industrialização cada vez mais frequente do campo (desenvolvimento das forças produtivas), que reflete uma sociedade moderna, que acabou reproduzindo uma dicotomia ocidental e capitalista entre o homem e a natureza. O primeiro como aquele responsável pela dominação da natureza e utilização dos seus recursos para acumulação de riqueza, numa lógica que vai ser estendida não só para ela, mas para o homem no sentido de subjugação (através do trabalho) cada vez mais profunda e sem limites. Pois, é através do trabalho que se dará a espoliação e transformação da natureza, não respeitando seu limiar, no que diz respeito à sua fragilidade. Mas, não se entenda que é no trabalho que incide o problema, e sim na sua apropriação de forma indevida, assim como da natureza (tanto no campo quanto na cidade). Pois, o trabalho é útil enquanto criação de valores de uso que venha a atender as necessidades do homem.

Enquanto criador de valores de uso, enquanto trabalho útil, o trabalho é, portanto uma condição de existência do homem independente de todas as formas sociais, necessidade natural eterna de mediar o intercâmbio natural entre o homem e a natureza, logo, a vida humana (DUARTE apud SILVA; p.120; 1988).

Por conseguinte, Altvater (2006, p. 329-330) afirma que Marx entendia a prática humana como parte de um metabolismo homem-natureza. Ele continua afirmando que os seres humanos têm que satisfazer suas necessidades e o fazem de maneira social, de forma tal que a necessidade de uns são satisfeitas pelo trabalho de outros e vice-versa: as necessidades desses outros pelo trabalho e pela produção dos primeiros. O conceito de necessidades é uma categoria central no pensamento marxista que assinala o caráter mútuo das atividades de produção e consumo do homem em uma sociedade determinada. Dada sua mutualidade, o conceito de necessidade deve distinguir-se claramente do de avareza, que é necessidade sem mutualidade, um esforço individualista que apresenta uma alta potencialidade para a destruição da sociedade. Para Marx a razão da avareza é a existência da propriedade privada. O dinheiro é introduzido como mediador entre o produtor e o homem com necessidade. O dinheiro é o vínculo entre o trabalhador e as necessidades individuais.

Segundo Marx o trabalho tem um sentido dual, um sentido duplo, pois, ele é responsável tanto pela produção de valor de uso quanto pela produção de valor. O processo de trabalho que está embutido nas mercadorias pode ser entendido como uma transformação de matéria natural e energia em valores de uso que deveriam servir para satisfazer as necessidades humanas. Porém, em uma sociedade de mercado capitalista as necessidades e o valor de uso são importantes somente se aparecem junto com a formação do valor, ambos embutidos na mercadoria passível de permuta. A formação de valor faz parte da exploração objetificada do trabalho, pois, o trabalho é social, mas usufruído somente por aqueles que são detentores dos meios de produção, de capital. Ou seja, o ser humano trabalhador que se relaciona com a natureza trabalha determinado número de horas gerando um valor embutido na mercadoria, que será usufruído pelo capitalista através do lucro que este adquire com aquela. Porém, o trabalhador não recebe o equivalente ao do número de horas que trabalha (trabalho não-pago).

Assim, o que as mercadorias têm em comum é que elas são produtos do trabalho. Trocando suas mercadorias, os seres humanos criam relações de equivalência entre os diferentes tipos de trabalho. A produção de mercadorias é um sistema de relações sociais em que os diversos produtores criam produtos variados (divisão social do trabalho) e em que todos esses produtos se equiparam uns aos outros na troca através do dinheiro. Ou seja, ao invés de uma mercadoria ser trocada por outra como aconteceu em tempos remotos, várias mercadorias são trocadas por outra mercadoria determinada e concreta, o dinheiro.

Mas, aí reside uma contradição se o trabalhador tanto camponês quanto o fabril é o produtor da mercadoria, por que ele não usufrui do seu trabalho? Porque tanto um quanto o outro se encontram alienados. O primeiro não se vê como produtor da sua própria produção, ele acha que somente tem a força de trabalho para vender e mais nada. O segundo não consegue enxergar a exploração do seu trabalho na circulação, pois, o intermediário vende sua mercadoria por um preço maior do que o vendido pelo camponês; porém, o único a trabalhar nessa relação foi o camponês.

O processo de realização do intercâmbio de mercadorias entre o campo e a cidade tem início na produção do espaço que se dá através da transformação da natureza através do trabalho pelo ser humano e terá continuidade na distribuição, na circulação e no consumo como será explicitado mais a frente, ou seja, neste sentido, “[...] o espaço vai se produzindo para atender às necessidades da produção e das

relações que essa produção, somada à circulação, distribuição e troca, determinam” (COSTA e CLEPS, 2003). Sendo que

O espaço é humano porque o homem o constrói e o reproduz. Ele passa a ser reproduzido em função do processo produtivo geral da sociedade. Assim, o conceito de espaço está diretamente ligado ao de produção (e vice-versa), pois é nele que ocorre a produção (COSTA e CLEPS, 2003).

Além disso, da mesma forma que a mercadoria, categoria da análise central de Marx, é oposição dialética entre valor de uso e valor, o espaço econômico contém em si a oposição entre a cidade e o campo, o espaço rural e o espaço urbano (ROTTA, 1997, p.460).

Sendo o trabalho a fonte do valor das relações sociais travadas no campo, em especial, das relações sociais travadas na produção camponesa, “do ponto de vista do marxismo, é fundamentalmente um processo de valorização” (MORAIS e COSTA, 1999, p.121). Este tem nas categorias valor e trabalho a sua explicação fundamental. Dessa forma, foi preciso esclarecer as categorias valor e trabalho antes de explicar o processo de valorização através do valor do espaço e valor no espaço. Assim, na ótica da valorização, o valor do espaço se expressa na qualidade, quantidade e variedade dos recursos naturais e no trabalho camponês pretérito expresso na paisagem. Ou seja, o espaço é

[...] (e tudo que ele contém) uma condição universal e preexistente do trabalho, ele é, desde logo, um valor de uso, bem de utilidade geral. A produção, desta forma, sempre se realizara sobre formas preexistentes, sejam naturais ou sociais (herdadas de trabalhos pretéritos). É por isso que o espaço é uma condição geral da produção (MORAIS e COSTA, 1999, p.123).

Já o valor no espaço. “[...] não se trata [...] nem do espaço natural, nem do espaço como depositário do trabalho morto, no nível imediato da produção. É a própria espacialidade do valor” (MORAIS e COSTA, 1999, p.128). Ou seja, “[...] é a virtualidade da circulação e uma imanência do espaço real (a distância) participando de um processo social específico” (MORAIS e COSTA, 1999, p.128) na cidade. É justamente a reprodução ampliada do capital, com uma rotatividade cada vez mais rápida do ciclo produtivo do capital (produção, distribuição, circulação e consumo), no

capitalismo, através da produção associada a intensificação da circulação em direção as cidades que amplia-se a espacialidade na definição do valor. Pois, o ciclo rotativo do capital é fundamental na acumulação da riqueza, depois de consumida a mercadoria (realização da mais-valia) o capital investido na produção é acrescido e volta a ser reinvestido na produção; esse processo se repete sucessivas vezes e cada vez mais rápido.

Porém, apesar da produção camponesa se prolongar, entrando no ciclo rotativo do capital, na esfera da circulação, quem acumula não é o camponês, mas, sim, o capitalista comercial. Pois, quando ele transfere seu produto ao capitalista comercial, ele não enxerga seu trabalho embutido e este será usufruído por aquele. Mais adiante retomaremos isso, antes é preciso explicar o significado da produção camponesa para melhor entendimento.

A produção no campo diverge da produção da cidade, pois, aquela tem o agronegócio e os camponeses como os principais protagonistas. Os caracteres destes têm a família como unidade social de trabalho e de utilização da propriedade; as tarefas se dividem entre todos os membros do grupo doméstico, em função das faculdades de cada um, formando assim uma equipe de trabalho. A família assegura a subsistência de todos os membros (ou seja, quando se relaciona com a natureza tem como objetivo principal criar valor-de-uso) e geralmente está sob autoridade do pai de família. Procurando perpetua-se por ligação afetiva com os meios de subsistência (terra e instrumentos) e da herança. Além disso, nas relações sociais de trabalho, na produção de sua existência, o camponês tem por característica ser uma relação não-capitalista de produção; tanto porque suas relações de trabalho não possuem trabalho assalariado quanto porque o camponês não acumula riqueza a partir da exploração do trabalho do outro. Isso não significa que não tenha seu trabalho explorado, capturado, subsumido pelo capital na distribuição e na circulação.

Por conseguinte, o dinheiro que faz com que haja a movimentação dos elementos do processo de produção é basicamente o de custeio. Este depende das relações sociais travadas entre o fornecedor e aquele que recebe o fornecimento do dinheiro e até mesmo a inexistência de fornecimento (como é o caso da agricultura de subsistência não ligada ao mercado). Buscar a fundo identificar o espaço de uma determinada paisagem vai além daquilo que uma visão simplista pode identificar, principalmente, se ele estiver tomada de posições ideológicas. É preciso identificar que

aquele espaço pressupõe-se de relações espaciais produtivas que vão moldar aquele de acordo com uma lógica interna e externa a ele. Então, para o camponês arrendatário ou parceiro o fornecedor do dinheiro pode ser o fazendeiro capitalista a quem ele deve “obrigação” ou os bancos (capital financeiro). Já o camponês que se encontra de alguma forma preso a terra busca, como “trabalhador a domicílio” (AMIN e VERGOUPOLOS, 1977), seu dinheiro de custeio, principalmente, nos bancos. O que se observa é que as relações sociais podem diferir enquanto aparência, mas, na sua essência se dá a exploração do trabalho.

Assim, a diferença de exploração consiste somente na aparência, pois, o camponês ligado a terra é obrigado, para sobreviver frente à concorrência do mercado, a tomar empréstimos aos bancos (capital financeiro), onde seu trabalho e o de sua família é explorado através da cobrança de juros altos. Enquanto para o camponês parceiro ou arrendatário a exploração do trabalho fica um pouco mais visível na relação fazendeiro capitalista/camponês, pois, o primeiro é o detentor da terra. Para estes camponeses eles estão temporariamente trabalhando numa terra que não lhes pertencem e por isso devem a obrigação de pagar pelo uso da terra seja em dias de trabalho seja em produtos. Ainda existem aqueles camponeses que trabalham apenas para sobreviver tendo muitas vezes duas tarefas de terra, se encontrando marginalizados. Ou aqueles que são pluriativos, que sofrem dupla exploração do trabalho. Nos casos mencionados a ideologia fica responsável pela conformidade do trabalhador pela forma de trabalho duro a qual o “destino” lhe reservou e da qual não usufrui, pois, aquele trabalha a partir da relação esforço/necessidade.

Na formação da produção camponesa se o dinheiro for além do custeio ele tornar-se-á de investimento e será o componente responsável pela compra dos instrumentos necessários a elaboração do trabalho e isso pressupõe que seja investimento em tecnologia. Aí reside uma contradição, tanto para o parceiro ou arrendatário como para o camponês que possui a “propriedade” da terra, a saber: o capitalista leva vantagem em cima dessa relação não-capitalista de produção quando lhes empurra a responsabilidade de manutenção dos instrumentos, ou seja, os tornando também “obrigados” a consumir tecnologia se quiser se inserir no mercado concorrente. Isso significa vantagens para o capital industrial e ele também leva vantagem quando subsume os produtos camponeses na circulação, como será visto adiante.

Além disso, “o trabalho necessário por seu lado esconde encobre o trabalho excedente, de modo a ocultar a exploração do trabalho” (MARTINS pg. 19; 1981). Na

sociedade em que a apropriação do excedente de trabalho se dá a partir do controle da produção, e esta se dá pela propriedade privada dos meios de produção, prevalece à divisão de classes em prol da acumulação de riqueza por aqueles que se apropriam do excedente de trabalho. Apesar de o camponês possuir o controle da produção, e em algumas situações a propriedade privada dos meios de produção (a terra), ele não acumula riqueza. Pois, sua lógica é não-capitalista e os produtos que não utiliza para sua sobrevivência são direcionados ao mercado para suprir somente as necessidades a qual não dispõe com sua produção.

Na sociedade em que a divisão em classes se apoia tanto na apropriação do excedente, por aqueles que nada produzem (exploradores), quanto na divisão do trabalho, que essa apropriação gera, o camponês não consegue enxergar seu trabalho explorado numa outra esfera do processo de produção do espaço. Ou seja, é na circulação que ocorre a exploração do trabalho camponês através das relações sociais travadas no espaço com aqueles que obtiveram seu produto; também porque ao fim do processo de trabalho ele pensa que o dinheiro investido na produção será recuperado na venda de seus produtos, sendo isso para ele uma lógica de venda e nada tendo haver com o valor gerado pela sua força de trabalho. Uma vez que, mesmo produzindo numa lógica diferenciada da sua, o capital encontrou mecanismos de cooptar a produção camponesa não-capitalista, no sentido que rege o sistema produtor de mercadorias, a acumulação de riqueza através do trabalho não pago a qualquer tipo de trabalhador, inclusive o camponês.

Além disso, o capital tem como vantagem o fato de ele não precisar se preocupar com o capital variável, ou seja, capital necessário à reprodução da força de trabalho. Pois, dentro da mercadoria a qual ele vai subsumir durante a circulação já vão estar embutidas tantos os supostos “gastos” que teria com capital constata quanto com o capital variável, caso a produção fosse capitalista. Pois, na lógica camponesa o trabalho é familiar, pelo menos em sua maior parte, o que pressupõe que seu investimento em capital variável (aquele investido na produção industrial e no agronegócio para comprar a força de trabalho) é ausente porque ele vive do seu próprio trabalho e não da exploração do trabalho do outro, não da subjugação do homem pelo homem.

Assim, fica até mais fácil baratear a força de trabalho, pois, o camponês achando que trabalha para si próprio se esforçara cada vez mais no seu trabalho do dia-a-dia e quanto mais ele trabalha achando que poderá enriquecer ele está contribuindo para

aumento do lucro (que se serão efetivados somente na circulação) nas mãos do capitalista. Diferente do operário numa fábrica que apesar da suposta alienação da precisão de venda da sua força de trabalho, já que sem ele o capitalista nunca conseguira gerar valor, poderá se organizar, frente às péssimas condições de trabalho, em sindicatos, levando a um maior aborrecimento aos capitalistas. Com isso não se entenda que não há sindicatos no campo, porém, se encontram bem menos organizados.

O trabalho do camponês tem uma lógica diferenciada, em comparação com a sociedade em que ele vive. Pois, seu intuito não é a acumulação de riquezas e sim a venda de seus produtos ao mercado com interesse de adquirir dinheiro para comprar mercadorias e serviços a qual ele não produz. Então, é na esfera da produção que a atividade camponesa é não-capitalista de produção, mas, quando o produto está pronto, após ter sido cultivado numa lógica diferente da qual ele irá assumir, num processo mais adiante, quando ele passa para a esfera da circulação, ele vai adquirir um sentido diferente, pois, ele será cooptado pelo capitalista e tornar-se-á mercadoria na mão deste. Isso se dá porque para Marx a produção capitalista apoia no “valor” ou na transformação do trabalho incorporado no produto do trabalho social. É importante observar que o camponês não consegue enxergar seu trabalho embutido no seu produto a qual será vendido a um intermediário, por exemplo. Da mesma forma que ele não consegue enxergar-se na esfera macroeconômica do capital, que explora seu trabalho através da subsunção na circulação.

Essa relação de interdependência tende a aumentar. Mesmo diante dessa indivisibilidade do espaço, é perceptível a sua fragmentação para o escoamento dos produtos. O que ocorre é uma urgência em transformar produto em mercadoria, ou capital em dinheiro, e a capacidade de circulação rápida ou lenta é fator determinante de sucesso ou insucesso no mercado (CLEPS, 2003). Pois, “o acúmulo de capital depende da rapidez da circulação, por isso, os meios de produção tendem a se acumular nos locais de produção” (CLEPS, 2003).

Nesse sentido, é preciso explicitar que o trabalho individual do camponês está no plano imediato da experiência prática, ou seja, no processo concreto de trabalho, assim, a concepção de espaço será necessariamente absoluta. Ao passo que a exploração do seu trabalho se dá a partir da universalização do valor como forma de trabalho abstrato. E este está localizado numa esfera diferenciada do trabalho imediato da produção do produto camponês, está localizado na esfera macroeconômica do capital. Assim, para

entender esta lógica em que o trabalho concreto e o trabalho abstrato se contradizem é preciso entender tanto a concepção de espaço absoluto quanto a concepção de espaço relativo. Ou seja, a inserção da produção camponesa na ótica da acumulação de riqueza não muda sua localização absoluta, mas sim a sua posição relativa, num sentido em que a exploração de seu trabalho se dá a partir da abstração do mesmo na circulação das mercadorias a partir de uma totalidade. Nesse sentido:

[...] A realização do trabalho abstrato como valor implica em um sistema espacialmente integrado de troca de mercadorias, em relações monetárias, em facilidades de crédito, até mesmo na mobilidade do trabalho. Isto requer a construção de elos específicos de transporte e comunicação entre lugares [...] e exige que sejamos capazes de conceber o espaço em termos relativos e termos absolutos (SMITH, p.129, 1984).

[...] Para o valor tornar-se a forma universal do trabalho abstrato como, de fato, ele busca fazer no modo capitalista de produção, diferentes processos de trabalho concreto, em lugares distintos, devem ocorrer juntamente com o mercado (HARVEY apud SMITH, p.128, 1984).

Para HARVEY apud SMITH (1984) “[...] a integração espacial – elo da produção de mercadorias em diferentes lugares através da troca torna-se uma estrita necessidade para o capital” (p.128). Assim, quando os diferentes processos de produção de mercadorias, seja capitalista, seja não-capitalista, de diferentes lugares se encontram na esfera do mercado eles se relacionam, através troca a partir de um equivalente geral que é o dinheiro. E por isso mesmo, não importa qual foi a forma a qual determinada mercadoria foi produzida, mas o caráter específico que ela assume no processo de troca.

Por conseguinte, o espaço geográfico, nesse sentido, é o todo. É a totalidade das relações espaciais organizadas tanto na lógica capitalista quanto na lógica não-capitalista (sendo esta subordinada à primeira) de produção das mercadorias, que constituem a expressão da estrutura e desenvolvimento do modo capitalista de produção.

É importante observar que a abstração do trabalho, a partir do espaço geográfico como totalidade, está ligada ao fato de que a abstração de lugares não permite a consciência do espaço como uma atividade direta prática. Ou seja, o camponês não consegue perceber a inserção das suas atividades dentro do todo organizado das relações

espaciais que formam o espaço geográfico e, por isso mesmo não se atentam para o fato da sua importância na acumulação de riqueza.

A separação de um espaço absoluto e de um espaço relativo é importante na alienação da classe trabalhadora (no caso a camponesa). Pois, ao passo que ela só consegue perceber-se no plano de atuação da sua atividade prática (trabalho concreto) e não nas relações espaciais que permeiam uma amplitude maior, inseridas no espaço relativo (trabalho abstrato), assim, ela não percebe a exploração do seu trabalho fora do processo de produção das mercadorias camponesas. O espaço relativo possui relações espaciais diferenciadas em comparação com as relações espaciais travadas no nível absoluto. Neste as relações espaciais possuem um valor de uso diferenciado de acordo com um uso de valor particular; no caso do camponês trata-se de sua relação com a terra, a partir da produção da mesma; como relação não-capitalista de produção. Além disso, para Smith (p.130, 1984) “[...] nós também podemos falar de relações particulares que ajudam a determinar a forma de mercadorias compostas [...]”, ou seja, a atividade específica de produção das mercadorias podem, por exemplo, ser de procedência camponesa ou não. Já as relações espaciais em nível relativo utilizam-se de mecanismos para subordinar ou manter no controle as atividades a nível abstrato, através de instituições como o mercado.

É preciso salientar que, apesar da afirmação que o espaço teria acabado ou ao menos se tornado irrisório, a necessidade do capital de utilizar-se de espaços absolutos implica na materialização de ambientes construídos, para que o trabalho possa gerar valor, pois, somente o trabalho gera valor, ou seja, acumulação de riqueza. Então, apesar da produção camponesa ser realizada a partir de uma lógica não-capitalista de produção, é necessário meios de produção (terra), para que a exploração do seu trabalho tanto se efetive na esfera da produção, através da compra no mercado dos instrumentos de trabalho, necessários para a realização de sua produção, quanto na esfera da circulação, através da subsunção do trabalho camponês. Descartar a espacialização das atividades humanas, no sentido de suposta eliminação e ascensão do capital financeiro, é um erro. A imobilidade do capital é importante na criação da mais-valia através do trabalho não-pago tanto ao operário quanto ao assalariado do campo:

Numa era em que uma geofinança volatiliza os espaços na mobilidade ilimitada do capital, a diferenciação espacial nem por isso perde sentido. Além da necessidade de hierarquizar seus núcleos decisórios em nível mundial, a geofinança encobre toda uma dinâmica micropolítica, escrita também na desigualdade intrínseca ao

próprio sistema e onde, por maior que seja a mobilidade social e econômica, a reterritorialização lhe será sempre indissociável, que a obrigam a um contínuo retrabalhar social (HAESBAERT, p. 82, 2006).

A imobilização do capital para aqueles que vivem no campo é diferente daqueles que vivem na esfera da produção fabril. A diferença reside no fato que “[...] a terra é um meio de produção somente na agricultura [...], enquanto com relação a outras indústrias simplesmente é uma condição de processo produtivo [...]”(SMITH, p.134, 1984). Ou seja, além do maquinário utilizado na imobilização do capital no campo, a terra entra como fator essencial (como meio de trabalho) na produção das mercadorias.

A terra como meio de trabalho na produção camponesa possui relações sociais específicas que vai refletir no processo de subsunção do trabalho camponês na circulação. Assim, o valor dos produtos camponeses vendidos tem mais trabalho vivo do que trabalho morto (originado do investimento em instrumentos e máquinas utilizados na produção) embutido, já que a composição orgânica do capital que produziu a mercadoria camponesa é mais baixa. Por isso, o produto camponês possui no mercado um custo mais baixo o que proporciona o nivelamento do salário para baixo; isso colabora para o acúmulo de mais-valia na produção industrial. Além disso, todo o trabalho vivo embutido na mercadoria, originado do esforço do trabalho camponês, é capturado, é apreendido, é subsumido pelo intermediário; sendo este a personificação do capital comercial.

3.2 - A Produção Camponesa em Sergipe

Assim, identificado o significado da produção camponesa no capitalismo, desmistificando seu grau de exploração, é preciso ressaltar sua importância para o mercado interno no Brasil e até mesmo externo.

Apesar da importância da produção camponesa no Brasil, quando se trabalha com dados do censo agropecuário 2006 se observa o elevado padrão de concentração da propriedade da terra tanto no Brasil quanto em Sergipe. No Brasil os dados mostram que os estabelecimentos não familiares, apesar de representarem 15,6% do total dos estabelecimentos, ocupavam 75,7% da área ocupada. Os estabelecimentos familiares, que representam 84,4% dos estabelecimentos, ocupam 24,3% da área (ver Tabela 7). Apesar desse quadro de distribuição da propriedade da terra a tabela 7 mostra que o

responsável pela maior parte do abastecimento alimentar das cidades e do próprio meio rural é a pequena produção, com os cultivos temporários voltadas para alimentação. Enquanto que os cultivos agroexportáveis, como a cana-de-açúcar e a soja, apresentam um menor volume da produção. A produção capitalista esta voltada para atividades consideradas mais lucrativas no mercado mundial do agronegócio (ver sua evolução na tabela 8). A tendência são estas atividades mecanizadas expulsar as pequenas unidades familiares de baixo nível tecnológico. Assim,

As transformações na base tecnológica da produção agropecuária parecem estar hoje em dia muito mais associadas á sua ligação com a indústria do que como sua destinação ao mercado interno ou externo (GRAZIANO da SILVA apud SIMON, 1986/87, p.23).

Tabela 7 -Brasil – Distribuição do Volume de Produção – Lavouras Temporárias

Produtos	PEQUENA %	MÉDIA %	GRANDE %
Algodão (herbáceo)	55,1	29,9	15,0
Arroz (em casca)	38,9	42,7	18,4
Batata-inglesa(1ª safra)	74,0	20,7	5,3
Batata-inglesa(2ª safra)	76,7	20,9	2,4
Cana-de-açúcar	19,8	47,1	33,1
Feijão (1ª,2ª e 3ª safras)	78,5	16,9	4,6
Fumo em folha	99,5	0,5	Zero
Mandioca	91,9	7,3	0,8
Milho em grão	54,4	34,8	10,8
Soja em grão	34,4	43,7	21,9%
Tomate	76,4	18,5	5,1
Trigo em grão	60,6	35,2	4,2

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE – 1995/6.

Org.: OLIVEIRA, A.U.

Tabela 8 – Evolução da posição do Brasil no mercado mundial do agronegócio, 2003

Ano	1965	1970	1975	1976	1977	1980	1984	1985	1990	1995	2000	2001	2002	2003
Rank	7º	5º	5º	4º	4º	5º	4º	5º	10º	8º	12º	7º	7º	7º
%	2,5	3,0	3,2	3,7	4,0	3,1	3,7	3,6	2,1	3,0	2,3	2,9	2,8	3,1

Fonte: Ariovaldo Umbelino de Oliveira, 2006.

É realmente impressionante os argumentos de muitos autores em defender como caminho para o campo brasileiro “um modelo” que concentrou a terra, a renda e expropriou centenas de famílias camponesas. Estas, aliás, são claramente colocadas como “empecilho” ao “desenvolvimento” e devem “desaparecer” do campo, de modo a deixar o caminho livre para a plena difusão do agronegócio. Fica clara a concentração como forma de garantia da renda da terra para os latifundiários e a difusão tecnológica poupadora de mão de obra, que não dá mais chance para a população camponesa se reproduzir sequer como trabalhadores assalariados (TOSTA, 2008).

Este conteúdo ideológico demonstra um desconhecimento histórico, primeiro porque ignora o fato de que são os pequenos e médios produtores que garantem a maior parte da produção agrícola do país e do Estado de Sergipe, embora estes não sejam considerados como política prioritária no campo pelo Estado; segundo que a concentração fundiária ao contrário de garantir maiores índices de “produtividade” historicamente garantiu que a terra fosse mantida como reserva patrimonial, reserva de valor, fato, inclusive, reconhecido por muitos teóricos do próprio capital. (TOSTA, 2008). Assim, são os camponeses que

[...] abastecem tanto o mercado interno quanto o mercado externo com números relevantes quanto à porcentagem que essa produção representa em âmbito nacional. Entre estes produtos podemos citar o leite, carnes (de suínos e aves), ovos, cebola, fumo, milho, feijão, mandioca, soja, arroz, banana, laranja, café e uva, todos produtos com relevante participação no valor bruto da produção agropecuária nacional [...] (MICHELLON; COSTA; RITTER; ARAGÃO; e TANOUE, 2007, p.2).

Os alimentos, quando analisados pelo lado da produção, permitem captar a importância do trabalho familiar, a presença da pequena produção subordinada a outras formas de organização da produção de alimentos dadas por um maior ou menor grau de penetração do capitalismo no campo. Pelo lado do consumo, torna-se relevante a discussão em torno da questão da distribuição da renda como determinante do grau de nutrição da população, bem como principal elemento de estímulo à expansão do mercado de produtos e alimentares (SIMON, 1986/ 87, p.21).

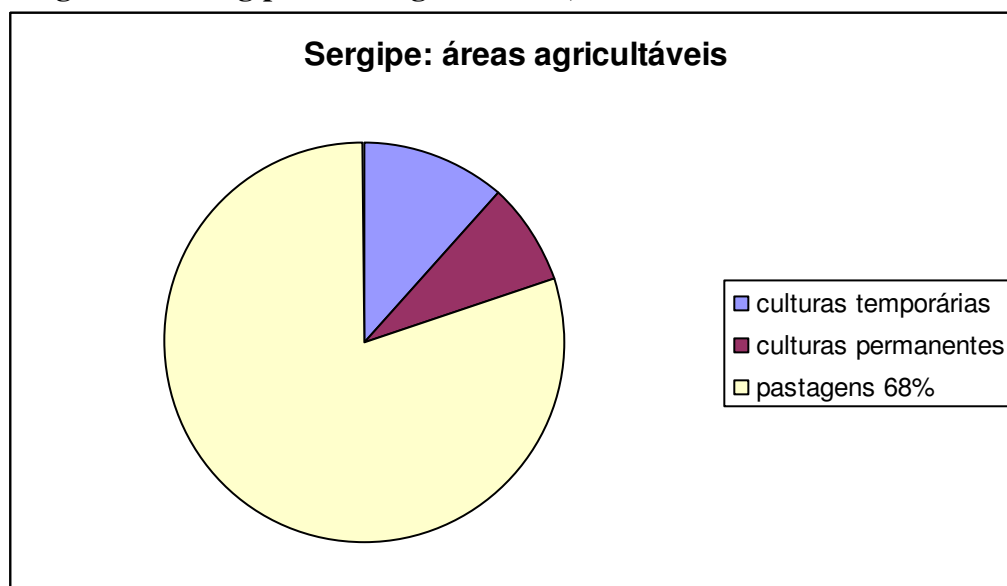
É na concretude da luta que podemos compreender as contradições do processo de modernização ocorrido no campo brasileiro, posto ser seus beneficiários as classes dominantes (proprietários latifundiários e capitalistas), versus os reais interesses daqueles que vivem do trabalho – os trabalhadores assalariados e camponeses, que perdem suas terras, seus instrumentos de produção, as garantias salariais, ou passam a

resistir no campo com uma série de dificuldades, cada vez mais espremidos pelos projetos do agronegócio – que buscam se tornar hegemônicos. A modernização reproduz o atraso, reproduz a pobreza, mas também as possibilidades de garantir a renda e a acumulação – por parte das classes dominantes, que se apropriam da riqueza produzida pelos trabalhadores assalariados e camponeses, mas contraditoriamente por estes – latifundiários e capitalistas – apropriados (TOSTA, 2008).

Em Sergipe a modernização ao longo do período de 1970-1995 provocou mudanças no uso da terra com a expansão da atividade agropecuária sergipana e a ocupação da fronteira agrícola. Segundo o Relatório da CEPLAN (2005) essa expansão se deu devido ao crescimento das pastagens plantadas e das lavouras permanentes. Isso comprova “a reprodução ampliada do capital no campo com o domínio da citricultura no centro sul” (CONCEIÇÃO, 2007, p.88).

De forma geral registra-se que conforme o Censo Agropecuário de 1995-1996, as culturas temporárias ocupavam 10% das áreas agricultáveis do estado e as culturas permanentes 7,0%, enquanto o domínio das pastagens concentrava 68% (ver Figura 18). Os cultivos temporários estavam concentrados na atividade de subsistência familiar, com o plantio de milho, feijão e mandioca. Quanto aos cultivos temporário-comerciais, permaneciam também em destaque a cana-de-açúcar e o arroz (CONCEIÇÃO, 2007, p.88-89).

Figura 18 – Sergipe: áreas agricultáveis, 1995-1996.

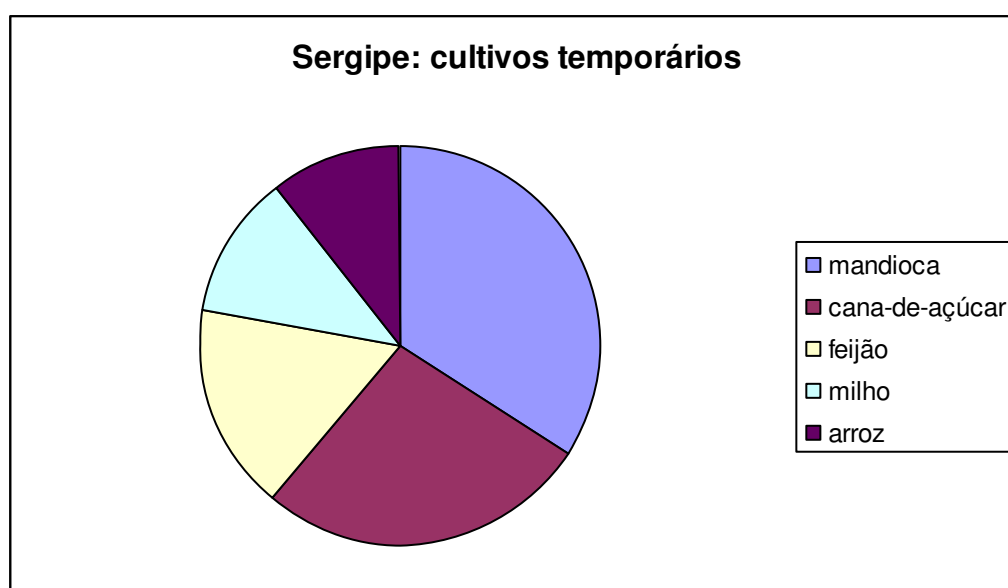


Fonte: Censo Agropecuário (1995-1996), apud Conceição (2007).
Organização: Sheyla Silveira Andrade, 2011

Já nos anos de 2000 e 2002, no domínio entre os cultivos temporários, ainda prevalece à mandioca com 29% do valor total obtido, seguindo a cana-de-açúcar, com 23%, o feijão, com 14%, o milho, 10%, e o arroz, 9% (CONCEIÇÃO, 2007, p.88-89) (ver Figura 19).

A Tabela 9 a seguir explana o índice de crescimento de um período que vai de 1990 a 2003, demonstra que nesse intervalo de tempo os cultivos temporários estão entre os que mais cresceram; isso só comprova mais uma vez a importância daqueles para abastecimento do mercado interno sergipano.

Figura 19 – Sergipe: cultivos temporários, 2000-2002.



Fonte: Censo Agropecuário (2000-2002), apud Conceição (2007).
Organização: Sheyla Silveira Andrade, 2011.

Tabela 9 - Sergipe: cultivos temporários. Médias trienal e bienal – Índice de crescimento

Tipo de produção	1990-1992	1994-1996	2001-2003	2002-2003
	Índice			
Mandioca	100	<u>123</u>	<u>90</u>	<u>88</u>
Cana-de-açúcar	100	68	68	67
Milho	100	<u>319</u>	<u>214</u>	<u>233</u>
Feijão	100	<u>248</u>	103	108
Arroz	100	80	<u>169</u>	<u>170</u>
Batata-doce	100	<u>235</u>	<u>192</u>	<u>198</u>
Fumo	100	271	88	83
Abacaxi	100	100	112	128
Tomate	100	156	<u>125</u>	<u>126</u>
Amendoim (em casca)	100	117	99	99
Fava (em grão)	100	87	31	29

Fonte: IBGE – PAM (Produção Agrícola Municipal), apud Conceição (2007)

Organização: Sheyla Silveira Andrade

Em 2002-2003 o cultivo dos cítricos representava o maior domínio do cultivo permanente com uma área colhida de 103,4 mil hectares. A laranja concentrava 50,7 mil hectares, seguida pelo coco-da-baía, banana, maracujá, manga e limão (Tabela 10). Os cultivos de cítricos e coco-da-baía representavam, na média, 94% da área colhida de culturas permanentes (CONCEIÇÃO, 2007, p. 90). É preciso observar que a citricultura corresponde ao interesse da inserção do capital mundial no Brasil, via processo de modernização do campo, com a introdução da tecnologia, ou melhor, com a

subordinação da pequena produção à indústria de insumos. (CONCEIÇÃO, 2007, p. 90) (ver Tabelas 11 e 12, cultivos permanentes e valor de produção).

Tabela 10 – Valor da produção dos cultivos temporários em Sergipe

Produção	Área ocupada (hectares)	Quantidade produzida (toneladas)	Valor da produção (reais)
Abacaxi	840	20136	14743
Batata-doce	3614	40032	12977
Cana-de-açúcar	41931	2.607.155	134821
Feijão (em grão)	42213	28369	21295
Arroz (em casca)	11510	57166	17143
Fava (em grão)	777	357	398
Fumo (em folha)	1804	2318	11539
Mandioca	33094	491367	95258
Melancia	574	11765	3866
Milho (em grão)	172941	703294	188148
Tomate	309	4891	4915
Amendoim (casca)	1761	2105	2256

Fonte: IBGE, 2009

Organização: Sheyla Silveira Andrade.

Tabela 11 - Sergipe: Cultivos Permanentes .Médias anuais – Índice de crescimento

Tipo de produção	1980	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2003
Laranja	3.674.756	3.389.915	3.723.832	4.354.938	3.802.932	2.997.953	3.181.059	690.597
Côco-da-baía	99.053	96.057	92.113	97.106	89.903	91.708	91.985	119.166
Banana	3.271	3.662	3.171	3.687	3.311	3.610	3.785	63.823
Maracujá	404.406	387.551	375.616	328.851	289.478	289.965	279.862	38.637
Manga	43.829	53.749	59.131	68.481	67.942	61.954	67.919	26.121
Mamão	4.783	5.840	8.754	10.004	8.099	6.984	8.697	12.719
Limão	62.409	75.261	68.066	68.410	73.844	97.154	119.537	11.224
Tangerina	13.091	13.479	13.788	18.218	18.608	19.673	33. 574	8.613
Goiaba	30	90	5.437	4.942	4.829	4.172	7.196	536

Fonte: IBGE – PAM (Produção Agrícola Municipal), apud Conceição (2007)

Tabela 12 – Área ocupada, Quantidade produzida e Valor da produção dos cultivos temporários em Sergipe

Produção	Área ocupada (Hectares)	Quantidade produzida (toneladas)	Valor da produção (reais)
Banana (cacho)	3898	55935	37855
Goiaba	347	4461	3591
Laranja	53001	784382	276678
Limão	940	12048	9585
Mamão	479	14568	11985
Manga	1121	24513	13541
Maracujá	4709	44486	45623
Tangerina	544	8895	3747

IBGE – PAM (Produção Agrícola Municipal), apud Conceição, 2007.

Nas áreas da microrregião do Sertão Sergipano (municípios de Canindé do São Francisco, Monte Alegre, Nossa Senhora da Glória, Poço Redondo, Porto da Folha), da microrregião de Carira (Ribeirópolis e Nossa Senhora Aparecida), da microrregião do Agreste de Itabaiana, município de Itabaiana, da mesorregião do Agreste de Lagarto, município de Lagarto e da mesorregião de Boquim, municípios de Boquim e Salgado, segundo Conceição (2007, p.92), perpetua-se “a unidade de produção camponesa, através das culturas de subsistência”. Os cultivos de subsistência são feitos em pequenas propriedades onde o produtor não dispõe de recursos para investir em

sementes selecionadas, adubos, etc. Nas áreas de cultivos de subsistência concentra-se a maior parte dos trabalhadores rurais, e o trabalho é feito pela família (SANTOS e ANDRADE, 1998, p.84).

A fava, a batata-doce, o amendoim, o inhame, a abobora, a melancia e o maracujá também são cultivados em áreas pequenas. Estes são complementados, nas margens do açude de Marcela, nos brejos de pé de serra em Itabaiana, Simão Dias e Riachão do Dantas e nos perímetros irrigados dos Projetos Ribeira e Jacarecica (Itabaiana), Piauí (Lagarto), Jabiberi (Tobias Barreto), Cedro (Própria e Cedro do São João), Califórnia (Canindé do São Francisco) e Betume (Neópolis, Ilha das Flores e Brejo Grande), pela produção de cereais (milho, feijão e arroz), de verduras, de legumes e de frutas, que além de abastecer o mercado interno são também comercializados em Alagoas, Bahia, etc. contudo, é necessária a importação de vários produtos para abastecer o mercado interno (SANTOS e ANDRADE, 1998, p.86).

3.3 – A Distribuição da Produção Camponesa

Por conseguinte, para Simon (1986/87) a condição de pequena produção de alimentos está relacionada aos centros urbanos no que se refere à distribuição de renda da população. Nesse sentido, ele continua, nas palavras de Graziano e Queda, que, dado um padrão de distribuição da renda altamente concentrado no setor urbano, o estímulo que o desenvolvimento urbano-industrial deveria proporcionar as áreas rurais através dos mecanismos de preços não consegue dinamizar as áreas produtoras de alimentos básicos. Assim, para ele apenas os pequenos produtores estão impossibilitados de assumir o comportamento empresarial, dedicam-se à produção de alimentos básicos, produzindo para a sobrevivência e gerando certo excedente para o mercado.

Deve-se lembrar que a pequena produção de alimentos, que gera um excedente para o mercado, é uma produção dispersa, sendo necessário grande número de pequenos produtores para atingir certo volume de determinado produto. Assim, é também necessário um grande número de intermediários para “reunir” essa produção, como os caminhoneiros, os proprietários de armazéns de beira de estrada, etc. No entanto, essa forma de produção possui um caráter aleatório de não proporcionar uma oferta estável e continua de gêneros alimentícios, o que leva, muitas vezes, os consumidores aos canais de médios e grandes produtores. Os estímulos de preços que os consumidores de maiores rendas poderiam proporcionar aos pequenos produtores ficam, portanto, fora do alcance dos mesmos (SIMON, 1986/87, p.27). A tendência são

as grandes cadeias de supermercados serem os locais de destino dos consumidores de maiores rendas e as feiras os consumidores de menores rendas. Isso não deve ser tratado de forma estanque já que existe uma relatividade na afirmação anterior, pois, se observa a movimentação de pessoas de maiores e menores rendas nos dois locais.

A própria estratificação dos indivíduos em uma sociedade, gera também uma distribuição dos produtos que determinam a participação dos indivíduos no consumo (CLEPS, 2003). Assim, o consumo pessoal do indivíduo depende da posição que o mesmo ocupa no processo produtivo. Os detentores dos meios de produção participam do processo através da aquisição de bens de produção e do consumo individual. Já a camada não detentora dos meios de produção participam do consumo produtivo e do consumo individual. É perceptível que os indivíduos têm a sua participação social de forma desigual (CLEPS, 2003).

Como o indivíduo não é detentor de uma participação igualitária na produção, lhe é assegurada uma participação desigual no consumo, o que, por sua vez, reproduz as diferentes classes sociais de forma desigual (CLEPS, 2003). Mesmo que isto seja compatível com a forma de obtenção do lucro e da exploração da mais-valia através das mercadorias como realização desta.

Segundo Marx, nesse processo, a produção é o verdadeiro ponto de partida e portanto o fator que prevalece, e entre a produção e o consumo interpõe-se a distribuição. Quanto às relações entre produção e distribuição, assinala que esta, antes de ser distribuição de produtos, é distribuição dos meios de produção e dos membros da sociedade pelos diferentes gêneros de produção. Assim: “A distribuição dos produtos é manifestadamente o resultado desta distribuição que, incluída no próprio processo de produção, lhe determina a estrutura” (MARX, 1981). Em relação à troca, entre outras coisas, afirma que a mesma é também manifestadamente um momento da produção, ou seja, aparece diretamente compreendida na produção ou por ela determinada. O consumo, por outro lado, é que o dá ao produto o motivo que o justifica como produto, e sem produção não há consumo, mas sem consumo não haveria produção. Não há dúvida, portanto de que há uma unidade entre esses momentos (produção, distribuição, troca e consumo) do processo econômico, e uma série de relações complexas entre eles.

Com relação aos atacadistas, predominantemente agentes da distribuição, personificação do capital comercial, “[...] eles estabelecem os preços, pois seguram a

mercadoria controlando os preços dentro e fora da estação. Eles interceptam a mercadoria do produtor antes de chegar na feira, que vende a eles por preços mais baixos se precavendo, porém, dos riscos de venda na feira, além do mais, os atacadistas compram em dinheiro. Como o atacadista tem condições de armazenamento e comunicações, estão em muito melhores condições que o produtor e o intermediário para comprar e vender” (PAZERA, 2003, p.83). Portanto, os mecanismos de subordinação dos pequenos produtores permitem a sua superexploração via diminuição dos preços dos produtos que vendem e a elevação dos preços dos produtos que compram (SIMON, 1986/87, p.28). Porém, essa superexploração aparece como lucro para o capitalista comercial, aparece apenas como um dos diversos aspectos do processo econômico; quando na verdade é trabalho não-pago ao camponês que produziu as mercadorias.

De acordo com o trabalho de campo na feira e pesquisa bibliográfica descobriu-se que são vários os atores sociais envolvidos no processo de produção do espaço nas suas diferentes etapas de chegada da mercadoria na feira do conjunto Castelo Branco em Aracaju. Para o feirante de Itabaiana, que adquiri suas mercadorias no Mercado de Itabaiana, os principais atores sociais, segundo Carvalho (2010), são: o camponês como produtor direto; os pequenos intermediários, os médios intermediários e os grandes intermediários-atacadistas; e próprio feirante itabaianense. Para o feirante de Aracaju, que adquire suas mercadorias no CEASA/Aracaju, os principais atores sociais, segundo trabalho de campo no CEASA/Aracaju, são: o camponês como produtor direto e o grande produtor; o caminhoneiro funcionário do atacadista do CEASA/Aracaju; o corretor ou atravessador, contato responsável entre uma gama de camponeses e os atacadistas; os intermediários-atacadistas do CEASA/Aracaju; e os próprios feirantes aracajuanos.

Além disso, o trabalho de campo junto aos feirantes e a pesquisa bibliográfica serviram para comprovar que o trabalho embutido nas mercadorias vendidas na feira do Castelo Branco é em grande parte camponesa. A figura 20 mostra que para cada etapa do processo corresponde a uma gama de possibilidades de existência dos diferentes atores sociais envolvidos. No que diz respeito ao camponês ele se localiza na etapa da produção principalmente, porém, se sua origem for de Itabaiana e a depender do tipo de produto ele poderá vendê-lo “diretamente aos atacadistas no mercado de Itabaiana” (CARVALHO, 2010). Ou, como vimos no segundo capítulo, se o feirante for de Malhador ele é também camponês e dispõe seus produtos na feira do Conjunto Castelo

Branco. Além disso, percebemos a inclusão perversa do camponês no ciclo rotativo do capital. Pois, apesar de inserido no ciclo não auferir os lucros com a venda do seu produto.

Porém, com a urbanização e a centralização de atividades nas cidades, o camponês vem cada vez mais diminuindo nas feiras e o papel do intermediário-atacadista vem aumentando. As relações diretas entre o produtor direto (o camponês) e o consumidor tendem a desaparecer com a urbanização e em função do tamanho e funções da cidade. A modernização dos transportes reforça tal tendência, pois os camponeses não têm condições de utilizar um caminhão. Assim, como se observou no trabalho de campo, também muitos feirantes não têm condições de se dirigir diretamente aos camponeses, onde comprariam a mercadoria mais barata, porque não dispõem nem de crédito nem de capitais para investir na compra de transportes de grande porte. Ou seja, a tendência é cada vez mais o contato entre o produtor direto e consumidor desaparecer, tanto porque o camponês não consegue se modernizar o suficiente para levar sua mercadoria às cidades quanto o feirante não pode se modernizar para ir comprar direto no produtor. Estendendo, dessa forma, a quantidade de atores sociais na dispersão das mercadorias, prejudicando o consumidor com a elevação dos preços e o feirante e o camponês com a exploração do trabalho destes:

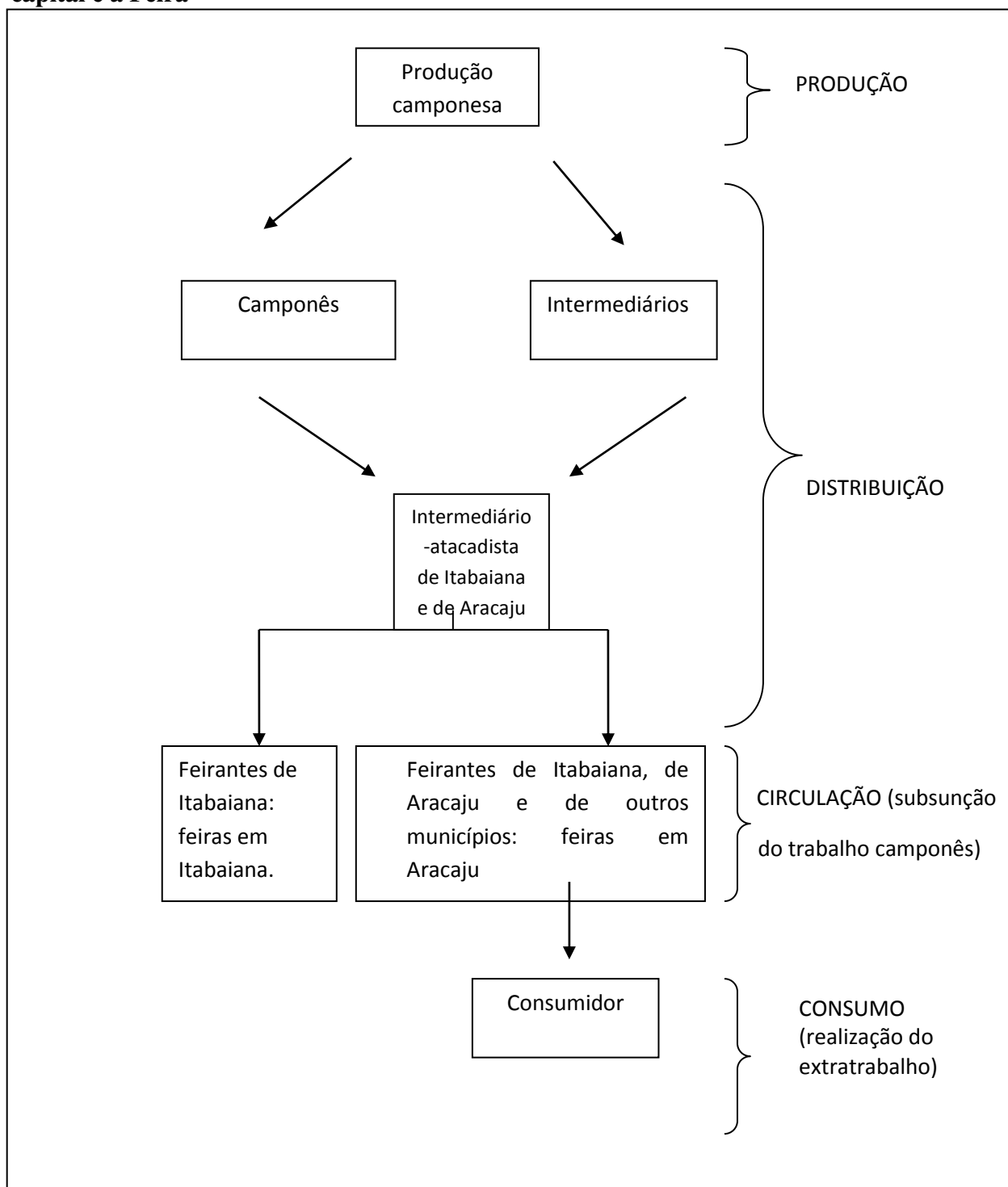
O atacadista age como um elo entre a demanda e a oferta. Isso lhe dá uma posição estratégica no abastecimento, que pode levar a especulação. Seu papel é mais dominante por ser em geral o único que dispõe de crédito bancário e, portanto, de dinheiro líquido para efetuar as compras diretamente ou passando por outros intermediários. Frente a ele os pequenos comerciantes dos bairros pobres só raramente dispõem de meios financeiros que lhes permita buscar a produção in loco. Por outro lado, o número de agricultores que vem oferecer seus produtos na cidade nunca é elevado. Santos (2004, p.226)

Assim, até esse momento tentou-se analisar apenas três dos atores sociais envolvidos no processo de produção do espaço o camponês, de uma forma geral, os pequenos intermediários e os intermediários-atacadista do Mercado de Itabaiana e os intermediários-atacadistas do CEASA/Aracaju sendo os últimos a personificação do capital comercial, ou seja, aquele que acumula em cima do trabalho não-pago aos camponeses.

É preciso observar que não se termina uma fase do processo e se inicia outra, como se houvesse um rompimento entre uma fase e outra, uma está na outra. O camponês que participa da fase de produção tem as suas condições objetivas

determinadas tanto pelo pequeno intermediário quanto pelo intermediário-atacadista, dessa forma, estes não lhe permite a obtenção de preços que excedam a suas necessidades imediatas de reprodução, a tendência é que a fixação dos preços nas várias etapas do processo tende a se dar de forma a obedecer aos interesses daqueles. Porém, isso não impede que o camponês participe da fase de distribuição quando tenta dispor seus produtos no mercadão de Itabaiana ou até mesmo na circulação quando tenta dispor seus produtos nas feiras (como ocorre na do Castelo Branco onde poucos são aqueles que possuem sua roça). É evidente que a participação dele difere das dos intermediário-atacadistas já que sua intenção é reprodução material de existência e não acumulação de riqueza.

Figura 20 – A inclusão perversa da produção camponesa no ciclo rotativo do capital e a Feira



Organização: Sheyla Silveira Andrade, 2011.

Diferente do que afirma Abramovay, onde o agricultor familiar seria uma categoria profissional que resultaria em sua suposta inserção no mercado, a relação entre os camponeses, as indústrias (capital industrial), os intermediários (capital comercial) e os bancos (capital financeiro) apresentam um conflito e não sugere a inserção do camponês no mercado; isso será aprofundado no último capítulo. Quanto menor for o preço pago ao camponês, maiores serão os lucros auferidos pelo capital e a maior será a competitividade no mercado. O mecanismo principal de transferência dos excedentes do setor agrícola para o capital comercial, industrial e financeiro, se dá através do controle da produção. Esse tipo de transferência se diferencia do antigo controle que era exercido sobre a produção agrícola no Brasil através do capital comercial tradicional e do atraso do camponês.

Existe uma grande concentração de capital nos níveis mais altos do sistema, onde transporte e armazenamento são facilidades. Isso indica desenvolvimento, que ocorre muito em função da procura urbana que tem estimulado o crescimento das atividades atacadistas. Devido à atual estrutura agrária, a tendência maior é para um aumento na concentração fundiária e a proletarianização das massas rurais. O aumento dos preços dos alimentos valoriza a terra, mas o produtor – camponês nem pode competir para obter mais terras e nem investir no que já possui. O acesso ao crédito é limitado e o governo não se interessa pelo pequeno produtor, pois os incentivos são para os produtos de exportação (PAZERA, 2003, p.83). “Em relação aos produtores, a exploração comercial a que estão submetidos tem a sua principal razão de ser na impossibilidade de obtenção desse crédito pelos produtores, o que normalmente, os obriga a recorrer ao crédito não institucional [...]” (SIMON, 1986/87, p.32). Diferente do que apregoa a ideologia, da possível inserção do camponês no PRONAF, esse crédito chega para poucos; esse assunto será tratado no próximo capítulo.

3.4 - A Comercialização da Produção Camponesa na Feira do Castelo Branco: a subsunção do trabalho camponês na circulação.

Uma das formas de o campo se relacionar com a cidade é justamente o escoamento das mercadorias daquele para esta. Na produção camponesa a exploração do trabalho se dá através da transferência de produtos camponeses ao intermediário, auferindo lucro a esse, é o sobretrabalho, a subsunção do trabalho camponês na circulação. Assim, “a forma mercantil, assumida em cada um dos produtos, esconde substâncias distintas, seja

do ponto de vista da qualidade, seja do ponto de vista das determinações históricas do produto, isto é das relações sociais por meio das quais foi produzido” (MARTINS, p.159-160, 1993).

O capital comercial amarra, através das relações cidade-campo, extremidades, de um lado, a sobrevivência do camponês e de sua família, a qual determina a diminuição dos preços pagos ao produtor pelo seu produto através da imposição do intermediário-atacadista, de outro, a extensão da exploração do trabalho camponês na circulação do produto daquele em feiras. Neste último extremo, a intermediação comercial se defronta com o preço dos produtos agrícola nas cidades, os quais obedecem aos interesses do capital industrial em manter baixo os salários e o custo das matérias-primas.

Trata-se de um erro muito antigo, mas infelizmente ainda dominante, considerar que a reprodução do capital se realiza ao nível de mercado. É certo que a reprodução do capital passa pelo mercado e, conseqüentemente, as formas de reprodução do capital devem ser associadas a processos determinados de formação de preços ou, simplesmente, a determinadas estruturas de preços, isto é, um conjunto determinado de preços relativos. No caso que examinamos, a estrutura dos preços, em particular os baixos preços relativos dos produtos agrícolas, reproduz as formas de dominação do capital, em particular as formas atrasadas de capitalismo no campo. Ora, é justamente essa estrutura de preços que, em razão da sua adequação as formas dominantes de acumulação, fundamenta a ilusão da funcionalidade da agricultura atrasada. Como se sabe a nível dos preços as contradições desaparecem e tudo parece reduzir-se ao mundo fantástico da oferta e da procura (SILVA, 1976, p.30).

Segundo Viana (2000) as regiões e nações, e acrescentaríamos a relação cidade/campo, ao realizarem suas trocas mercantis de uma determinada divisão do trabalho e do espaço, realizam reconversão capitalista e transferência de mais-valor que constitui as desigualdades entre as citadas escalas espaciais mencionadas. Pois, a reconversão capitalista cria uma subordinação que gera uma modernização dos países atrasados, das regiões e do campo. No entanto, essa modernização nunca alcança o nível dos países desenvolvidos, nem das regiões e nem da cidade.

Já a transferência de mais-valor ou troca desigual se dá através do mercado e aquele processo não tem sua fonte no preço da mercadoria e sim no valor. As trocas nas escalas citadas são trocas de mercadorias que possuem valores diferentes. As mercadorias produzidas nos países capitalistas subordinados, nas regiões “atrasadas” (por exemplo, o Nordeste) e no campo possuem um valor inferior, enquanto que as

produzidas nos países capitalistas, nas regiões consideradas meio técnico científico informacional (por exemplo, o Sudeste) e nas cidades ou pelo menos em locais que produzem segundo os desígnios destas, possuem um valor superior. Isso se deve ao processo de avanço tecnológico, que gera uma composição orgânica do capital elevada nas últimas três escalas espaciais mencionadas.

Assim, um produto primário realmente vale menos que um produto tecnológico, pois este traz em si um maior quantum de trabalho acumulado (morto). Porém, o produto primário possui um maior quantum de mais-valor incorporado nele (trabalho vivo). Desta forma, o valor (e, por conseguinte, o preço) das mercadorias dos países imperialista, das regiões avançadas e das cidades são maiores, mas o quantum de mais-valor incorporado nelas é menor. O inverso ocorre com as mercadorias produzidas nos países subordinados, nas regiões atrasadas e no campo: o valor das mercadorias é menor, mas o quantum de mais-valor incorporado é maior. No entanto, no processo de troca comercial, realiza-se numa transferência de mais-valor dos setores considerados mais atrasados para os mais avançados.

Assim, cabe aqui clarificar a distinção do movimento na circulação entre a produção capitalista e a produção camponesa no mercado. Esta forma se encaixa perfeitamente no conceito de produção mercantil simples. Ela pode ser expressa pela fórmula M-D-M, comprovando que com a venda de uma mercadoria, que já não tem valor-de-uso para o vendedor, se adquire dinheiro para trocar por outra que satisfaça a sua necessidade, ou seja, a intenção do camponês não é acumulação de riqueza e sim a reprodução da sua existência. A circulação da produção camponesa proporciona, assim, uma reprodução simples da riqueza, isto é, sem adicioná-la. Dessa forma, observa-se que tanto o camponês somente produtor direto quanto o camponês e feirante não tem como objetivo a acumulação de riqueza. Mas, isso não impediu o capital de criar mecanismos que usufruam dos trabalhos desses camponeses:

Na circulação simples de mercadorias, ambos os extremos possuem a mesma forma econômica. Ambos são mercadorias. E, além disso, são mercadorias com igual magnitude de valor. Mas são valores de uso qualitativamente diferentes, por exemplo, trigo e roupas de vestir. O intercâmbio de produtos, a mudança dos diferentes materiais nos quais o trabalho social se apresenta, configura aqui o conteúdo do movimento. O ciclo M-D-M parte de um extremo constituído por uma mercadoria e conclui no outro configurado por outra mercadoria, a qual sai da circulação e entra na órbita do consumo. Portanto, o consumo, a satisfação de necessidades ou, em uma palavra, o valor-de-uso, é seu objetivo final (MARX,1984).

Essa fórmula foi analisada por Marx em oposição com outra fórmula, a produção mercantil capitalista que é D-M-D na sua versão simples e D-M-D' na sua versão ampliada; esta altera as regras do jogo, extinguindo ou dominando as formas sociais onde predominavam a produção mercantil simples. Ao contrário do camponês, nesse caso, o dono do dinheiro compra mercadorias e volta a vendê-las posteriormente. Assim, a circulação D-M-D começa e termina pelo dinheiro, o próprio valor de troca. Conforme Marx:

D-M-D, ao contrário, parte do extremo constituído pelo dinheiro e retorna finalmente a esse extremo. Seu objetivo impulsionador e seu objetivo determinante é, portanto, o valor-de-troca mesmo. (MARX,1984).

Já a versão D-M-D' parte do extremo constituído pelo dinheiro e retorna a esse extremo acrescido de mais dinheiro, querendo que com D' exprimir maior quantidade de dinheiro. Este acréscimo do valor primitivo do dinheiro posto em circulação chama-se mais-valia. Só por esse processo de expansão do valor, de valorização, o dinheiro se transformou em capital.

O capital acumulado “deve ser reinvestido e assim o círculo da produção capitalista é sempre crescente e marcado pela reprodução, ou seja, repete sempre o processo D-M-D (isto poderia ser simbolizado da seguinte forma: D-M-D-M-D'-M-D''-M-D''' até o infinito)” (VIANA, 2000, p.108). Assim, o desenvolvimento do modo capitalista de produção na sua etapa monopolista é entendido como um processo contraditório de reprodução ampliada do capital, ou seja, o modo capitalista não está restrito apenas à produção, mas também à circulação de mercadorias, à troca de mercadorias por dinheiro e dinheiro por mercadorias. Isso decorre do fato de que ele não é na essência um modo de produção de mercadorias, mas sim um modo de produção de mais-valia.

Quando a produção mercantil simples (seja camponesa ou qualquer outra) entra em contato com a produção mercantil capitalista ela torna-se subordinada através da própria troca mercantil entre estas duas formas de produção. As mercadorias produzidas pela produção capitalista possuem um valor mais elevado devido ao fato de conter um quantum maior de trabalho socialmente necessário incorporado nelas (VIANA, 2000, p.110).

A troca mercantil realizada entre a produção mercantil simples e a produção mercantil capitalista é “desigual” e caracteriza-se e por ser uma relação de exploração, na qual a produção capitalista extrai excedente da produção mercantil não-capitalista. Por conseguinte, os pequenos produtores não-capitalistas acabam vivendo em condições precárias de vida e vivendo em função de aumentar a produção para aumentar a sua renda monetária (ou seja, sua capacidade aquisitiva) para garantir sua sobrevivência (VIANA, 2000, p.110).

Além disso, se de um lado o trabalho produtivo camponês embutido nas mercadorias vendidas na feira reduz os preços dos produtos agrícolas, do outro, aumenta a massa geral da produção de alimentos, sem com isso ter que remunerar esse produtor com lucro médio, nos moldes capitalistas. Até porque se sabe que a sobrevivência é o limite para a produção camponesa, e não o lucro médio:

É assim, que a riqueza criada pelos pequenos produtores vai muitas vezes se realizar nas mãos de outra classe social, como os gêneros alimentícios que são entregues a preços baixos, porque foram produzidos a custos reduzidos, barateiam a força de trabalho industrial e urbana, permitindo que os salários sejam comprimidos, o que possibilita diretamente o incremento da taxa de lucro dos monopólios capitalistas da cidade (CONCEIÇÃO apud OLIVEIRA, p. 94-95, 1991)

Na circulação a mercadoria não deixa de revelar seus conteúdos sociais e políticos antidemocráticos, porque de fato é produzida de modo antidemocrático e de modo antidemocrático é repartida. Essa é uma possibilidade acessível ao homem comum, cotidianamente, na medida em que a miséria que vive e se renova a cada dia denuncia-lhe o enorme desencontro entre a produção e a circulação, entre o trabalho e as condições de vida (MARTINS, p. 157-158, 1993).

A troca é a condição necessária de todos na sociedade, pois, a divisão social do trabalho a que esta está submetida leva a todos dependerem uns dos outros, já que cada indivíduo realiza funções diferenciadas e não produz tudo. O produto a ser trocado, resultado do trabalho, denomina-se mercadoria. Ou seja, esta para Marx é todo produto feito através do trabalho para ser consumido por outro que não o produziu e regulada pelas relações sociais travadas através do mercado. A mercadoria é por um lado “um objeto externo que satisfaz necessidade humana, a utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso, e por outro é expressão da grandeza de valor, ou seja, objetificação de trabalho humano abstrato” (MARX, 1983). A grandeza de valor é medida pela quantidade de trabalho humano (medido pelo seu tempo de duração em hora, dia, etc)

embutida na mercadoria. Ou seja, o valor é a capacidade que determinada mercadoria adquire quando comparada a outra, numa relação de troca; sendo esta mediada pelo dinheiro.

Assim MARTINS (p. 158, 1993) elucida que [...] “o mercado não atua socialmente (e politicamente) numa única direção, como se poderia presumir a partir de uma concepção meramente evolucionista das relações sociais e sua história (e, por isso, quando falo de relações tradicionais, não estou falando, necessariamente, do passado). O mercado (de modo intenso nos países capitalistas pobres) funciona contraditoriamente – cria, mas também recria, relações sociais. Nem sempre é apenas o destruidor de relações sociais para libertar as possibilidades nela contidas, porém impedidas de fluir livremente. O mercado também recria relações sociais tradicionais, além de criar relações igualmente tradicionalizadas [...]”.

O mercado é o mundo da mercadoria, que nele se movimenta utilizando o passaporte do valor de troca e que recebe das necessidades sociais (valor de uso) a energia do seu movimento e a sua viagem. Marx já havia demonstrado que o valor de troca é a forma imediata por meio da qual o produto aparece no mercado. Sem essa aparência formal não há troca nem mercado. Ela expressa a ficção da equivalência quantitativa dos objetos trocados. Essa equivalência é falsa e verdadeira ao mesmo tempo. É verdadeira porque é real: a realidade de uma mercadoria é medida e produzida pela mediação da outra. Feita a troca de café por máquina, as quantidades trocadas são equivalentes entre si porque um produto é a medida do valor de troca do outro, é o seu equivalente. É falsa, porém, porque a forma mercantil, assumida em cada um dos produtos, esconde substâncias distintas, seja do ponto de vista da qualidade, seja do ponto de vista das determinações históricas do produto, isto é das relações sociais por meio das quais foi produzido (MARTINS, p.159, 1993).

Ou seja, o conteúdo de cada mercadoria é diferente quando o valor dela se realiza no consumo, porém, sua forma permanece “igual” enquanto mercadoria. Ou seja, todas as mercadorias sejam aquelas produzidas tradicionalmente (como a produção camponesa) sejam aquelas produzidas industrialmente tiveram sua produção partindo de relações sociais específicas (de conteúdos diferenciados), mas, quando entram no mercado como uma forma de trabalho abstrato (trabalho socialmente necessário) se camuflam em um mercado que tem como princípio democrático a liberdade de vender e comprar mercadorias. Onde os diferenciados tipos de relações sociais históricas de produção são ocultados. O valor que se efetiva nas mercadorias é a junção de capital

variável, capital constante e mais-valia, combinados em distintas magnitudes. Tais proporções dependem das circunstâncias e determinações históricas e sociais de produção daquela mercadoria. Quando o capital não está ainda formado de modo designadamente capitalista (como é o caso da produção camponesa) nem o está a mais-valia, existe um excedente de valor a ser realizado na circulação. Esse excedente entra no mercado revestido da forma mercadoria, que a torna intercambiável, isto é, medida pela outra, medida até pela mercadoria produzida de modo capitalista. O que possibilita isto é o dinheiro, que funciona como equivalente geral de todas as mercadorias.

O mercado equipara esses produtos camponeses através da equivalência formal que proporciona a troca de um produto por outro. Mas não suprime as diferenças substantivas, nem as diferenças históricas, que fazem com que um resulte de um processo de trabalho mais atrasado, que emprega mais trabalho do que equipamento; e outro de um processo mais moderno e desenvolvido, em que predomina o equipamento sobre o trabalho. Um pressupõe atraso tecnológico e econômico relativos, menos capital acumulado sob a forma de máquinas e instrumentos. O outro pressupõe o avanço tecnológico e maior desenvolvimento capitalista, com mais capital já acumulado, naquele setor, sob a forma de instrumentos e meios de produção. Sobretudo pressupõe um nível maior de domínio do processo de trabalho pelo capital, pela máquina-tarefa de trabalhador que foram dominadas e modificadas diretamente pelo capital. (MARTINS, p.161, 1993).

Por conseguinte, a divisão do trabalho no processo de produção do espaço, que é independente do controle do ser humano, está ligada as funções atribuídas a cada indivíduo na sociedade, seja na produção, por exemplo, o camponês, seja na distribuição, por exemplo, o intermediário, seja na circulação, por exemplo, o feirante. O que não se sabe é que a manifestação dos produtos de trabalho camponês é expressada em mercadorias vendidas na feira, nesse caso, e estas além de serem fruto do trabalho socialmente necessário são expressadas através do dinheiro. Este, nas palavras de Marx, sendo um “signo” que significa o que vale oculta por detrás dele as condições das relações sociais de produção. Ou seja, o dinheiro no imaginário das pessoas é suficiente por ele mesmo e nada tem haver com o trabalho socialmente necessário que produziu mercadorias; isso as torna comum.

Cada mercadoria considerada isoladamente representa certa parte de tempo de trabalho socialmente necessário. A grandeza de valor é determinada pela quantidade de trabalho socialmente necessária ou pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de determinada mercadoria, de determinado valor de uso. Porém, isso é escamoteado pelo preço, por exemplo, se uma goiaba custa R\$ 0,30 centavos é porque o

tempo necessário de trabalho específico que essa goiaba levou para ser produzida pelo camponês, no caso da feira do Castelo Branco, equivale a essa quantidade de dinheiro; contando com o acréscimo de preço pelos diversos intermediários pelo qual aquela passou.

O modelo de feira livre pode ser caracterizado como a extensão apropriadora do processo de circulação da mercadoria produzida pelo trabalho camponês que se materializa pela circulação a partir da distribuição realizada pelo intermediário-atacadista que opera através dos feirantes nas diversas feiras livres de bairro de Aracaju. O que deduz o rebaixamento dos custos da produção dessa mercadoria, naquilo que Marx denomina de preço da produção e não preço do mercado. Daí o processo acumulativo ser realizado na circulação, tornando o trabalho camponês subordinado ao capital comercial do atacadista.

Em princípio, parece óbvia a análise da função de uma feira, como de qualquer outro tipo de comércio, ou seja, uma troca entre o que se vende e o que se compra. Nesta forma simples de negociação, onde a função dos preços seria regular o suprimento de bens, existem vários aspectos que tornam este mecanismo complexo como, por exemplo: a escolha do que produzir e os meios para tal e quem os produz (nesse caso o camponês); os processos envolvidos (produção não-capitalista, subsunção do trabalho na circulação e exploração do trabalho do feirante); o que a captação dos recursos disponíveis, tanto por parte do camponês quanto por parte do feirante, para se atrelar ao mercado, acarreta, ou seja, qual sua finalidade; e por fim os efeitos de fatores sociais e políticos que acarreta nos atores sociais.

A inserção da produção camponesa na feira consiste em analisar a aparente naturalidade da produção camponesa destinada às feiras de Aracaju. A comercialização nas feiras urbanas é concebida, como estratégia de reprodução do trabalho dos camponeses e dos feirantes, quando na verdade se dá a contribuição da agricultura no processo de acumulação do capital, sob o lastro da reprodução dos baixos níveis de vida, permitindo baixos custos de trabalho e maior ganho acumulativo das personificações observadas no segmento da comercialização.

A importância da feira se dá, entre os outros fatores, por ser um local onde se pode observar um número significativo de empregos gerados, devido ao caráter da organização, ou seja, por ser primitiva. Apesar de que entre os atores sociais não é o feirante aquele que vai acumular riqueza, ele também entra na esfera da circulação tendo seu trabalho explorado; dependendo do grau de capitalização do feirante. Na

referida feira são poucos os feirantes que são capitalizados, por exemplo, entre eles esta o feirante M.S. que possui transporte próprio, como foi visto no primeiro capítulo.

Muitas vezes os camponeses se transformam em comerciantes exclusivos, observando as maiores vantagens comerciais, quando comparadas com maior esforço na produção no campo. Assim, na dinâmica desses atores sociais, vendedores de produtos de origem camponesa na feira do Castelo Branco, constata-se que na verdade são em sua grande maioria vendedores experientes em atividades dessa natureza nas várias feiras existentes na cidade de Aracaju. Eventualmente alguns deles têm descendência de camponês ou residem no interior no estado de Sergipe. Isso não impede que camponeses ainda estejam presentes na feira do Castelo Branco, mesmo que em minoria, como foi observado no capítulo um, sendo sua procedência, principalmente, do município de Malhador. Mesmo sabendo a sua importância do ponto de vista do preço do produto agrícola.

Assim, a forma essencial de capital que subordina a produção camponesa, então é a do capital comercial. A partir daí, o capitalista entra no circuito do capital como proprietário de mercadorias, posição determinada pela distribuição, no caso aquele é o intermediário-atacadista tanto do Mercado de Itabaiana quanto do CEASA/Aracaju. É nessa condição, geralmente, que este se relaciona em uma extremidade com o camponês e na outra com o feirante.

Em Sergipe a comercialização atacadista se encontra associada a própria produção e importação de produtos. Decorrente disso, o município de Itabaiana se destaca como centro produtor, comercializador e distribuidor de hortifrutigranjeiros; o município de Malhador como produtor e comercializador de inhame e banana (CARVALHO, 2010, p.52). Enquanto os municípios de “Canindé do São Francisco, Neópolis, Santana do São Francisco e Moita Bonita apresentam comércio associado à intermediação dos seus próprios produtos” (SANTANA, 2005, p.99).

Na feira do conjunto Castelo Branco a circulação está relacionada tanto ao Mercado de Itabaiana quanto ao CEASA/ Aracaju, ambos associados à produção camponesa, sendo que, o município de Aracaju se destaca na “função varejista, em virtude da concentração da população e renda. E Itabaiana na consolidação do mercado como centros de atração e de distribuição de produtos agrícolas” (CARVALHO, 2010, p. 56-57).

Segundo a EMDAGRO (2007) Itabaiana movimentou 1.050, 468 toneladas de mercadorias hortifrutigranjeiras no CEASA/Aracaju, sendo as mercadorias mais importantes a alface, o coentro, a batata-doce, a cebolinha e o quiabo (ver Tabela 13).

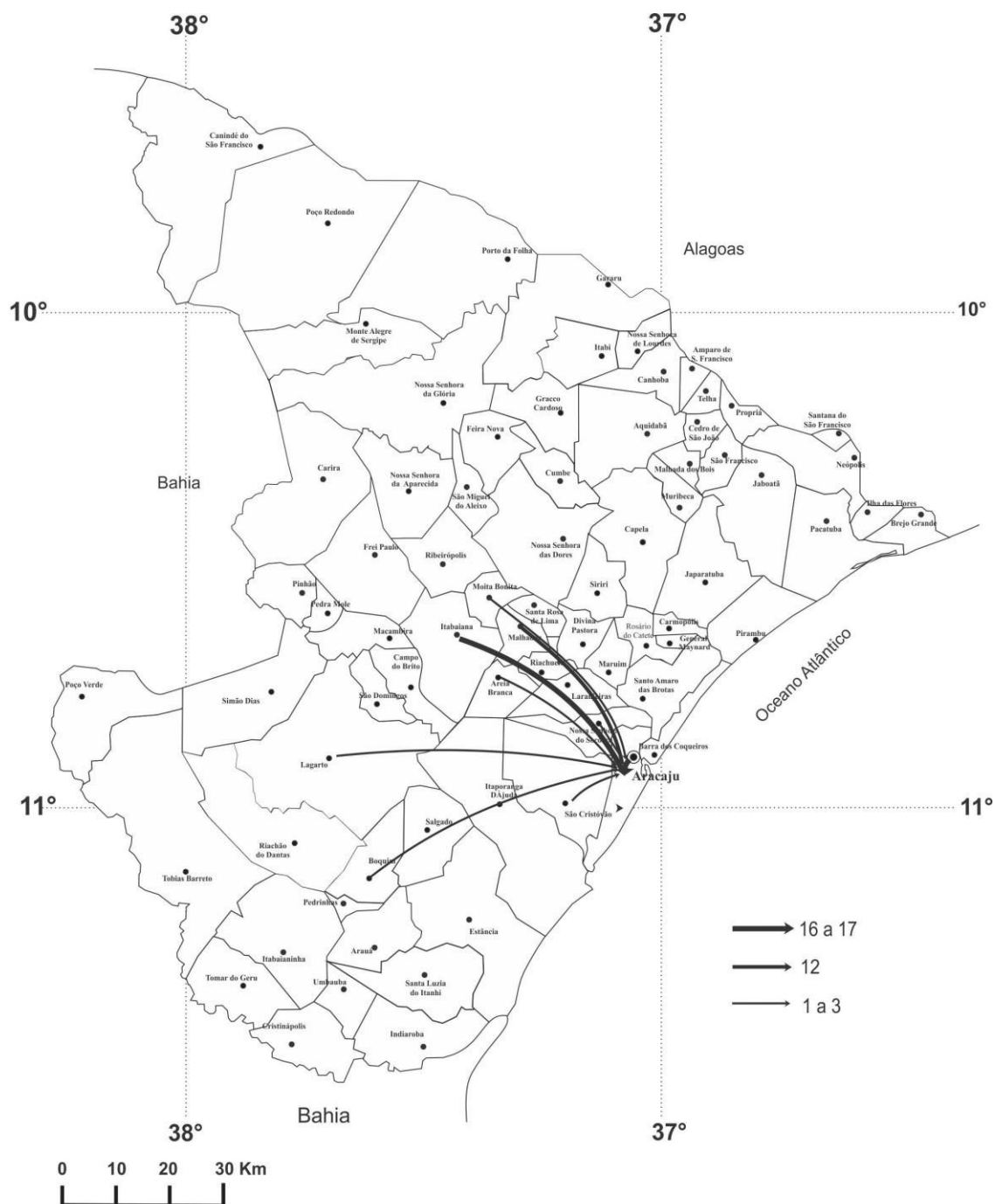
Tabela 13 – Mercadorias de Itabaiana vendidas no CEASA/Aracaju - 2007

Mercadoria	Quantidade comercializada (T)	Percentual
Alface	<u>13,058</u>	<u>79,17%</u>
Coentro	<u>14, 645</u>	<u>75,96%</u>
Batata-doce	<u>175,520</u>	<u>72,70%</u>
Cebolinha	<u>12,288</u>	<u>65,63%</u>
Quiabo	<u>42,640</u>	<u>53,10%</u>
Couve	<u>14,515</u>	<u>48,13%</u>
Maxixe	<u>26,900</u>	<u>46,79%</u>
Vagem	20,485	28,12%
Pepino	22,780	24,51%
Pimentão	25,880	20,12%
Berinjela	10,560	15,50%
Macaxeira	27,087	13,58%
Cenoura	24,450	11,67%

Fonte: EMDAGRO (2007).

Organização: Sheyla Silveira Andrade

Como foi visto no capítulo 1, 27% dos feirantes da referida feira são de Itabaiana e adquirem as mercadorias no Mercado de Itabaiana, 32% são de Aracaju, adquirindo suas mercadorias no CEASA/Aracaju e 22% são feirantes e camponeses de Malhador. Sendo que o Mercado de Itabaiana é o que mais se destaca em relação às mercadorias da feira do Castelo Branco, no fornecimento do grupo que compõem hortaliças, verduras e legumes e frutas. O CEASA/Aracaju se destaca no fornecimento no grupo que compõem as frutas. E no grupo das raízes e tubérculos se destacam os feirantes e camponeses de Malhador (ver Figura 21).



Fonte: Trabalho de Campo, 2011
 Organização: Sheyla Silveira Andrade
 Digitalização: Hunaldo Lima

Figura 21: Origem dos Feirantes na feira do Castelo Branco, Sergipe, 2011.

Segundo dados do Boletim de comercialização agrícola da EMDAGRO (2007), o CEASA/Aracaju comercializou no ano de 2007 frutas, hortaliças e raízes, etc. Do total comercializado predominam as frutas. “De modo geral, os produtos comercializados

apresentam procedência variável, normalmente de estados vizinhos à Sergipe, como é o caso da Bahia e Alagoas e também, de outros estados do Sudeste, como Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo” (CARVALHO, 2010, p.55-56) (Tabela 14).

Tabela 14 – Comercialização no CEASA/Aracaju

Mercadoria	Valor comercializado (em reais)	Comercialização (toneladas)
Frutas	<u>15.035.798,00</u>	<u>22.112,77</u>
Hortaliças	2.244.393,00	2.678,805
Raízes	1.984.755,00	2.244,224
Total	19.264.946,00	7.134.295,00

Fonte: EMDAGRO. 2007.

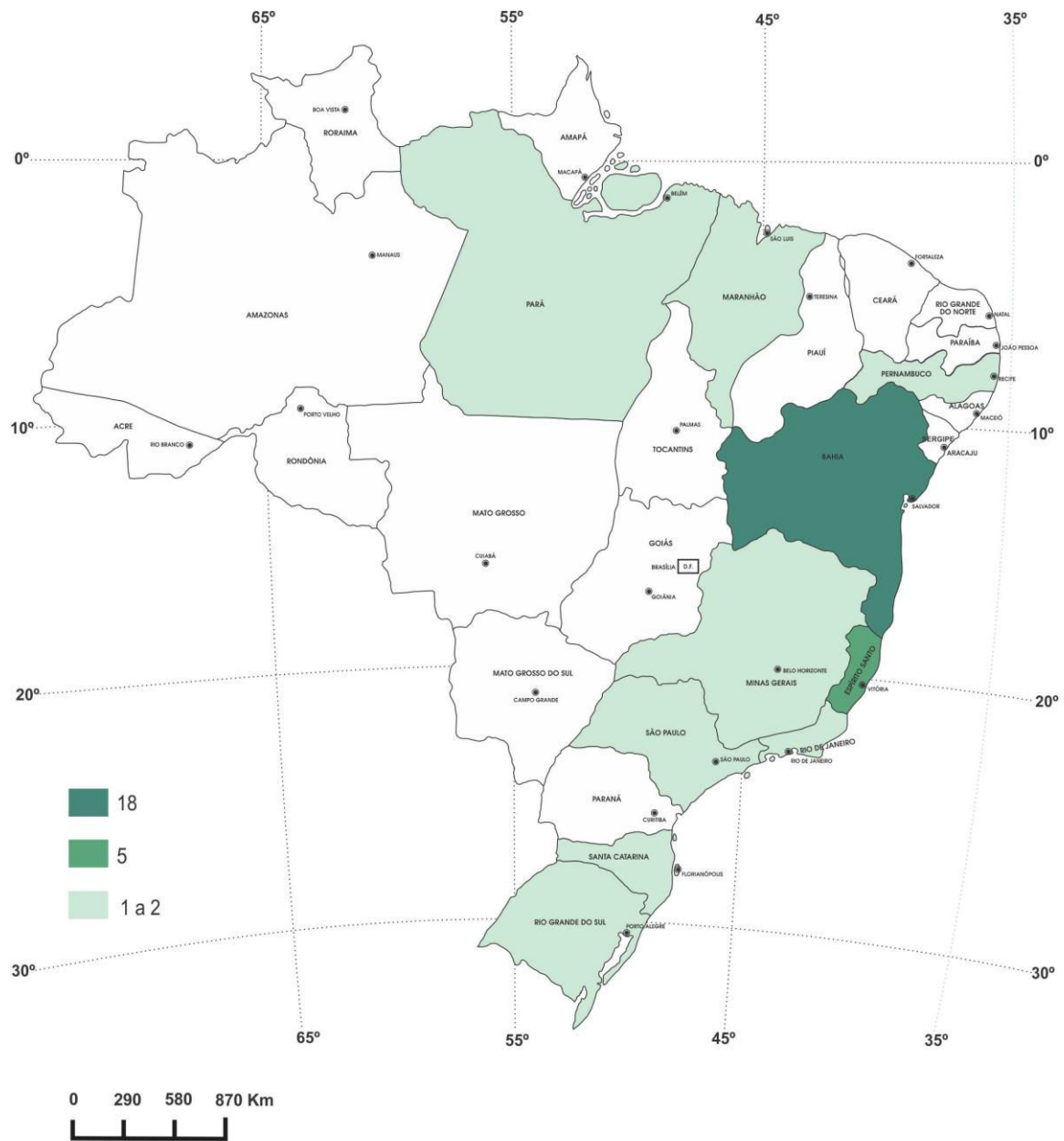
Organização: Sheyla Silveira Andrade.

De acordo com o trabalho de campo, constatado na fala dos feirantes, o grupo que compõem as hortaliças, verduras e os legumes (olerícolas) como pepino, uiabo, pimenta de cheiro verde, cebolinha, espinafre, hortelã miúda, repolho, maxixe, vagem, berinjela, abobrinha, chuchu, brócolis, pimentão, alface, beterraba, coentro, couve, tomate, cebola e batata-inglesa, estes três últimos são insuficientes, são produzidos, principalmente, em Itabaiana por pequenos produtores (ver apêndice A) (ver figura 22b).

Isso não impede a produção desse grupo de mercadorias por outros municípios, como, por exemplo, Canindé do São Francisco, que produz quiabo, Ribeirópolis, que produz pepino, Areia Branca que produz coentro e couve. Por isso, Santana (2005) afirma que as folhagens como alface, coentro e cebolinha, salsa e hortelão da grande e da pequena são produzidos e comercializados em vários municípios sergipanos (ver apêndice A) (ver figura 22b).

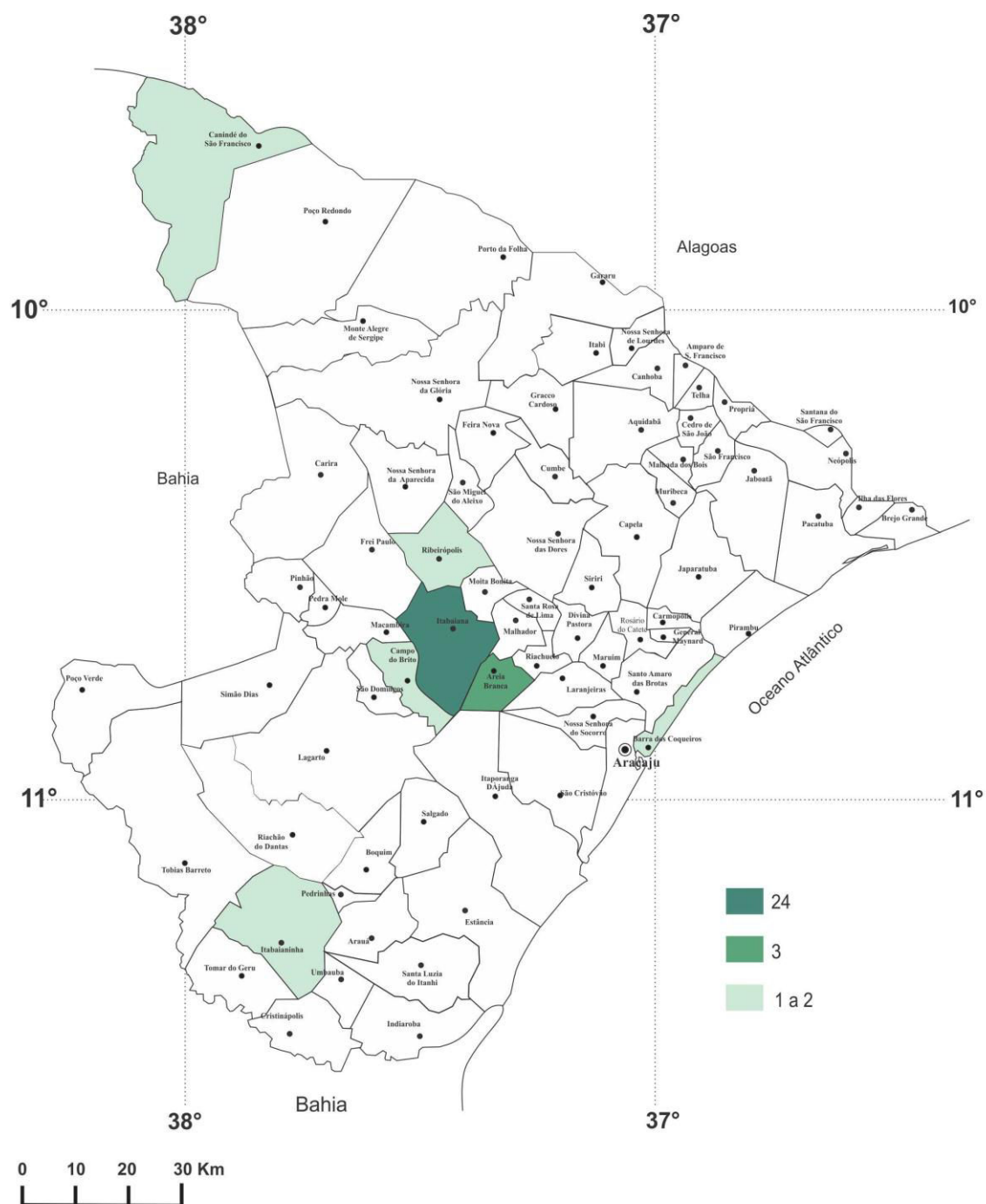
E até mesmo sua procedência seja de outros estados, como a abobora proveniente de Paripiranga/BA, etc.; o tomate proveniente de Irecê/BA, Jacobina/BA, etc.; a cebola proveniente de Juazeiro/BA, Irecê/BA, etc.; acelga proveniente de Santa

Catarina, Espírito Santo; cenoura proveniente de Irecê/BA, Salvador, etc.; beterraba proveniente de Irecê/BA, Salvador, etc.; berinjela proveniente da Bahia; chuchu proveniente de Pernambuco, Jabaquara/BA, etc.; a batata-inglesa é proveniente de São Paulo, Minas Gerais, Salvador etc.; e couve flor proveniente do Espírito Santo (ver apêndice A) (ver figura 22a).



Fonte: Trabalho de Campo, 2011
Organização: Sheyla Silveira Andrade
Digitalização: Hunaldo Lima

Figura 22a: Procedência dos diferentes tipos de Olerícolas na feira do Castelo Branco, Brasil 2011.



Fonte: Trabalho de Campo, 2011
 Organização: Sheyla Silveira Andrade
 Digitalização: Hunaldo Lima

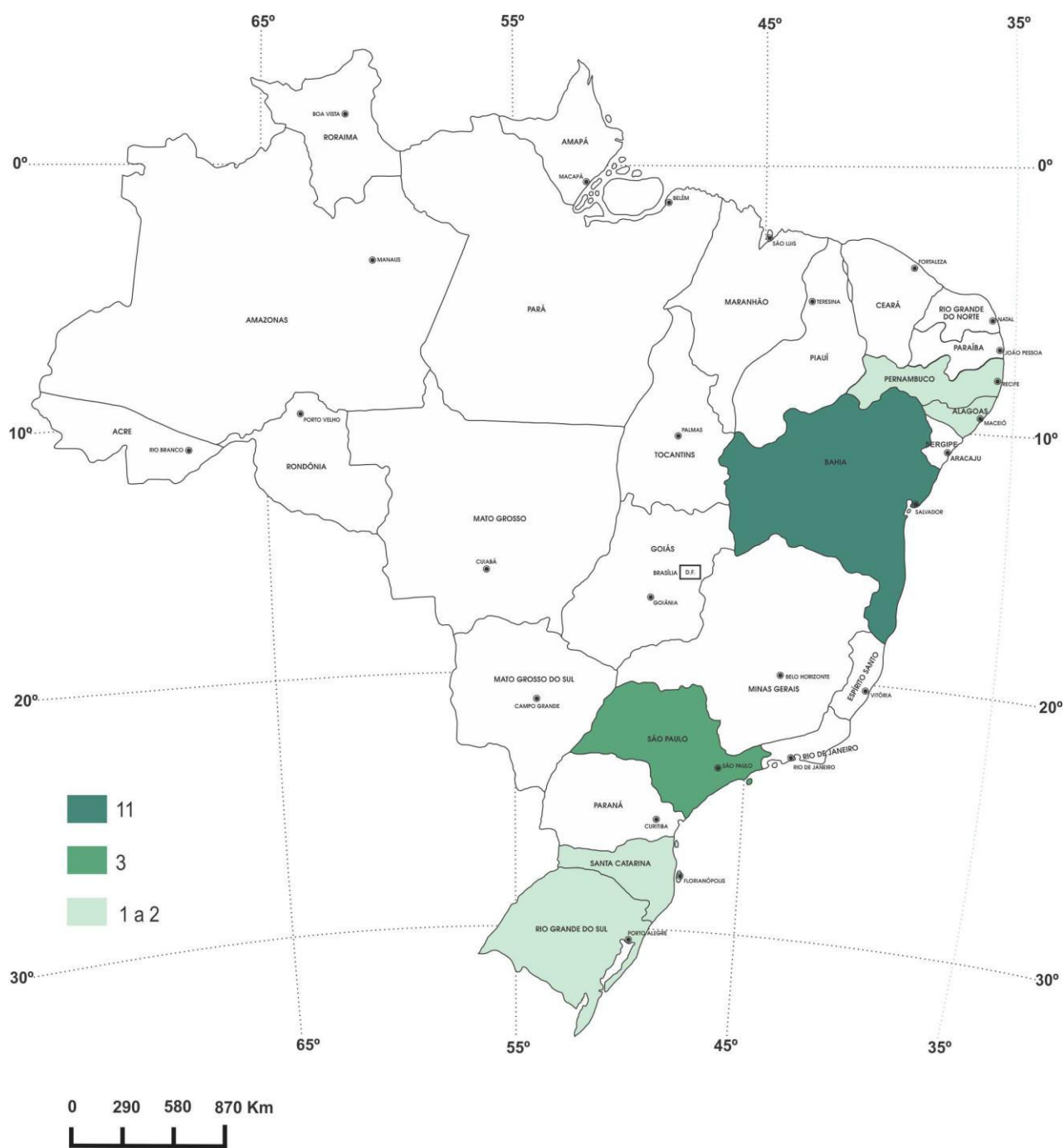
Figura 22b: Procedência dos diferentes tipos de Olerícolas na feira do Castelo Branco, Sergipe, 2011.

O grupo que compõem as frutas, como uva, goiaba, maracujá, mamão, tangerina, jaca, jenipapo, abacaxi, manga, abacate, pêra, maçã nacional, umbu, seriguela, limão, laranja, pinha, melancia, são provenientes geralmente de Juazeiro/BA. Isso se comprova através de pesquisa recente elaborada por Carvalho (2010), pois, as mercadorias, provenientes de Juazeiro/BA, Irecê/BA e Petrolina/PE, por exemplo, locais de importação de frutas, são produzidas pelo agricultor, “[...] que é trabalhador familiar e ator social responsável pelo repasse de sua produção para outros integrantes [...]” (2010, p.187). É interessante citar a fala de um caminhoneiro, em pesquisa de campo realizada no CEASA/Aracaju, que as mercadorias de Juazeiro/BA vendidas pela empresa atacadista, em que ele é funcionário, são uma parte produzida por camponeses, como é o caso do caju, da acerola e da pinha, e outra parte produzida por grandes proprietários com a incidência de trabalho assalariado inclusive, como é o caso da uva, da goiaba, da manga e da atemóia. É claro que isso não determina que a maioria das frutas produzidas em Juazeiro/BA sejam produzidas por grandes proprietários. Mas, comprova que nem todas as mercadorias são produzidas por camponeses.

As frutas também têm procedência de outros lugares como a uva de Petrolina/PE; a goiaba de Lagarto; o maracujá de Lagarto, Malhador, etc.; a melancia de Lagarto, Malhador, etc.; o mamão de Neópolis (platô de Neópolis), Umbaúba, etc.; a tangerina de Neópolis (Platô de Neópolis), etc.; o abacaxi de Aquidabã; a jaca de São Cristóvão; a manga de Neópolis (Platô de Neópolis), São Cristóvão, etc.; o limão de Neópolis (platô de Neópolis), Umbaúba, Boquim, etc.; a de Lagarto, Boquim, Umbaúba, etc.; o jenipapo de São Cristóvão, Malhador, etc.; a pera do Rio Grande do Sul; o umbu de Coronel João Sá/BA; a seriguela de Neópolis, etc.;(ver apêndice A) (ver figura 23a e 23b).

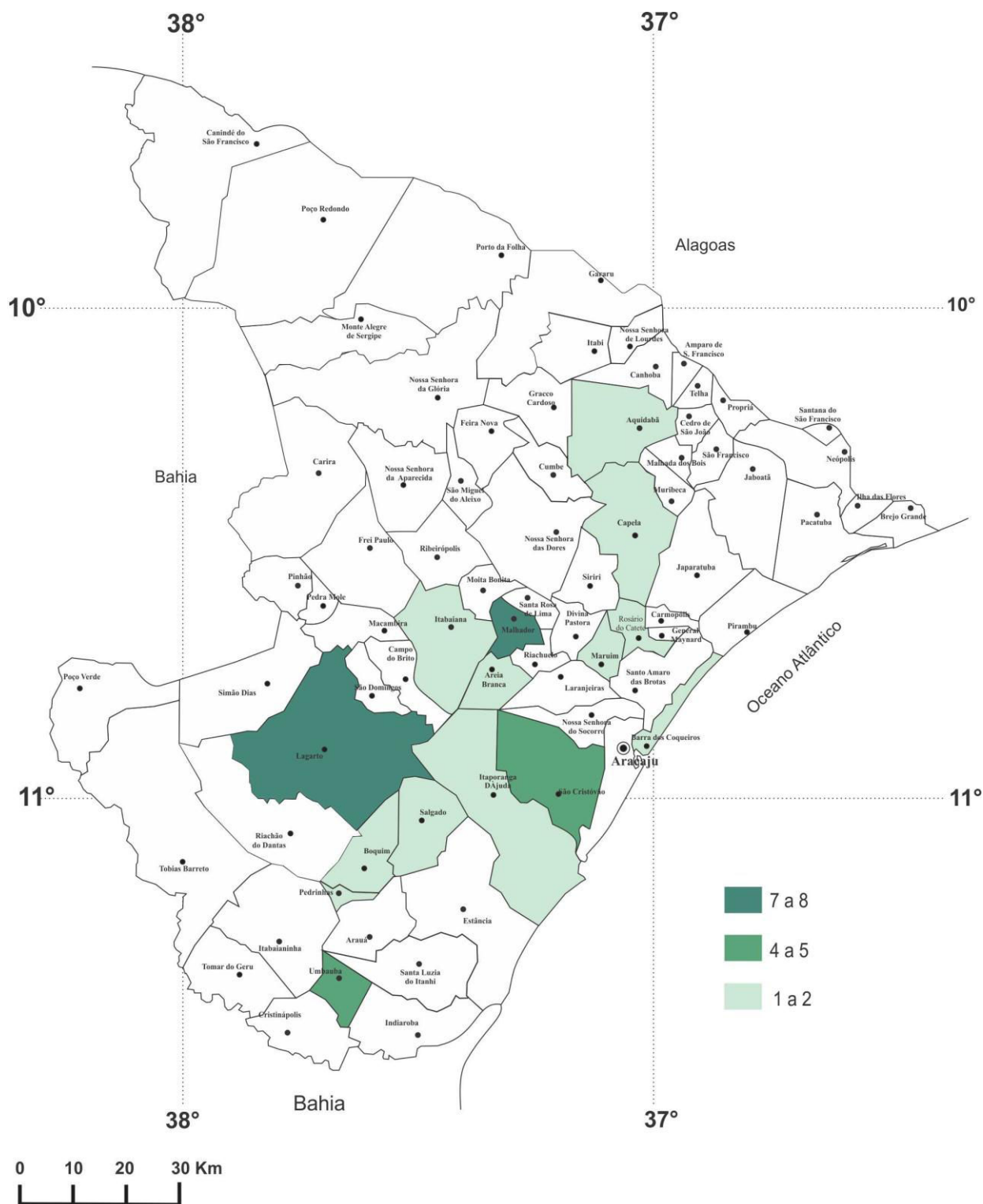
Apesar do abacate, alho e cebola não aparecerem no Censo Agropecuário sergipano, na feira se constatou um fato interessante, alguns feirantes afirmaram que a origem daquelas mercadorias vendidas em suas bancas serem procedentes, a primeira, dos municípios de Lagarto, Umbaúba e Itaporanga, e a segunda e terceira, de Itabaiana. (ver apêndice A) (ver Figura23a).

Entre outras frutas estão a acerola proveniente de Lagarto e Malhador, sem esquecer que se tratam de frutas vendidas especificamente na feira do Conjunto Castelo Branco, o melão Jeremoabo/BA, a banana de Malhador e São Cristóvão, a maçã importada de Santa Catarina, a maçã verde de São Paulo e a ameixa de Santa Catarina (ver apêndice A) (ver figura23a).



Fonte: Trabalho de Campo, 2011
 Organização: Sheyla Silveira Andrade
 Digitalização: Hunaldo Lima

Figura 23a: Procedência dos diferentes tipos de Frutas na feira do Castelo Branco, Brasil 2011.



Fonte: Trabalho de Campo, 2011
 Organização: Sheyla Silveira Andrade
 Digitalização: Hunaldo Lima

Figura 23b: Procedência dos diferentes tipos de Frutas na feira do Castelo Branco, Sergipe, 2011.

No grupo que compõem as raízes não foi observado, entre os que são vendidas somente por feirantes, tanto de Itabaiana quanto de Aracaju, a obtenção por parte destes, nos seus respectivos estabelecimentos fornecedores dessas mercadorias. Apenas em um caso foi constatado, entre os que são feirantes: a venda de uma mercadoria desse grupo, por um feirante de Itabaiana; sendo que o inhame vendido por este de procedência do estado de Pernambuco e a macaxeira do município de Malhador. Entre os feirantes de Aracaju predomina a venda de frutas. Já entres os feirantes de Itabaiana se observou um equilíbrio maior entre as frutas e as hortaliças, verduras e legumes (ver apêndice A) (ver Figura 24).



Fonte: Trabalho de Campo, 2011
Organização: Sheyla Silveira Andrade
Digitalização: Hunaldo Lima

Figura 24: Procedência dos diferentes tipos de Tubérculos na feira do Castelo Branco, Sergipe, 2011.

Quanto a procedência das raízes, vendidas geralmente na feira por aqueles que são camponeses e feirantes e são na sua maioria de Malhador, a macaxeira é de Malhador e Areia Branca, o inhame de Malhador e Moita Bonita, e a batata-doce de Campo do Brito, Ribeirópolis, Itabaiana e Malhador. (ver apêndice A) (ver Figura).

Não se pode afirmar que a origem de todas as mercadorias que circulam na feira do Castelo Branco são camponesas, tamanha é a dinâmica oferecida por aquelas e pelos atores sociais que determinam seu percurso. Mas, se pode afirmar que quando a produção geralmente é sergipana, o camponês é o principal produtor direto das mercadorias, fato esse constatado tanto na fala dos feirantes quanto em pesquisa de campo feita no CEASA/Aracaju. Além disso, as hortaliças, as folhagens, as raízes, também são produzidas por camponeses, como foi visto anteriormente.

3.5 – As Relações Socioespaciais travadas no lugar de troca da Feira do Castelo Branco.

Ao chegar à feira passávamos corriqueiramente pela barraca de pastéis de E. e o cumprimentávamos. Depois seguíamos para a barraca da feirante M., onde sempre nos divertimos muito. Como é de costume seu C. apareceu por lá, freguês assíduo e que desenvolveu um laço mais profundo do que a relação vendedor/comprador, do que a relação baseada na troca. Esta nesse caso é a baliza da relação, porém, não fica só nela, vai além, parte dessa relação reserva afetuosidades e jocosidades. Assim, a troca para o feirante dirige e mantém sua atividade muito mais em virtude da geração de renda, do que na busca de uma rentabilidade competitiva. Essa mesma relação num supermercado, local de compras ligado ao circuito superior da economia urbana, é mais formal, mecânica, padronizada, com o tempo mais rápido do capital. Onde a rentabilidade está baseada na acumulação de riqueza na esfera do capital comercial. “O lugar permitiria entender a produção do espaço atual uma vez que aponta a perspectiva de se pensar seu processo de mundialização. O lugar abre a perspectiva para se pensar o viver e o habitar, o uso e o consumo, os processos de apropriação do espaço” (CARLOS, 1996, p.15).

O caminho que se abre à análise é o pensar o cotidiano – onde se realizam o local e o mundial – que é tecido pelas maneiras de ser, conjunto de afetos, as modalidades do vivido, próprios a cada habitante produzindo uma multiplicidade de sentidos. Podemos buscar o lugar nas práticas mais banais e familiares, o que incita pensar a vida cotidiana segundo a lógica que lhe é própria e que se instala no insignificante, no parcelar, no plural (CARLOS, 1996, p.25).

Ou seja, a lógica da modernização, fruto da totalidade espacial, é filtrada, é particularizada, no lugar da feira, porém, tanto os feirantes quanto o fregueses dão um significado diferenciado nas relações socioespaciais ocorridas nesse espaço. “São as relações que criam o sentido dos “lugares” [...]. Isto porque o lugar só pode ser compreendido em suas referências, que não são específicas de uma função ou forma, mas produzidas por um conjunto de sentidos, impressos pelo uso” (CARLOS, 1996, p.22). Dessa forma, as relações socioespaciais travadas no lugar, na feira, trazem os sentidos baseados nas formas de uso dada pelo feirante, ou seja, o fato de haver um laço de cumplicidade entre o freguês (C.) e as feirantes M. e D., duas das mais antigas da feira, comprova isso. Sempre quando ele chega é chamado de meu amor ou outras palavras carinhosas; foi percebido que essa prática se dá não somente com esse freguês, mas, também com outros, pelo menos por parte da primeira.

O dialogo a seguir demonstra a cumplicidade entre freguês e feirante:

__ D.: pode comprar caldo de cana e pastel para mim.

__ C.: esse copo está horrível.

__ D.: você é mais feio, mas, está passando.

[...] feira livre é a pessoalidade nas relações entre feirante e consumidor, que adentra pelo lado afetivo e chega a estabelecer laços de prolongada amizade e fidelidade mútua, alto impensável no sistema de alto serviço. É comum o feirante orientar o freguês quanto à qualidade, à natureza e ao uso recomendável de determinado produto. O dialogo é um elemento constante no cotidiano das feiras (JESUS, 1992, p.114).

Em outro diálogo essa mesma feirante utiliza-se dos laços de amizade como estratégia de produção de existência quando pede a C. que ele chame certo cliente que está um pouco distante, mas, ao alcance da sua visão. Seu C. vai até lá, chama a atenção do freguês e de longe este acena dizendo que hoje não vai efetuar nenhuma compra. Assim, foi perguntado qual o suposto interesse por aquela pessoa e D. falou “que aquele era freguês que tem dinheiro e faz boas compras”.

Entra outro freguês na barraca de M. e comenta do aniversário de um parente, uma conversa prozaica e familiar sobre as famílias de ambos. O que se observa nesse momento é que a relação baseada na troca novamente serve somente de baliza, pois, a relação vai além da troca. Apesar de a troca mediar à relação se observa que o tempo nesse momento não é o do capital, é o tempo das conversas aparentemente banais do ser humano, o tempo da vida, o tempo da preocupação do bem estar do outro, do reconhecimento inconsciente da sua igual condição como ser humano em relação ao

outro, da sua natureza. Ou seja, a lógica de mercado dos feirantes está ligada ao atendimento de suas necessidades básicas de consumo e não a acumulação de riqueza. E por isso a feira é tão importante na manutenção de relações sociais que fogem ao conteúdo de outras relações sociais mais ligadas a lógica de acumulação, apesar de ser uma atividade ligada diretamente ao mercado.

O feirante, situado na rua da feira, faz parte de um grupo que se apropria do lugar, que realiza um espaço-tempo diferente e igual à lógica que lhe é imposta; uma apropriação que ao mesmo tempo em que se baseia no valor de uso se baseia também no valor de troca (valor). Ou seja, ao mesmo tempo em que ele abre espaço para as afetuosidades, para a produção da sua existência, para o diálogo com o outro, para as jocosidades, ele vende a mercadoria, realização da mais-valia no futuro consumo.

Assim, o que se observa é que na feira as sociabilidades se dão em diferentes simbologias, se comparadas ao contexto do espaço urbano e até mesmo a outros equipamentos de varejo como o supermercado ou shopping. “[...] as sociabilidades [...] são visibilizadas como um conjunto de apropriações, [...], discursos [...], e representações sobre determinados espaços, territorializados pelas ações conduzidas por grupos sociais” (MORAIS e ARAÚJO, 2006, p.246).

Atinente as territorialidades urdidas na feira livre [...], percebe-se que estas são simbolizadas por uma multiplicidade de atos, gestos, movimentos e dizeres, tecidos pelos atores sociais que frequentam e transitam pelos labirintos da feira (MORAIS e ARAÚJO, 2006, p.246).

Nessas sociabilidades, os atores sociais ao representarem os espaços, simultaneamente, apropriam-se destes, imprimindo usos e significados. Ao se apropriarem dos espaços, os sujeitos sociais constroem os territórios, imbuídos de relações de poder. Essa apropriação acontece de forma simbólica e concreta, e pode ser individual ou coletiva, sendo dimensionada por várias operações humanas. No caso do espaço da feira livre, este é apropriado de diversos modos, com destaque para as atividades do setor informal e, conseqüentemente, terciário (MORAIS e ARAÚJO, 2006, p.248).

Além disso, é preciso explicar a existência de uma indeterminação dos símbolos e dos signos quanto a sua interpretação por diferentes grupos e classes sociais no espaço. Dessa forma, HAESBAERT (2006, p.86-87) explica que “[...] por suas conexões naturais e históricas virtualmente ilimitadas, o significante ultrapassa sempre a

ligação rígida a um significado preciso, podendo conduzir a lugares totalmente inesperados”. Assim, um mesmo espaço de referência pode revelar diferentes significações de acordo com a apropriação a partir dos ideários, do simbólico, que se faça dos seus signos, sendo que o mesmo sentido atribuído pelos diferentes grupos e classes dominantes pode ser reinterpretado de outra forma por diversos grupos nas cidades. Assim, é que a rua torna-se para o feirante durante sua produção material de existência uma meio de trabalho, uma forma de sobrevivência, como disseram os entrevistados.

Para Sato (2007, p.96) as pessoas em interação simbólica são as construtoras dos processos organizativos. Ela continua “não são, entretanto, construtoras que têm diante de si a liberdade incondicional para fazer o quê e como quiserem. São pessoas situadas em lugares, defrontando-se com regras, valores, projetos e metas definidos de modo autônomo ou heterônomo; são pessoas posicionadas em degraus hierárquicos diferentes ou não; com maior ou menor amplitude de poder para definir os rumos do que se pretende organizar, os objetivos da empreitada bem como os caminhos adotados. Vale lembrar, ainda, que são interações simbólicas desenroladas tendo-se em vista a dimensão técnica à disposição (equipamentos, máquinas, procedimentos etc.) e o ambiente socioeconômico e cultural no qual se insere”.

Por conseguinte, as conversas familiares, as sugestões de compra das mercadorias por parte do feirante, a pechincha no preço por parte do freguês, contribuem para que a feira se constitua num espaço privilegiado em que os feirantes têm um o nome a zelar para que seu cliente volte sempre. Foi como se observou na barraca de Meire, em que ela notou a insatisfação de determinada freguesa porque não havia o suficiente de mercadoria para esta última, a preocupação da feirante foi imediata no que diz respeito a fidelidade da freguesia, ela pediu nesse momento que a sua vizinha de barraca a lembrasse próxima semana, que guardasse mercadoria o suficiente.

Assim, pudemos estabelecer conversas, descobrir jocosidades, experimentar seus gêneros, e até mesmo encontrar pessoas que, um dia, fizeram parte de nosso dia a dia e que há muito não víamos. Diferente do sentido que a rua costuma ter, como lugar somente de circulação de mercadorias, automóveis, etc., como “sentido de fim em si mesma (realização da mercadoria), como sentido do mercado/ aquele vinculado a troca” (CARLOS, 1996, p.89), a rua passa a ter o “sentido do encontro” (CARLOS, 1996, p.90).

A feira é onde se conversa sobre tudo desde religião, passando por lembranças travessas na infância até a sexualidade das pessoas. As convenções sociais, muitas das regras padronizadas de comportamento parecem ser um pouco quebradas, pois, é na informalidade que se pode falar sobre sexo, gritar, falar piadas de duplo sentido, etc.; o que poderia ser grosseria em outros ambientes. Por exemplo, quando chegamos à ambientes formais como igrejas, casas de famílias, até mesmo supermercados, shopping center, etc., soaria um tanto grosseiro para quem está ouvindo falar coisas consideradas deselegantes. Sempre somos polidos nesses locais, nos policiamos quanto ao comportamento, o que é definitivamente enfadonho.

Para isso, um palco é criado: a chegada dos feirantes na madrugada trazendo seus equipamentos, mercadorias e montando suas bancas vai, paulatinamente, construindo também suas vitrines. Após algumas horas um espaço protegido, circunscrito pelas bancas, dá o substrato para os fazeres e interações sociais que ali têm lugar. Esse palco funciona como uma marcação para que os desvios de sentido dos fazeres, das interações e das práticas sejam evitados. Assim, chamar as freguesas de “linda”, “menina” e “minha querida” não significa que os feirantes as estejam galanteando (SATO, 2007, p.97).

Essa criatividade se dá tanto nas bancas, através da arrumação das mercadorias, quanto nas falas, através das falas inusitadas dos feirantes. A exemplo das falas está a fala bem peculiar de uma senhora quando ela se refere a uma de suas mercadorias: “tangerina doce como mel é sete por um real”. Sobre a arrumação percebe-se na feira a não padronização das mercadorias, ou seja, a disposição das mesmas em pratos de isopor envolvidos com papel filme não é observado, como nos supermercados.

O uso do espaço na feira se dá a partir da apropriação daquele através corpo, todos os sentidos são acionados no momento em que o feirante chama a suas barracas os fregueses. A audição do freguês é intencionalmente aguçada a partir das diversas falas criativamente e eventualmente esboçadas. Gritar na feira é prática comum entre os feirantes, pois, se eles não gritam divulgando suas mercadorias com preços promocionais gritam entres eles com intenção de tornar o trabalho mais divertido e menos penoso. Ou seja, a visão foi outro sentido utilizado nessa barraca como forma de atrair os fregueses. Não somente acessórios chamam a atenção do cliente através da visão, mas, também a disposição das mercadorias; muitos feirantes põem suas mercadorias em cima de caixotes a frente de suas barracas, o que as tornam mais visíveis. Porém, um feirante chamado Edson disse que vê ou outra isso pode provocar

conflitos entre os feirantes, os meninos do carregio e os fiscais. Dona M. feirante antiga “olha fulano de tal recolhendo o caixote mais para dentro da barraca”. Quando a mesma afirmou isso o fiscal estava se aproximando:

Numa feira livre a estética é determinada, também, por sua sonoridade que preenche o espaço de rua com a voz e a performance corporal dos feirantes, que divulgam seus produtos provocando os fregueses a manter ou mudar seu percurso, atentando para algum produto em especial ou para uma promoção inusitada (ALMEIDA, p.43)

A utilização das falas, das vozes, das mãos, dos olhos, pelo feirante, o tempo todo a chamar a atenção da freguesia, torna a feira uma das mais belas formas de comércio a varejo. “É através do corpo, de seus sentidos que ele constrói e se apropria do espaço e do mundo. O lugar é a porção do espaço apropriável pela vida – apropriada através do corpo – dos sentidos – dos passos dos seus moradores, é o bairro, é a praça, é a rua, [...]” (CARLOS, 1996, p.15), é a feira. Estes são “espaços do vivido, apropriados através do corpo –, espaços públicos, divididos entre zonas de veículos e a calçada de pedestres dizem respeito ao passo e a um ritmo que é humano e que pode e fugir ao tempo da técnica” (CARLOS, 1996, p.22). Que pode fugir, apesar do espaço urbano reduzir as expressões do habitante, da disciplina do trabalho e encontra como contraponto o ambiente das feiras, espaço de ócio e de lazer.

Outra observação interessante é que na feira pequenos furtos é uma prática feita por alguns fregueses que se encontram circulando na feira. O que foi observado primeiro na barraca de Edson que havia um menino chupando cana sem sua permissão. O feirante se encarregou de chamar a atenção e dizer que aquela cana lhe custará dinheiro. Outro momento foi amendoim numa outra barraca. Meire me relatou que é no fim da Feira ocorrem promoções, porque a perspectiva de venda diminui e eles provavelmente não querem voltar com mercadorias para casa.

Por conseguinte, inserir-se de forma vantajosa nos espaços não é uma opção estratégica que signifique está apto a agir diante das ínfimas oportunidades colocada pelo mercado, nem deixar que este como mão invisível vá sanar os problemas locais de uma determinada população. É incitá-la a tomadas de decisão a partir do local, ou seja, construindo espaços alternativos. Deixando claro que a democracia representativa, que é a própria forma de definir a realidade a partir de terceiros, ao invés de nos mesmo, não

representa os interesses da população. Porém, é no lugar que se dá um passo importante para atender as necessidades imediatas da população.

A importância da implantação dos espaços alternativos, espaços onde são projetadas em comum coisas contrárias a interesses de outrem (no caso, classe dominante), são importantes para a difusão da resistência, de uma população que se encontra distante, no que diz respeito da tomada de decisões, da realização dos seus interesses imediatos. Esses espaços podem ser utilizados de forma estratégica, pois, são concebidos a partir da lógica vigente, mas também podem ser aproveitados como espaços para diminuição da exploração do trabalho através de ações coletivas por parte dos interessados.

Considerações Finais

Como foi observado em toda a explanação as relações de exploração do trabalho permeiam boa parte da existência do ser humano. Desde que começou a existir a troca baseada no produto pelo produto, que o ser humano vai deixando gradualmente de pensar somente no usufruto do seu trabalho, até chegar aos dias atuais, onde o excedente gera a acumulação de riqueza e a miséria do outro através da exploração do trabalho. Nesse processo, criou-se classes sociais, desde que grupos começaram a controlar o excedente do trabalho, este que já não mais se direciona a manutenção da comunidade, através da posse em comum tanto da terra quanto de todos os meios de produção, mas a apropriação do capitalista para acumulação de riqueza.

Ainda, segundo Mészáros (2002, p.101), as unidades básicas das formas antigas de controle sociometabólico eram caracterizadas por um grau elevado de auto-suficiência no relacionamento entre a produção material e seu controle. Isso se aplica não apenas as comunidades tribais primitivas, mas também a economia doméstica das antigas sociedades escravistas e ao sistema feudal da idade média. Quando esta auto-suficiência se quebra e dá lugar a conexões metabólicas/reprodutivas mais amplas, já estamos testemunhando o vitorioso avanço do modo de controle do capital, trazendo consigo, no devido tempo, também a difusão universal de alienação e reificação.

Assim, um passo importante para o rompimento dessa auto-suficiência foi o desenvolvimento da economia mercantil e com isso a ampliação do espaço de

circulação das mercadorias, com o qual vão sendo ultrapassados os estreitos limites da economia natural, em que o homem viveu durante milênios.

A auto-suficiência se constitui num dos principais entraves para o desenvolvimento do comércio na Idade Média. Pois, como havia um baixo nível de trocas comerciais, não havia a necessidade de produção de excedentes em grande escala. Neste contexto, o campo era a única fonte de subsistência e de riqueza. Assim, o principal elemento para o desenvolvimento tanto do comércio quanto das feiras foi precisamente a expansão dos excedentes agrícolas produzidos no contexto de uma economia de caráter feudal.

A importância da feira nesse contexto se dá porque ela foi o local onde os primeiros humanos exercerem trocas de mercadorias excedentes. Aí está a destacada relevância que tiveram as feiras no que concerne ao desenvolvimento do fator comercial. Além disso, nesses locais de troca surgiram as primeiras aldeias e posteriormente as primeiras cidades. Posteriormente, já na cidade mercantil se deu a entrada da praça de mercado no interior das muralhas das cidades controladas pelos mosteiros ou castelos, incentivadas pelas feiras locais e regionais de artigos de luxo em diversas escalas.

Dentro desse processo uma das principais instituições a se desenvolver foi o mercado. A princípio o mercado confunde-se com a feira e são o embrião de um mercado que se tornará complexo e sofisticado; onde as mercadorias passarão a ser vendidas em estabelecimentos permanentes e as feiras predominarão como forma de comercialização temporária e em estabelecimentos móveis. Esse mercado mais complexo é aquele que se subentende uma abstração, ele não apresenta uma concretude, diferente do que ocorre com o mercado ou mercado periódico que possuem algumas características de feira, onde se observa um número concreto de compradores ou vendedores, como ocorria no processo de formação do mercado mais complexo.

Outro momento importante foi a descoberta da América e do caminho para as Índias Orientais no fim do século XV, onde o comércio mundial sofre uma expansão e o espaço antes restrito se amplia. Aos poucos se dá a extensão das relações sociais (especialização) travadas no espaço europeu para outras partes do mundo; sendo que aquelas são reflexos das relações de produção determinadas pelo um novo modo de produção que ia aos poucos se configurando: o capitalismo.

Não resta dúvida que esse momento foi importante para o maior desenvolvimento do comércio e para o processo que vinha se realizando na transição entre o modo de produção feudal e o modo de produção capitalista na Europa; fato esse importante para o desenvolvimento das feiras, tanto que elas foram exportadas para alguns das colônias européias, como o Brasil.

No Brasil, secundariamente aos engenhos ampliou-se o comércio de gado que se difundia pelo interior nordestino. O comércio de gado se constituiu como atividade criatória e foi responsável pela ocupação do interior nordestino no século XVII, inúmeros núcleos se surgiram ao longo dos caminhos de gado, o que influenciou a formação de praça de mercado e das feiras livres como conhecemos recentemente.

Assim, dois fatos importantes atestam que não houve feira de gado em Aracaju, diferente de outras cidades do nordeste; de um lado porque estando o desenvolvimento da pecuária atrelado à região semiárida e ao agreste, supõe-se que não é possível ter existido feira de gado em Aracaju, pois esta se localizava na zona da mata. Sendo que a região semi-árida e o agreste são estreitamente ligados às ocorrências da zona da mata litorânea, dela sendo sempre um prolongamento, ante as pequenas distâncias que as separam em consequência do pequeno tamanho de Sergipe. Por outro lado segundo Araújo (2008, p.19) porque “[...] Aracaju não foi uma cidade pensada aos moldes das antigas cidades coloniais, [...], ou seja, apesar da mudança da capital ter sido impulsionada principalmente por motivos econômicos ligados a melhoria do escoamento de seus gêneros agrícolas, ela não se desenvolveu diretamente ligada a terra e aos seus senhores”. A classe que se desenvolveu em Aracaju, principalmente a partir da segunda década do XIX, foi a dos comerciantes que eram capitalistas, não mais diretamente ligados a terra, mas sim a distribuição de produtos que vinham da zona rural (ARAÚJO, 2008, p.19).

Por conseguinte, a periodicidade é parte inerente dos mercados periódicos, que, em sua maioria absoluta, se realizam em apenas um dia da semana. Isso porque o mercado periódico existe para aumentar o número de consumidores capaz de permitir a sobrevivência econômica de pequenos comerciantes, ao tempo em que melhora a vida das pequenas cidades que tem comércio insuficiente e são incapazes de manter estabelecimentos maiores e bem diversificado. Se a cidade já pode manter mercado permanente e diversificado, o mercado periódico não tem as características que lhe são

peculiares: a capacidade de mudar, completamente, a vida do aglomerado durante um dia, de criar um ritmo próprio na existência da localidade. É o que acontece com Aracaju, onde apesar de a feira guardar algumas características de mercado periódico, ela não é mercado periódico porque o comércio dessa cidade tanto supre a necessidade da população que nela reside quanto da população do estado de Sergipe em relação aos serviços, as funções administrativas e as comerciais, que as demais cidades sergipanas não possuem.

Assim, quanto mais importante for a cidade, em termos de centralidade, maior será a importância da sua feira, importância esta determinada de acordo com o número de participantes e a área de atuação. Em contraposição, quanto menor a cidade em termos de centralidade, maior será a importância do seu mercado periódico semanal para a vida urbana. Nesse caso, para muitas pequenas cidades nordestinas, o dia que o mercado ocorre é o dia em que o pequeno núcleo passa a exercer alguma centralidade.

Por conseguinte, na feira do Castelo Branco observou-se, muitas características do circuito inferior, a saber: trabalho intensivo; organização primitiva; capitais reduzidos; emprego volumoso; trabalho assalariado não-obrigatório; mercadorias submetidas à discussão entre comprador e vendedor (pechincha); publicidade nula; etc.

Saindo do aspecto mais visível, da paisagem, podemos analisar as feiras sob a totalidade em que ela está imersa. As feiras estão inclusas na esfera da circulação, aonde a produção camponesa chega já em forma de mercadoria. Esta que chega a feira obedece ao processo de acumulação de riqueza no capitalismo: produção, distribuição, circulação e consumo; ressaltando suas especificidades. A produção é uma etapa fundamental na transformação de trabalho objetivado em mercadoria ou produto (depende de quem a produziu). Sem essa etapa não é possível analisar as demais, principalmente a circulação, onde a feira está posicionada, e a diversidade da produção é bastante visível. A produção do campo pode ser efetivada pelo trabalho dos camponeses ou através do trabalhador assalariado do campo. No primeiro o camponês poderá dispor seus produtos diretamente nas feiras ou passar para aos intermediários-atacadistas, neste caso a exploração do trabalho se dá através do capital comercial, e para o trabalhador assalariado a exploração do trabalho se dá a partir de grandes empresas localizadas no campo que distribuem mercadorias, os hortifrutigranjeiros.

Com relação aos atacadistas, agentes da distribuição, personificação do capital comercial, eles estabelecem os preços, pois seguram a mercadoria controlando os preços dentro e fora da estação. Como o atacadista tem condições de armazenamento e

comunicações, estão em muito melhores condições que o produtor e o intermediário para comprar e vender. Porém, essa superexploração aparece como lucro para o capitalista comercial, aparece apenas como um dos diversos aspectos do processo econômico; quando na verdade é trabalho não-pago ao camponês que produziu as mercadorias.

Assim, a forma essencial de capital que subordina a produção camponesa, então é a do capital comercial. A partir daí, o capitalista entra no circuito do capital como proprietário de mercadorias, posição determinada pela distribuição, no caso aquele é o intermediário-atacadista tanto do Mercado de Itabaiana quanto do CEASA/Aracaju.

Além disso, o trabalho de campo junto aos feirantes, atacadistas e a pesquisa bibliográfica, etc. serviram para comprovar que o trabalho embutido nas mercadorias vendidas na feira do Castelo Branco é em grande parte camponesa. Não se pode afirmar que todas as mercadorias que circulam na feira do Castelo Branco são camponesas, seria muito perigoso, tamanha é a dinâmica oferecida por aquelas e pelos atores sociais que determinam seu percurso. Mas, se pode afirmar que quando a produção geralmente é Sergipana, o camponês é o principal produtor direto das mercadorias, fato esse constatado tanto na fala dos feirantes quanto em pesquisa de campo feita no CEASA/Aracaju. Além disso, as hortaliças, as folhagens, as raízes, também são produzidas por camponeses, como foi visto anteriormente.

Por isso que a inserção do camponês no mercado torna-se uma falácia já que este está para o capitalista. Pois, este vive da exploração do trabalho do outro e através do sistema produtor de mercadorias efetiva todo o trabalho não pago ao trabalhador na esfera da produção. Como a produção camponesa é concebida de outra forma, ou seja, não-capitalista, o capital encontrou mecanismo de subordinar a sua produção. Então, o processo contraditório do desenvolvimento do capitalismo se faz através da sujeição da renda da terra ao capital, quer pela compra da terra para explorar (através da extração da mais-valia, ou seja, trabalho não-pago aos proletários rurais) ou vender, quer pela subordinação à produção do tipo camponesa. Além disso, é o capital financeiro (através da cobrança de juros altos ao camponês, quando este toma empréstimo pelo PRONAF, por exemplo), o capital industrial (na venda de insumos, fertilizantes, etc.) e o capital comercial (personificado no intermediário-atacadista) que são os beneficiários de todo o processo por onde percorre a produção camponesa.

Referências Bibliográficas:

ABRAMOVAY, Ricardo; e PIKETTY, Marie-Gabrielle. “Política de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): resultados e limites da experiência brasileira nos anos 90”. In Cadernos de ciência e tecnologia. Brasília, 2005.

ALMEIDA, Shirley Patrícia Nogueira de Castro e. Fazendo a feira: estudo das artes de dizer, nutrir e fazer etnomatemático de feirantes e fregueses da Feira Livre do Bairro Major Prates em Montes Claros – MG, Dissertação de mestrado, UNIMONTES, Montes Claros, 2009.

ANGULO, José Luis Gutiérrez. “Mercado local, produção familiar e desenvolvimento: estudo de caso da feira de Turmalina”. In O.R. & A. Revista de Administração da UFLA – v.5 – n.2. Vale do Jequitinhonha, MG, Julho/dezembro 2003.

ALTVATER, Elmar. “Existe um marxismo ecológico”. In A teoria marxista hoje. Organização: Atílio A. Boron, Javier Amadeo e Sabrina Gonzáles. 1ª edição. 1ª reimpressão. Consejo Latino americano de Ciencia Sociales. CLASCO. Buenos Aires, 2006.

AMÉRICO, Jonathan; ALMEIDA, Hugo Rego; ARRUDA, Philipe; e CLEPS, Geisa Daise Gumiero. “Feiras livres na cidade de Uberlândia (mg): caracterização de um espaço diversificado de consumo”. In II simpósio regional de geografia. Universidade federal de Uberlândia – instituto de geografia. “*Perspectivas para o cerrado no século XXI*”. 26 a 29 de novembro de 2003.

AMIM, Samir; e VERGOUPoulos, Kostas. A questão agrária e o capitalismo. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1977.

ANDRADE, Manoel Correia de. A terra e o homem no Nordeste. Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. Cortez editora. 7ª edição revista e ampliada. São Paulo, 2005.

ANDRADE, Sheyla Silveira. “A educação ambiental na desconstrução da dicotômica relação sociedade-natureza: uma nova representação”. In Encontro Sergipano de Educação Ambiental. UFS. São Cristóvão, 2008.

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. Coleção mundo do trabalho. Boitempo editorial. 1ª edição 1999. 8ª reimpressão 2006. São Paulo, 2006.

_____. A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels. Ricardo Antunes (org.). Expressão popular. 1ª edição. São Paulo, 2004.

ARAÚJO, Cleverton santos. “*Imagens da memória: fotos antigas do Aracaju*”. (1900-1950), monografia de História, UFS, São Cristóvão, 2004.

ARAÚJO, Eraldo Vasconcelos de. As vias de comércio no tabuleiro de xadrez (A praça comercial de Aracaju 1855-1910), monografia de História, UFS, São Cristóvão, 2008.

ARAÚJO, Marcos Antônio Alves de. “A feira livre no sertão do Seridó potiguar: dos territórios construídos aos lugares praticados”. In Mneme revista de humanidade v. 08. n. 21. Publicação do departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de ensino superior do Seridó – campus de Caicó. Caicó, 2006.

ASSIS, Lenilton Francisco de; e ARAÚJO, Francinelda Ferreira de. “A centralidade do comércio na cidade pequena nordestina: o caso da feira livre de Varjota (Ceará/Brasil)”. In Scripta Nova. REVISTA ELECTRÓNICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES. Vol. XIII, núm. 294. [Nueva serie de Geo Crítica. Cuadernos Críticos de Geografía Humana]. Universidad de Barcelona. Barcelona, 1 de julio de 2009.

BESSA, Vagner de Carvalho; TURPIN, Maria Elena; e SINDER, Mauro. “Estrutura econômica e tecnológica do comércio”. In São Paulo em perspectiva. São Paulo, 1999.

BRITTO, Júlia Rosa Castro. Representações dos Trabalhadores da Feira Livre de Camaçari - Bahia: 1970-2007, Dissertação de Mestrado, UNEB, Bahia, 2007.

BROMLEY, R.J.; SYMANSKI, Richard; e GOOD, Charles M. .“Análise racional dos mercados periódicos”. In Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, 42 (1), jan./mar. 1980.

_____. “Os Mercados nos Países em desenvolvimento: Uma Revisão”. In Revista Brasileira de Geografia, Ano 42, n.7, v.8. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

CABRAL, Mário. Roteiro de Aracaju. Livraria Regina Limitada. Aracaju, 1955.

CALASANS, José. Aracaju: contribuição a história da capital de Sergipe. Aracaju, s/l, 1942.

CARLOS, Ana Fani. “A questão da cidade e do campo: teorias e política”. In Mercator –Revista de Geografia da UFC, ano 03, número 05. UFC. 2004.

_____. O lugar no/do mundo. Editora Hucitec. São Paulo, 1996.

_____. Espaço e indústria. Coleção repensando a Geografia. Editora Contexto. São Paulo, 2001.

CARVALHO, Gisélia Lima; WENDLAND, Simoni Miriam; e GUIMARÃES, Ana Maria Mota. “O impacto da feira hippie no setor turístico-hoteleiro de Goiânia”. In Boletim goiano de geografia, vol. 27, nº. 3, 2007. Disponível em <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/bgg/issue/view/602/showToc>.

CARVALHO, Diana de Mendonça. Comercialização de hortifrutigranjeiros em Itabaiana-Se, Dissertação de mestrado, UFS, São Cristóvão, 2010.

CARVALHO, Gisélia Lima; e WENDLAND, Simoni Miriam. “O impacto da feira hippie no setor turístico-hoteleiro de Goiânia. In Boletim Goiano de Geografia. Instituto de Estudos Sócio-ambientais, v. 27, nº 3. UFG. Goiânia/GO, 2007.

CHAUI, Marilena. O que é ideologia. Editora brasiliense. 2^a revisão revista e ampliada. São Paulo, 2005.

CHESNAIS, François. A mundialização do capital. Xamã editora. 1ª edição em português. São Paulo, 1996.

EMDAGRO. Boletim de comercialização, ano 2007. Secretaria do Estado da agricultura e do desenvolvimento rural e agrário. Aracaju: governo de Sergipe, 2007. Disponível in <WWW.emdagro.se.gov.br/modules//wfdownloads/singlefile.php?cid-1&lid=223>.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz (Conceição de Souza). A questão camponesa: o olhar sob o signo dialético, Dissertação de Mestrado, UFS, São Cristóvão, 1991.

_____. “Jovens andarilhos no tempo curto do capital”. In Revista Okara: Geografia em debate, ano1, número 1. UFPB. Paraíba, 2007.

CORRÊA, Roberto Lobato. “A rede de localidades centrais nos países desenvolvidos”. In Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, 50(1), jan./mar. 1988.

COSTA, Andreia Ferreira; e CLEPS, Geisa Daise Gumiero. “A inserção da feira-livre no espaço urbano de Uberaba-MG”. In II Simpósio Regional de Geografia “*Perspectivas para o cerrado no século XXI*”. Universidade federal de Uberlândia – instituto de Geografia. Uberlândia, 26 a 29 de novembro de 2003.

COSTA, Carmem Lúcia. “Feiras e festas populares”. In Espaço em revista. Curso de Geografia – Campus Catalão/UFG. Volume 7/8 n.1 – Jan/dez. 2005/2006.

COSTA, José Eloízio da. “Os sub-centros de Aracaju”. In *o Ambiente Urbano: visões geografias de Aracaju*. ARAÚJO, Hélio Mário de; VILAR, José Wellington Carvalho; WANDERLEY, Lilian de Lins; e SOUZA, Rosimeri Melo e (organizadores). Editora UFS. Aracaju, 2006.

COSTA, Simone Maria Santos. “ET Mobilidade da população e identidade cultural”. In Espaços culturais: identidade e paisagem. As margens da baía de todos os santos a feira de São Joaquim como um lugar na cidade de Salvador (Bahia/Brasil). Universidade federal da Bahia – IGEO. Disponível em <<http://www.bing.com/search?q=COSTA%2C+Simone+Maria+santos.+%E2%80%9C>>

ET+Mobilidade+da+popula%C3%A7%C3%A3o+e+identidade+cultural&src=IE-SearchBox&FORM=IE8SRC>.

DANTAS, Geovany Pachelly Galdino. “Feiras no Nordeste”. In Revista Mercator, vol7, nº. 13, 2008. Disponível em <<http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/>>.

DANTAS, Gilson. Breve introdução ao O capital de Karl Marx. Engel, Lenin, Trotski. Seleção de textos e apresentação Gilson Dantas. Ícone Editora e Gráfica. Brasília: 2008.

DICIONÁRIO DO PENSAMENTO MARXISTA. Tom Bottomore, editor; Laurence Harris, V.G. Kiernan, Ralph Miliband, co-editores; [tradução, Waltensir Dutra; organizador da edição brasileira, revisão técnica e pesquisa bibliográfica suplementar, Antonio Moreira Guimarães]. Jorge Zahar Ed.. Rio de Janeiro, 2001.

DINIZ, Lincoln da Silva; e CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de. “Fases atuais do espaço comercial em campina grande/PB: algumas considerações sobre a coexistência de formas modernas e tradicionais do comércio na “nova” dinâmica sócio-espacial”. In Revista de Geografia. Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. 26, nº 2. mai/ago. 2009.

DINIZ, José Alexandre Felizola. A condição camponesa em Sergipe. Desigualdade e persistência da agricultura familiar. Pesquisa desenvolvida com o apoio do CNPq/NPGEO-ufrs. Programa editorial do núcleo de Pós-graduação em Geografia-UFRS. Aracaju, 1996.

_____. O subsistema urbano-regional de Aracaju. Série de estudos regionais. Sudene. Recife, 1987.

_____. “As feiras de Sergipe e em seu entorno”. In Ecos-Ensaio Econômicos e Sociais 1. Aracaju: INEP, 1987.

_____. Aracaju: síntese de sua Geografia Urbana. Tipografia J. Andrade. Aracaju, 1963.

ENGELS, Friedrich. A origem da propriedade privada do Estado e da família. Centauro editora. 3ª edição. 3ª reimpressão. São Paulo, 2009.

_____. Do socialismo utópico ao socialismo científico. Teoria. Coleção bases 13. 4ª edição. Global editora. São Paulo, 1981.

ERTHAL, Rui. “A colonização portuguesa no Brasil e a pequena propriedade”. In GEOgraphia – Ano II – Nº 4. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2000.

GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro séculos de latifúndio. Editora Fugor limitada. São Paulo, 1964.

GRESPLAN, Jorge. Jorge Gresplan comenta Karl Marx: a mercadoria. Ensaios comentados. Editora Ática. 1ª edição. São Paulo, 2006.

HAESBAERT, Rogério. Territórios Alternativos. Editora Contexto. São Paulo, 2006.

HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. Tradução Carlos Szlak. Annablume editora. 2ª edição. São Paulo, janeiro de 2006.

_____. Condição Pós-moderna. Edições Loyola. Tradução Adail Ubirajara Sobral e Maria Estela Gonçalves. 18ª edição. São Paulo, 2009.

HILLIG, Clayton. A cidadania e a racionalidade técnico burocrática nas estratégias de apropriação do Pronaf pelos agricultores familiares. Tese de doutorado. Universidade Federal de Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2008. Disponível in <WWW.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/15311/000677250.pdf?sequence=1>

JESUS, Gilmar Mascarenhas de. “O lugar da feira livre na grande cidade capitalista: Rio de Janeiro, 1964 – 1989”. In Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro 54 (1): 95 – 10, jan./mar. 1992.

_____. “Ordenando o espaço público: a criação das feiras livres na cidade do Rio de Janeiro”. In Scripta Nova. REVISTA ELECTRÓNICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES. Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9788.

Depósito Legal: B. 21.741-98 Vol. IX, núm. 194, 1 de agosto de 2005 [Nueva serie de Geo Crítica. Cuadernos Críticos de Geografía Humana].

LEFÉBVRE, Henri. O direito a cidade. Tradução de T. C. Neto. Editora Documentos. São Paulo, 1969.

LIMA, Anna Erika Ferreira; e, SAMPAIO, José Levi Furtado. “Aspectos da formação espacial da feira-livre de Abaiara – Ceará: relações e trocas”. In XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária. São Paulo, 2009.

LISBOA, Josefa bispo de. A trajetória de desenvolvimento para o nordeste: políticas públicas na (dis)simulação da esperança, Tese (doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2007.

LUXEMBURGO, Rosa. Introdução a Economia Política. Tradução de Carlos Leite. 1ª edição. Editora Martins Fontes. São Paulo, 1969.

KAUTSKY, Karl. A Questão Agrária. Proposta editorial. Coleção proposta universitária. 3ª edição. São Paulo, 1980.

MAIA, Carlos Eduardo S.. “O comércio varejista periódico no espaço urbano contemporâneo: um estudo da feira hippie de Goiânia”. In Boletim Goiano de Geografia. Institutos de estudos sócio-ambientais/Geografia. Vol. 17. Universidade Federal de Goiás. Jul./Dez., 1997.

MAIA, Doralice Sátyro. “A feira de gado na cidade: encontros, conversas e negócios”. In Revista Formação, nº14 volume 1. São Paulo, 2009.

MAYNARD, Dilton Cândido; e MAYNARD, Andreza Santos Cruz. “Dias de luta: traços do cotidiano em Aracaju (1939-1945)”. In OPSIS, v.9, n.12. Catalão, 2009.

MARTIN. Andrey Minin. “Terra, trabalho e família: considerações sobre a (re) criação do campesinato brasileiro nos movimentos sociais rurais”. In Revista História em Reflexão. Vol. 2 n. 4 – UFGD - Dourados jul/dez 2008

MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil. Editora vozes. Petrópolis, 1995.

_____. O cativo da terra. 2^a ed.. Lech. São Paulo, 1981.

_____. *A reforma agrária e os limites da democracia na “nova república”*. Ed. Hucitec. São Paulo, 1986.

_____. A chegada do estranho. Editora Hucitec. São Paulo, 1993.

MARTINS, Vagner Azarias; MARGARIDO, Mario Antonio; e BUENO, Carlos Roberto Ferreira. “Alteração no perfil de compra de frutas, legumes e verduras nos supermercados e feiras livres na cidade de São Paulo”. In *Informações Econômicas*. SP, v.37, n.2, fev. 2007.

MARX, Karl. Para a crítica da economia política. Salário, preço e lucro. O rendimento e suas fontes. Abril cultural. Editor: Victor Civita. São Paulo, 1982.

MARX, Karl. O capital. Crítica da economia política. Tomo I, Volume I, Livro Primeiro. Abril cultural. Editor: Victor Civita. São Paulo, 1983.

MARX, Karl. O capital. Crítica da economia política. Tomo I, Volume I, Livro Primeiro. 14^a edição. Siglo Veintiuno. México, 1984.

_____. “Prefácio” de contribuição a crítica da economia política. Coleção Os pensadores. São Paulo, 1974.

MASCARENHAS, Gilmar; e DOLZANI, Miriam C. S.. “Feira livre: territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea”. In *Ateliê Geográfico*. Revista eletrônica. V. 2, n.4. Goiânia – GO: agosto/2008. p.72-87.

MELO, Sandro Cristiano de. “Relação cidade-campo: da compreensão clássica a sua interpretação no contexto de um assentamento de reforma agrária”. In *Boletim goiano de geografia*, vol. 28, nº 1, 2008. Disponível em <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/bgg/issue/view/602/showToc>>, 14 páginas.

MICHELLON, Ednaldo; COSTA, Tiago Ribeiro da; RITTER, Simoni Paula; ARAGÃO, Rafael Merotti; e TANOUE, Hamilton Tsutomu. “Feira do produtor e os entraves à sua organização e à comercialização: o caso de Paiçandu”. In XLV CONGRESSO DA SOBER “*Conhecimentos para Agricultura do Futuro*”. XVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Londrina, 22 a 25 de julho de 2007.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Agricultura familiar no Brasil e o Censo Agropecuário. Brasil, 2006.

MONTENEGRO, Marina Regitz. “O circuito inferior central na cidade de São Paulo e sua relação com a densidade de fluxos e com o meio construído”. In Revista Mercator, vol8, nº 15, 2009. Disponível em <<http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/>>.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. O que é urbano, no mundo contemporâneo. Universidade de Minas Gerais. CEDEPLAR/FACE/UFMG. Belo Horizonte, 2006.

MORAIS, Ione Rodrigues Diniz; e ARAÚJO, Marcos Antônio Alves de. “Territorialidades e sociabilidades na feira livre da cidade de Caicó (RN)”. In Caminhos de Geografia 23 (17) 244 - 249, fev/2006 Página 244. Instituto de Geografia ufu. Programa de Pós-graduação em Geografia. Rio Grande do Norte, 2003.

MOTT, Luiz Roberto de Barros. A feira de Brejo Grande. Tese (Doutorado em Antropologia Universidade de Campinas/UNICAMP), Campinas, 1975.

MORAIS, Antonio Carlos Robert de; e COSTA, Wanderley Messias da. Geografia crítica: a valorização do espaço. Editora hucitec. São Paulo, 1999.

_____. Ideologias geográficas. Editora Annablume. 5ª edição. São Paulo, 2005.

MOURA, Margarida Maria. Camponeses. Ed. Ática. Série princípios. São Paulo, 1986.

NASCIMENTO, Alessandra Fabiana do. Integração entre a agricultura e o setor de supermercados: o caso dos pequenos agricultores de Sergipe, Dissertação de mestrado, UFS, Aracaju, 2003.

NEVES, Delma Pessanha. “Agricultura Familiar: quantos ancoradouros!”. In Geografia agrária: teoria e poder. Orgs.: FERNANDES, Bernardo Mançano; MARQUES, Marta Inez Medeiros; e SUZUKI, Julio Cesar. Editora expressão popular. São Paulo, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Modo capitalista de produção e agricultura. Ed. Ática. Série princípios. 3^a edição. São Paulo, 1990.

_____. Agricultura camponesa no Brasil. Editora Contexto. Geografia Contexto. Coleção Caminhos da geografia. São Paulo, 1991.

_____. “Agricultura e indústria no Brasil”. In Boletim Paulista de Geografia. Nº. 58. AGB. São Paulo, 1981.

_____. “Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI”. In O Campo no século XXI. Território de vida, de luta e de construção da justiça social. Orgs.: Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Marta Inez Medeiros Marques. Editora paz e terra. São Paulo, 2004.

OLIVEIRA, Francisco. Crítica à Razão Dualista. O ornitorrinco. Editora Boi Tempo. São Paulo, 2003.

PALMEIRA, Moacir. “Modernização, Estado e questão agrária”. Estudos avançados. vol.3 no.7. São Paulo Sept./Dec. 1989. Disponível in<www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141989000300006&script=sci_arttext>

PAZERA JR., Eduardo. A feira de Itabaiana – Pb: permanência e mudança, Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

PINTAUDI, Silvana Maria. “Os mercados públicos: metamorfoses de um espaço na História Urbana”. Universidade Estadual Paulista – UNESP. In Scripta Nova. REVISTA ELECTRÓNICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES. Vol. IX, núm. 194. [Nueva serie de Geo Crítica. Cuadernos Críticos de Geografía Humana]. Universidad de Barcelona. Barcelona, 1 de agosto de 2005. Disponível in <D:\artigos sbbre feiras\sn-218-81.htm - _edn1#_edn1D:\artigos sbbre feiras\sn-218-81.htm - _edn1#_edn1D:\artigos sbbre feiras\sn-218-81.htm - _edn1#_edn1D:\artigos sbbre feiras\sn-218-81.htm - _edn1#_edn1>.

PORTO, Gil Carlos Silveira. Configuração sócio-espacial e inserção das Feiras livres de Itapetinga-ba e arredores no circuito inferior da economia, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, salvador, 2005.

PRADO JR., Caio. A revolução brasileira. Perspectivas em 1977. Editora Brasil. 6^a edição. São Paulo, 1978.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU. História do mercado central mostra evolução urbana. Aracaju, 2001. < in www.sergipe.se.gov.br>.

QUAIANI, Massimo. Marxismo e Geografia. Tradução de Liliana Lagana Fernandes. 3^a edição. Editora Paz e Terra. São Paulo. 2002.

REVISTA de ARACAJÚ. Prefeitura do Município de Aracaju. Ano I. Número I. Aracaju, 1943.

SOUZA, Elza Coelho. “Feira de gado”. In Revista Brasileira de Geografia. 1946. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20%20RJ/RBG/RBG%201946%20v8_n3.pdf>.

ROCHA, Ana dos Santos. O desvelar das contradições do modelo de descentralização: as interfaces escalares na conformação do sistema único de saúde, Tese de Doutorado, UFS, Aracaju, 2008.

RODRIGUES, Patrícia de Araújo. Um estudo de caso: a feira de Lagarto (1970-2000). Monografia. Lagarto, setembro de 2002.

ROTA, José Heleno. “Sobre a oposição entre o rural e o urbano em Marx e sua atualidade”. In Encontro Nacional de Economia Política. Sociedade Brasileira de Economia Política. PUC/ SP. São Paulo, 1997.

SABOURIN, Eric. Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Traduzido do francês por Leonardo Milani. Garamond universitária. São Paulo, 2009.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. “A mulher sob o modo de produção capitalista”. In Contexto, nº 1. Editora Humanismo, Ciência e Tecnologia da Hucitec Ltda. São Paulo, novembro 1976.

SANTANA, Danilo Felix de. “Geografia do comércio de Aracaju”. Anais XVI Encontro Nacional de Geógrafos. Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e esperanças. Espaços de diálogos e práticas. Porto Alegre, 2010.

SANTOS, Aldeci Figueiredo; ANDRADE, José Augusto. Delimitação e regionalização do Brasil semi-árido. Sergipe. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científica e Tecnológico. Superintendência de desenvolvimento do Nordeste. Universidade Federal de Sergipe. Serviço Social da Indústria. Aracaju, 1992.

_____. Nova Geografia de Sergipe. Projeto Nordeste. Aracaju, 1998.

SANTOS, Andréa Rodrigues dos. “A feira livre da Avenida Saul Elkind em Londrina-PR. In GEOGRAFIA Revista do Departamento de Geociências v. 14, n. 1, jan./jun. 2005. Disponível em <<http://www.geo.uel.br/revista>>.

SANTOS, João José Gomes dos. De ambulância das cartas anônimas. Monografia, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2010.

_____; LOPES, Kleber Jean Matos; e PROTÁZIO, Mairla Machado. Das tramas nas ruas: artes da vida em uma feira livre de Aracaju. In: Anais do XV Encontro nacional da ABRAPSO, 2009.

SANTOS, Milton. O espaço dividido. Coleção Milton Santos 4. 2^a edição. Edusp. São Paulo, 2004.

_____. Técnica, Espaço e Tempo. Globalização e meio técnico - científico informacional. Editora Hucitec. São Paulo, 1997.

_____. Economia Espacial. Críticas e alternativas. Edusp. 2^a edição. São Paulo, 2003.

_____. Metamorfoses do espaço habitado. Fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. Editora Hucitec. São Paulo, 1998.

SANTOS, Ozenice Silva dos. A feira de Própria e sua tradição no baixo São Francisco: um estudo geográfico. Relatório final. Aracaju, 1992.

SATO, Leny. “Processos cotidianos de organização do trabalho na feira livre”. In Psicologia & sociedade; 19, edição especial 1: 95-102, 2007 Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

SERRA, Carlos Alberto Teixeira. “Considerações acerca da evolução da propriedade da terra rural no Brasil”. In ALCEU – V.4 – N.7. 2003. Disponível em <<http://publique.rdc.puc-rio.br/revistaalceu/media/alceu-n7-Serra.pdf>>.

SCHNEIDER, Sergio. Agricultura familiar e industrialização. Pluratividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Editora UFRGS. Segunda Edição. Rio Grande do Sul, 1999.

SILVA, Bárbara-Christine Nentwig; e SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e. Elaboração de projetos de pesquisa em Geografia: uma orientação. Universidade Federal da Bahia. PROED. Salvador – Bahia: 1986.

SILVA, Francisco de Assis. História do Brasil. Colônia, Império, República. Editora Moderna. 1ª edição. São Paulo, 1996.

SILVA, José Graziano da. A nova dinâmica da agricultura brasileira. 2ª edição. Direção de Jaime Pinsky. Campinas, São Paulo, UNICAMP, IE, 1998.

_____; “O campo brasileiro no final dos anos 80”. In Boletim paulista de geografia. AGB. Nº. 66. São Paulo, 1988.

_____; e QUEDA, Ariowaldo. “Distribuição da renda e posse da terra e o consumo de alimentos”. In Capital e trabalho no campo. Ed. Hucitec. Coleção estudos brasileiros 7. Direção de Jaime Pinsky. São Paulo, 1977.

SILVA, Ligia Betânia Wanderley. A Feira Livre em Pedras de Fogo-PB, Monografia, Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2006.

SILVA, Maria Edvalci. Feira como centralidade urbana - O caso de Itabaiana, Monografia, UFS, Cristóvão, 1987.

SILVA, Nelmiros Ferreira. Feira-livre de Nossa Senhora da Glória: uma análise sob a ótica do novo paradigma de desenvolvimento local. Monografia. São Cristovão, 2004.

SILVA, Sérgio. “Agricultura e capitalismo no Brasil”. In Contexto, nº 1. Editora Humanismo, Ciência e Tecnologia da Hucitec Ltda. São Paulo, novembro 1976.

SILVEIRA, Joel. “Aracajú cheia de graça. Iniciação lírica – Coqueiros – Mistérios do Morro do Urubu – Frutas – Céu – Feira – Atalaia – História – Convite”. In Revista de Aracaju v. 1. n. 1. Aracaju, 1943.

SIMON, José Elias. “Repensando a produção e distribuição de alimentos no Brasil”. In Perspectivas. São Paulo, 9/10: 21-35, 1986/87.

SMITH, Neil. Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e produção. Editora Bertrand Brasil S.A.. Rio de Janeiro, 1984.

SOBRINHO, Sebrão. Laudas da História de Aracaju. Trabalho editado à ordem da Prefeitura Municipal de Aracaju em homenagem ao centenário primévo da capital sergipense. Maruim, 1954.

STALIN. Materialismo dialético e materialismo histórico. Global editora. Coleção bases 10. 4ª edição. São Paulo, 1985.

STRAUCH, Ney. “Contribuição ao estudo das feiras de gado: Feira de Santana e Arcoverde”. In Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, ano 14, n. 1, p. 101-110, jan./mar. 1952.

TELLES, M. P. de Oliveira. “Aracaju: suas origens, seu provável futuro”. In Revista trimestral do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Ano I. Vol. I. Aracaju – Sergipe, 1913.

TOFANELLI, Mauro B.D. ; FERNANDES, Marilaine de S. ; MARTINS FILHO, Oscar B. ; e CARRIJO, Núbia S. . 2007. “Mercado de hortaliças frescas no município de Mineiros-GO”. In Horticultura Brasileira. v. 25, n. 3, jul.-set. 2007.

_____. “Mercado de hortifrútícolas frescas no município de Mineiros-GO”. In Pesquisa Agropecuária Tropical. V. 38, n. 3, jul.-set. 2008. Goiânia, GO.

TOSTA, Suzane. Da negação ao Discurso “*Hegemônico do Capital à Atualidade da Luta de Classes no Campo Brasileiro. Camponeses em Luta pelo/no Território no Sudoeste da Bahia*”, Tese (doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2008.

TREVISAN, Emerson. A feira livre em Igarassu: uma análise a partir dos dois circuitos da economia; a convivência do formal e o informal, Tese (doutorado em Geografia) –Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

TSE-TUNG, Mão. Sobre a prática e sobre a contradição. Expressão popular. 1ª edição. São Paulo, 1999.

VIANA, Nildo. “Capital, espaço e desigualdade”.In Boletim goiano de geografia, vol. 20, nº. 1, 2000. Disponível em <<<http://www.revistas.ufg.br/index.php/bgg/issue/view/602/showtoc>>>.

Sites

JOTA CRUZ. O analfabetismo em Sergipe. Estância, 2009. Disponível in <WWW.jcruzsantos.blogspot.com/2009/08/o-analfabetismo-em-sergipe.html>.

ANEXOS:

ANEXO A
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Feira do conjunto Castelo Branco/Aracaju
Mercadorias vendidas na feira e sua procedência

Mercadoria	Procedência
Olerícolas	
Couve	Areia Branca, Itabaiana
Maxixe	Itabaiana
Coentro	Areia Branca, Itabaiana
Quiabo	Canindé do São Francisco, Itabaiana
Pimentão	Itabaiana, Água Fria/BA, Paripiranga/BA, Itabaianinha, Pernambuco, Salvador
Alface	Itabaiana, Areia Branca
Cebolinha	Itabaiana
Hortelã miúda	Itabaiana
Abobora	São Luiz/MA, Canindé do São Francisco, Paripiranga/BA, Itabaiana, Barra dos Coqueiros
Tomate	Minas Gerais, Jaguaquara/BA, Paripiranga/BA, Irece/BA, São Paulo, Rio Grande do Sul, Juazeiro/BA, Itabaiana, Jacobina/BA, Pernambuco, Salvador, Espírito Santo
Cebola	Itabaiana, Belém/PA, Irece/BA, Juazeiro/BA, Bahia, Jacobina/BA
Cenoura	Salvador/BA, Irece/BA, Itabaiana, Pernambuco

Beterraba	Campo do Brito, Itabaiana, Salvador, Irecê/BA, Pernambuco
Repolho	Ribeirópolis, Chapada Diamantina/BA, Itabaiana, Pernambuco
Pepino	Ribeirópolis, Itabaiana
Batata-inglesa	Bahia, Minas Gerais, Chapada Diamantina/BA, São Paulo, Salvador
Berinjela	Bahia, Itabaiana
Chuchu	Jaguaquara/BA, Espírito Santo, Santa Catarina, Itabaiana, Pernambuco
Vagem	Itabaiana
Pimenta de cheiro verde	Itabaiana, Barra dos Coqueiros
Acelga	Santa Catarina, Espírito Santo, Itabaiana
Couve flor	Espírito Santo, Itabaiana
Alho	Itabaiana
Abobrinha	Itabaiana
Brócolis	Itabaiana
Tubérculos	
Macaxeira	Areia Branca, Malhador, Moita Bonita
Batata-doce	Malhador, Moita Bonita
Inhame	Malhador, Moita Bonita, Pernambuco
Frutas	
Goiaba	Lagarto, Juazeiro/BA,
Jenipapo	Capela, São Cristovão, Malhador, Rosário do Catete, Juazeiro/BA, Maruim
Mamão	Lagarto, Juazeiro/BA, Pedra Branca/BA, Salvador/BA, Neópolis (platô de Neópolis), Umbaúba, Salgado, Malhador
Acerola	Lagarto, Malhador,

Abacate	Lagarto, <u>Umbaúba</u> , <u>Malhador</u> , Juazeiro/BA, São Paulo, Itaporanga
Jaca	Capela, São Cristovão, Juazeiro/BA
Uva	Juazeiro/BA, Rio Grande do Sul, São Paulo, Petrolina/PE
Tangerina	Juazeiro/BA, Teixeira de Freitas/BA, Neópolis (platô de Neópolis), Livramento,
Banana	Canudos/BA (projeto), São Cristovão, Salvador/BA, Malhador, Pedra Branca/BA
Melancia	Jeremoabo/BA, Malhador, Petrolina/PE, Lagarto, Juazeiro/BA, Malhador
Maracujá	Malhador, Livramento, Lagarto, Bahia, Juazeiro/BA
Melão	Jeremoabo/BA, Pernambuco,
Limão	Neópolis (platô de Neópolis), Umbaúba, <u>Boquim</u> , <u>Itabaiana</u> , Lagarto, Areia Branca (Rio das Pedras), Juazeiro/BA, Salgado
Laranja	Lagarto, Alagoas, Juazeiro/BA, Pedrinhas, Boquim, Umbaúba
Manga	Neópolis (platô de Neópolis), povoado Cabrita, Juazeiro/BA, São Cristovão, Barra dos Coqueiros
Maçã	Santa Catarina, São Paulo, Juazeiro/BA
Pêra	Rio Grande do Sul
Abacaxi	Aquidabã, Juazeiro/BA
Umbu	Juazeiro/BA, Coronel João Sá/BA
Pinha	Alagoas, Juazeiro/BA, Palmeira dos Índios/AL,
Seriguela	Juazeiro/BA, Ceará, Palmeira dos Índios/AL, <u>Neópolis</u>

Ameixa	Santa Catarina
Mangaba	Barra dos Coqueiros

ANEXO B

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ENTREVISTA AOS FEIRANTES

Nome do entrevistado: _____

01 – Local de residência do feirante.

() Aracaju () Itabaiana () outro município. Qual? _____

02 – Produz suas mercadorias em roça própria?

() sim () não

_ Qual o tipo de produção? _____

03 – Feirante?

() sim () não

– Que tipo de mercadoria comercializa?

() olerícolas. () frutas. () tubérculos.

– Quais os principais fornecedores?

() agricultores () intermediários

Mercadoria	Procedência	Pequeno agricultor (sim ou não)

04 - Quais as feiras por onde vendem as mercadorias em Aracaju?

Segunda ()	Terça ()	Quarta ()	Quinta ()	Sexta ()	Sábado ()	Domingo ()

05 – Vendem em feiras do interior de Sergipe?

() sim () não

_Quais? Nota alguma diferença entre a feira em Aracaju e no interior?

06 – O que a feira significa para você? Quais as vantagens das feiras livres?

07 – Quais os problemas enfrentados nas feiras?

08 - Já foram agricultores?

() sim () não

- Por que deixaram de ser? Perderam a terra ou mudaram de atividade por acharem mais rentável?

09 - Qual o transporte utilizado?

() mercedinha () caminhonete () carro pequeno () outro. Qual? _____

- Possui transporte próprio?

() sim () não

10 - Dividem seus familiares entre as feiras?

() sim () não

11 - Mantém relações comerciais com o bairro Castelo Branco e com Aracaju?

() sim () não

- Por que ?

12 – Está satisfeito com as vendas?

() sim () não

- Por que?

13 - Além da feira trabalha com outra atividade?

() Sim () Não.

_ Qual? _____

14 -Há quantos anos trabalha nesta feira?

() 1 ano () 2 anos () 3 anos () 4 anos () 5 anos () Mais de 10 anos

15 - . Qual a sua renda média mensal?

- () Até meio salário mínimo
- () Entre meio e um salário mínimo
- () Entre 1 e 2 salários mínimos
- () Entre 2 e 4 salários mínimos
- () Entre 5 e 7 salários mínimos

16 – Toma empréstimo?

() sim () não

- Aonde? _____

17 – Possui estoque?

() sim () não

18 – Os clientes pechinham?
() sim () não

ANEXO C
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ENTREVISTA AOS ATACADISTAS

Nome do
entrevistado: _____

01 – Toma empréstimos ao banco para comprar mercadorias?

() sim () não

- Tem dificuldade de pagar a dívida? _____

02 – Compra mercadorias direto ao camponês?

03 – As mercadorias dos feirantes são pagas de imediato?

04 – Qual a procedência e o destino das mercadorias?

Mercadoria	Procedência: pequeno agricultor?	Destino

